

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PROGRAMAS DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM PSICOLOGIA SOCIAL

CLAUDIA CRISTINA TRIGO DE AGUIAR

A PRAÇA SETE JOVENS E A EXPANSÃO DO PODER PUNITIVO

MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

SÃO PAULO

2017

CLAUDIA CRISTINA TRIGO DE AGUIAR

A PRAÇA SETE JOVENS E A EXPANSÃO DO PODER PUNITIVO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Estudos Pós Graduated em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como requisito à obtenção do título de Mestre em Psicologia Social

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Maria Cristina Gonçalves Vicentin

SÃO PAULO

2017

CLAUDIA CRISTINA TRIGO DE AGUIAR

A PRAÇA SETE JOVENS E A EXPANSÃO DO PODER PUNITIVO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Estudos Pós Graduated em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como requisito à obtenção do título de Mestre em Psicologia Social

Aprovada em __/__/____

Prof.^a. Dr.^a. MARIA CRISTINA GONÇALVES VICENTIN - PUC-SP

Prof.^a. Dr.^a. VERA MALAGUTI BATISTA - UERJ

Prof. Dr. EDSON PASSETTI - PUC-SP

À Praça Sete Jovens e aos seus frequentadores.

Que o Baobá se enraíze!

AGRADECIMENTOS

À Maria Cristina Vicentin, pelas orientações precisas e intervenções sensíveis que tornaram possível esta pesquisa e pelo inspirador e potente trabalho como formadora.

Ao Edson Passetti e à Vera Malaguti, pela leitura atenta e pelas preciosas contribuições. Ao Acácio Augusto, pela generosa colaboração no percurso deste trabalho.

Ao colegas do NUPLIC, pela gentileza, apoio, indicações e incentivos, em especial ao Rodrigo Vaz pelos poemas, contos e outros modos de dizer, ao Saulo Mota, à Dayse e ao Emiliano pelas leituras, à Juliane pelas indicações. À Deborah Sereno e Marta Okamoto pelo feliz reencontro no percurso da Pós.

Ao Leandro e ao Israel, por todas as dicas.

Ao Cesar, companheiro de muitas! Pelas leituras, revisão, tradução. Pelo ouvido, pelas palavras... Ao Pedro, meu querido, pela compreensão, paciência e pela transcrição!

À Cristiane, Nani, pela atenção e revisão.

Aos meus irmãos, pelas tantas lutas, especialmente ao Romão pela parceria e constante incentivo.

Aos meus pais, saudade imensa!

Ao CNPq, pela bolsa que possibilitou a realização da pesquisa.

RESUMO

AGUIAR, Claudia Cristina Trigo. A Praça Sete Jovens e a expansão do Poder Punitivo. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2017.

Esta pesquisa busca problematizar as produções de verdade nos crimes cometidos contra a vida de jovens, tendo como foco a trama discursiva em torno de como foi tornar pública uma chacina ocorrida em 16 de abril de 2014, na Praça Sete Jovens, na Brasilândia, em São Paulo. O nome da Praça é uma homenagem a sete jovens atingidos por outra chacina ocorrida em 2007, na mesma região. A pesquisa apoiou-se na discussão de Foucault a respeito dos regimes de verdade e na perspectiva da história oral, que privilegia a questão da memória como processo de criação de sentidos. Realizamos entrevistas e experimentações etnográficas na região, especialmente em torno da Praça. A construção da Praça é consequência de uma luta antiga dos moradores na direção de garantir um espaço para o lazer. Todavia, as disputas pela sua ocupação evidenciam a intersecção historicamente construída entre periculosidade, raça e pobreza, bem como a expansão dos controles sobre a população pobre e sua circulação nos espaços públicos, por meio de projetos que articulam “segurança e cidadania” e realizam o controle a céu aberto. Os alvos preferenciais deste controle são crianças e jovens, especialmente negros. Tornar pública a chacina é um trabalho de produção de memória e de enfrentamento ao que Foucault chamou de *racismo de estado* que separa os que devem viver e os que devem morrer.

Palavras chaves: juventude; narrativa; crime; drogas; racismo de estado; regimes de verdade.

ABSTRACT

AGUIAR, Claudia Cristina Trigo. A Praça Sete Jovens e a expansão do Poder Punitivo. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2017.

This research seeks to problematize the productions of truth concerning the crimes committed against the lives of young people. It focuses at the discursive web on the means to make public a slaughter that took place on April 16, 2014, in the Sete Jovens Square, in Brasilândia, São Paulo. The name of the Square is a tribute to seven young people who were the victims of another massacre in 2007, in the same region. The research was based on Foucault's discussion of regimes of truth and the perspective of oral history, which privileges the issue of memory as a process of meaning creation. We conducted interviews and ethnographic experiments in the region, especially around the Square. The Square was built as the result of an ancient struggle by the region's residents in order to guarantee a leisure place. However, the disputes over its occupation show the historically constructed intersection between dangerousness, race and poverty, as well as the expansion of controls on the poor population and their circulation in public spaces, through projects that articulate "security and citizenship" and control in open air. The preferred targets of this control are children and young people, especially the black youth. Making the massacre public is a memory production job confronting what Foucault called state racism that separates those who must live from those who must die.

Keywords: youth; narrative; crime; drugs; racism of state, regimes of truth.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO - PESQUISANDO SILÊNCIOS EM TORNO DAS MORTES DE JOVENS.....	09
POLÍTICAS DA PESQUISA.....	12
ESTRUTURA DO TEXTO.....	19
 ABERTURA - A PRAÇA SETE JOVENS.....	 21
 PARTE I - DO PASTÃO À PRAÇA: UMA GUERRA AOS POBRES.....	 29
A BRASILÂNDIA E O ELISA MARIA.....	29
Sobre a segregação dos espaços da cidade.....	35
Sobre o perigo das ruas e seus habitantes.....	41
SETE JOVENS E O NOME DA PRAÇA.....	47
O avesso da Virada: novos controles.....	52
Afinal, de onde vêm os bárbaros?	59
 O SAMBA DO BOWL.....	 67
 PARTE II - O RONCO DAS BATALHAS.....	 73
A CHACINA DE 16 DE ABRIL DE 2014 NA PRAÇA SETE JOVENS.....	73
Racismo de estado	80
Como contar essas mortes?	82
NÃO VAMOS NOS CALAR.....	87
A manifestação de 29 de maio de 2014.....	93
Samba do Bowl, outubro de 2015.....	97
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 99
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	 102

INTRODUÇÃO

PESQUISANDO SILÊNCIOS EM TORNO DAS MORTES DE JOVENS

Mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?

Michel Foucault

O desejo de realizar uma pesquisa tendo em vista o extermínio de jovens no Brasil foi se impondo, sobretudo nos últimos anos, a partir de uma prática de trabalho voltada ao público jovem, em várias capitais brasileiras¹. Sem dúvida, esta questão atravessa a todos que trabalham, convivem e/ou moram nas periferias das cidades. A violência letal contra jovens no Brasil vem sendo identificada por estudos epidemiológicos, mais especialmente pelos *Mapas da Violência*, pautando políticas de Direitos Humanos, ganhando certas visibilidades e configurando *regimes de verdade* (FOUCAULT, 2008). Neste estudo problematizamos a produção de verdades sobre os crimes contra a vida de jovens brasileiros tendo como foco a trama discursiva de uma chacina. Para tanto, nos lançamos a um processo nada linear que incluiu acasos surpreendentes.

Costumo acompanhar alguns sites de organizações não governamentais, situadas nas periferias da cidade de São Paulo, e em abril de 2014 li sobre uma chacina que acabara de ocorrer na Zona Norte da capital. Imediatamente assinei um manifesto de repúdio e, por isso, recebi um convite - “Chamado Urgente” - do Observatório da Juventude da Zona Norte (OJ)², para uma reunião sobre este acontecimento. Não pude comparecer, mas pedi a memória deste encontro. E assim começou minha relação com essa região.

A partir destes sites fui me aproximando do local onde aconteceu a chacina, o bairro Elisa Maria, no distrito da Brasilândia, na Praça Sete Jovens, situada na Rua Pedro Pomar. O

¹ Com formação no campo psicanalítico, minha prática profissional sempre percorreu duas trajetórias: uma clínica, tanto na rede pública como em consultório particular, e outra na área de juventude. Meu último trabalho nesta segunda trajetória foi em 2009, na coordenação de uma ação de política pública, o Programa Fábricas de Cultura da Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo. O desafio era o de implementar um projeto em arte e cultura, tendo em vista as juventudes de 09 distritos da capital, escolhidos a partir do índice de alta vulnerabilidade juvenil, desenvolvido pelo Seade. Para tanto, decidimos realizar um *Retrato Cultural* dos distritos, especialmente com relação às organizações, coletivos juvenis e ações de cultura para, a partir daí, iniciarmos a construção de uma agenda comum com os atores locais. Porém, nossa equipe retirou-se da gestão do Programa quando houve a mudança do Secretário de Cultura, em 2010. Foi no trabalho com estes distritos do município de São Paulo que o tema deste projeto de pesquisa se colocou.

² Atua fundamentalmente na Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Juventude da Zona Norte de São Paulo e está vinculado Centro Cultural da Juventude Ruth Cardoso (CCJ).

nome desta Praça, palco da chacina de 16 de abril de 2014, é uma homenagem a seis jovens brutalmente assassinados e mais um que sobreviveu, paralítico e cego, em outra chacina ocorrida em fevereiro de 2007. Na busca de informações sobre estas chacinas encontro outra: no dia 30 de abril de 2014 ocorreria mais uma chacina a 600 m desta Praça, no Parque Belém.

Juntamente com o Núcleo de Estudo e Pesquisa em Lógicas Institucionais e Coletivas³, decidimos mapear a rede discursiva em torno da chacina de 16 de abril de 2014. Inauguro o Diário de Campo⁴. Neste momento, ainda tínhamos dúvidas sobre quem ouvir. Resolvemos, então, realizar algumas conversas iniciais que incluíram representantes do Programa de governo Juventude Viva, da Saúde do distrito da Brasilândia e algumas organizações sociais da região. Foram ao todo quatro conversas⁵ que possibilitaram uma visão panorâmica do distrito, mas, por outro lado, estas conversas indicaram um desconhecimento sobre a Praça e a chacina ocorrida, fato que nos impulsionou a privilegiar a escuta de moradores do Elisa Maria. A partir de alguns contatos com ex-colegas de trabalho que seguiam desenvolvendo atividades com as juventudes⁶ do município, nos avizinhamos destes moradores.

Como tínhamos a intenção inicial de priorizar a escuta dos jovens locais, decidimos procurar o Observatório da Juventude da Zona Norte (OJ). Esta conversa foi decisiva. Aprendemos que falar sobre a chacina era falar sobre as lutas realizadas para torná-la pública. A partir daí definimos os passos da pesquisa. Primeiro, a delimitação da questão central que nortearia as entrevistas a serem realizadas: como foi tornar pública a chacina de 16 de abril de

³ A pesquisadora compreende que um trabalho de dissertação é uma realização coletiva. O Núcleo de Estudo e Pesquisa em Lógicas Institucionais e Coletivas (NUPLIC), a partir dos aportes teóricos de Foucault e de autores da Análise Institucional, tem como um de seus projetos de pesquisa a discussão dos efeitos de subjetivação e sua relação com os modos de saber-poder implicados nos modos de governo da vida de crianças e adolescentes.

⁴ Na medida em que a escrita e a pesquisa são inseparáveis, Lourau (1993) compreende que a prática do diário de campo diz respeito a uma “escritura fora do texto”, certa produção de conhecimento “sobre a temporalidade da pesquisa”, um conhecimento sobre suas condições de produção (p. 69 - 77). Desta forma, o diário põe em questão as ilusões de uma “cientificidade”: uma suposta “neutralidade” ou uma “asséptica leitura dos ‘resultados’ finais” (p. 77, grifo do autor). Ao buscar evidenciar as condições de “emergência dos ‘dados’ da pesquisa”, o diário é uma ferramenta fundamental para a análise de implicação do pesquisador. Como aponta Rodrigues (2006), no diário “são explicitadas as condições libidinais, políticas, histórico-profissionais da pesquisa e da escritura [...] ou melhor, nele se pratica uma análise de implicações” (p.35).

⁵ Além de duas representantes do Juventude Viva e de uma profissional da Saúde do distrito da Brasilândia, contatamos duas Ongs: Mudança de Cena, uma organização que trabalha na zona Norte com a promoção de direitos humanos por meio da arte, especialmente a partir do Teatro do Oprimido; e o Cine Escadão, por indicação de uma colega do Núcleo, Beatriz A. Takeiti, a partir de seu doutorado “Juventudes, subjetivação e violências: inventando modos de existência no contemporâneo”, de 2014. Este coletivo produz cinema e atualmente está construindo uma sala de cinema na Brasilândia.

⁶ Essa pesquisa considera jovem, a pessoa na faixa etária entre 15 a 29 anos, conforme o Estatuto da Juventude, que dispõe sobre os direitos dos e das jovens. Além disso, buscaremos utilizar a noção de juventude sempre no plural destacando suas diferentes formas de estar no mundo, bem como as diferentes formas de compreendê-la.

2014? Segundo, decidimos escutar a rede discursiva indicada pelos moradores locais, especialmente os jovens: um entrevistado indicaria outro (ou outros) e, assim, sucessivamente⁷. Terceiro, definimos que acompanhariamos também outros espaços de debate sobre o tema na Brasilândia e na cidade⁸.

Começamos a tecer cada fio. A aproximação com essas pessoas fluiu de uma maneira intensa e impressionou-nos a disponibilidade em nos receber e contar suas histórias.

Ao todo foram realizadas 10 entrevistas, sendo 09 entrevistados⁹, e 02 encontros com jovens frequentadores da Praça. Estas entrevistas ocorreram, principalmente, no primeiro semestre de 2016 após a aprovação da pesquisa pelo do Comitê de Ética. A convite do Juventude Viva, participamos como relatora de um encontro com jovens em conflito com a lei do distrito da Brasilândia, cujo tema foi: como é ser jovem na Brasilândia? Neste evento, os jovens também avaliaram os serviços de atendimento da rede de assistência da Brasilândia. Participamos ainda de 05 encontros entre o Juventude Viva e ONGs locais, voltadas ao mesmo público, com o objetivo de estabelecer ações comuns. Assistimos à Audiência Pública do dia 03 de junho de 2014 que tratou do tema da morte de jovens em São Paulo e incluiu as mortes recentes das chacinas na Brasilândia. Acompanhamos também a audiência da CPI da Câmara sobre o Extermínio de Jovens Negros no Brasil, em São Paulo, em 2015 e a instauração da CPI de Comissão da Verdade da Democracia Mães de Maio¹⁰.

Realizamos certas imersões na região, principalmente em torno da Praça, por meio de experimentações etnográficas. Tratou-se menos de um estudo etnográfico propriamente dito e mais de uma experimentação, na qual buscamos compreender e compartilhar o cotidiano da Praça, com seus frequentadores e com os moradores ao redor.

⁷ A escolha por seguir ouvindo a rede discursiva indicada pelos próprios entrevistados nos colocou em contato com um público constituído por jovens e adultos, todos moradores ou ex-moradores da Brasilândia.

⁸ Trabalhamos com a noção de campo-tema, desenvolvida por Spink (2003), que aponta para uma complexa rede de sentidos que nos conectam ao tema que nos propomos a trabalhar, para além de métodos tradicionais: conversas inesperadas, algumas “mediadas por jornais, revistas, rádio e televisão”, eventos fortuitos, documentos que chegam em nossas mãos sem esperar, além, é claro, daqueles encontros com hora marcada (p.29).

⁹ Dentre os entrevistados, apenas um não foi contatado por indicação dos moradores entrevistados. Sua escolha foi motivada por dois fatores: primeiro pela referência que suas pesquisas têm no ambiente temático desta dissertação e segundo por ter sido morador da Brasilândia. Todos os nomes são fictícios. Evitamos, ainda, fazer qualquer indicação que gerasse pistas de identificação do autor da fala. Tal cuidado não se restringiu ao anonimato assegurado pelas regras nas pesquisas com seres humanos, mas ganhou especial importância dado aos riscos colocados para quem fala.

¹⁰ Além disso, estivemos presentes em 05 encontros organizados pela Plataforma Brasil, uma parceria entre a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e o UNICEF, nos quais eram reunidos vários equipamentos voltados ao atendimento de crianças e jovens da região. Participamos também no evento “Cinema na Praça”, uma realização da Prefeitura do Município de São Paulo, realizada na Praça Sete Jovens.

Frequentamos a Praça durante um semestre, uma vez por semana, às tardes. Além disso, frequentamos durante todo o segundo semestre de 2015 e, de forma mais eventual, durante o ano de 2016, o Samba do Bowl, evento cultural que acontece todo primeiro domingo do mês na Praça.

No quadro abaixo apresentamos os entrevistados.

Identificação	Data da entrevista	Idade	Autodeclaração Cor/Raça ou Etnia
1.Moradora	25/02/2016	19	Negra
2.Morador, representante do OJ*	05/05/2016	24	Negro
3.Morador	03/03/2016	25	Negro
4.Morador, membro do coletivo da Praça	06/03/2016	26	Negro
5.Morador	10/03/2016	29	Negro
6.Ex-morador trabalhou no projeto Praças da Paz	16/02/2016	27	Negro
7.Ex – morador	31/03/2016	35	Branco
8.Morador trabalhou no projeto Praças da Paz	18/02/2016	30	Negro
9.Morador	14/04/2016	57	

*OJ: Observatório da Juventude da Zona Norte.

** Projeto Praça da Paz, desenvolvido pelo Instituto Sou da Paz.

Logo de saída, no primeiro telefonema a um morador, fomos convocados a um lugar: “Não venha observar e nem perguntar sobre violência. A gente não gosta de falar de violência, porque aqui a gente sofre repressão dos dois lados, da polícia e dos paramilitares, tá entendendo? Vem conhecer a nossa história. Cola aí”. (Morador, negro, 25 anos).

Problematizar a produção de verdade nos crimes contra a vida de jovens significa, para nós, pôr em cena alguns acontecimentos: as intensas lutas de vida e de morte travadas em torno dos jogos de verdade. Para tanto, apresentaremos alguns elementos de nossa *caixa de ferramentas*¹¹.

POLÍTICAS DA PEQUISA

Para Foucault (2008), a verdade é produzida historicamente, sem nenhuma essência universal e os seus modos de produção põem em evidência as articulações entre saber e poder.

¹¹ Termo designado por Deleuze ao discutir o que é uma teoria (FOUCAULT, 2008, p. 71).

Cada sociedade possui um “regime de verdade” que são os discursos que funcionam como verdade.

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT, 2008, p.12).

Em nossa sociedade, a produção de verdade é regulada por condições tais que fazem com que sejam os discursos científicos aqueles reconhecidos como verdadeiros (MUCHAIL, 2004, p.14). Assim, exatamente onde alguns saberes se impõem, outros não são reconhecidos ou são silenciados por diversos mecanismos: as políticas de verdade.

Estes discursos considerados verdadeiros fazem funcionar múltiplas relações de poder: “[...] não há exercício de poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcionam nesse poder, a partir e através dele.” (FOUCAULT, 2010, p.22).

Conta-nos Foucault que foi ao estudar o “como do poder”, seus mecanismos, que encontrou os efeitos de verdade que o poder “produz” e “conduz” e que “reconduzem esse poder” (FOUCAULT, 2010, p. 21). Somos forçados a produzir verdades, assim como somos submetidos a elas:

[...] somos julgados, condenados, classificados, obrigados a tarefas, destinados a uma certa maneira de viver ou a uma certa maneira de morrer em função de discursos verdadeiros, que trazem consigo efeitos específicos de poder. (Ibid., p. 22).

Os modos de produção de verdade e os mecanismos de poder estão de tal forma enredados que se torna impossível desvinculá-los: todo saber é forjado em relações de poder.

Para estudar o poder, Foucault alerta para algumas “precauções de método”:

[...] em vez de orientar a pesquisa sobre o poder para o âmbito do edifício jurídico da soberania, para o âmbito dos aparelhos de Estado, para o âmbito das ideologias que os acompanham, creio que se deve orientar a análise do poder para o âmbito da dominação (e não da soberania), para o âmbito dos operadores materiais, para o âmbito das formas de sujeição, para o âmbito das conexões e utilização dos sistemas locais dessa sujeição e para o âmbito, enfim, dos dispositivos de saber. (FOUCAULT, 2010, p. 30).

O poder deve ser compreendido não somente em sua função repressiva, mas, fundamentalmente, em sua função disciplinar, produtora de discursos de verdade: “ele (o poder) não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (FOUCAULT, 2008, p. 08).

Ele [o poder] é um conjunto de ações sobre ações possíveis, ele opera sobre o campo de possibilidades onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são susceptíveis de agir. Uma ação sobre ações [...]. (p. 243).

Deleuze (2008) destaca a importância de percebermos que para Foucault o poder se constitui enquanto uma relação entre forças, sempre no plural, e que a força se define por seu poder de afetar e de ser afetada por outras forças, constituindo assim afetos ativos - incitar, suscitar, produzir, etc. - e afetos reativos - incitado, suscitado, etc. Esses últimos nunca são passivos, pois a força sempre produz efeitos.

Assim, o poder se constitui entre forças e sempre produz resistência. Em outras palavras, não existe poder sem resistência. Ressalta Foucault (2006):

Quero dizer que as relações de poder suscitam necessariamente, apelam a cada instante, abrem a possibilidade a uma resistência, e é porque há possibilidade de resistência e resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter com tanto mais força, tanto mais astúcia quanto maior for a resistência. De modo que é mais a luta perpétua e multifórmica que procuro fazer aparecer do que a dominação morna e estável de um aparelho uniformizante. (p.232).

Para Foucault (2008), o papel dos intelectuais, seria, então, buscar construir uma nova “política de verdade”, mudar “o regime político, econômico institucional da produção de verdade”, desvinculando o poder da verdade das formas hegemônicas (p.14). Dessa forma, o autor incita-nos a travar um combate com os efeitos de poder do saber/discurso científico: [...] lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, objeto e instrumento [...]. (FOUCAULT, 2008, 71).

Vale ressaltar que as políticas de verdade também se impõem no modo de escrita.

[...] não há revolta intelectual que não seja também, de alguma forma, uma revolta linguística, uma revolta no modo de nos relacionarmos com a linguagem e com o que ela nomeia. Ou seja, que não há modo de “pensar de

outro modo” que não seja, também, “ler de outro modo” e “escrever de outro modo.” (Larrosa, 2003, p. 102).

É neste campo de combate que esta pesquisa se insere. Ao acompanhar a rede discursiva deflagrada em torno de como foi tornar pública a chacina de abril de 2014, ocorrida na Brasilândia, nos deparamos com lutas que colocam em questão determinados regimes de verdade.

Para construir a política de narratividade deste trabalho nos aproximamos, principalmente, de uma certa prática em História Oral (HO), discutida por Rodrigues (2011) como “dispositivo epistemológico-político-narrativo”, tendo em vista as contribuições críticas do oralista Alessandro Portelli (p. 234).

Portelli (2009) defende as fontes orais por serem “um meio de comunicação que todos os seres humanos possuem e, de alguma maneira, controlam”. Além disso, ao considerar que a oralidade é uma forma de comunicação de todos aqueles que estão “marginalizados” ou “excluídos” no discurso público e na mídia, propõe o autor: “Buscamos fontes orais porque queremos que essas vozes [...] tenham acesso à esfera pública, ao discurso público, e o modifiquem radicalmente.” Não se trata de “dar voz aos sem voz”, mas sim “amplificá-la e levá-la ao espaço público do discurso e da palavra.” (p. 02).

A questão da memória é um ponto central com relação ao caráter do documento oral. Discute Rodrigues (2005) que a memória em Portelli não aparece como uma “faculdade psíquica individualizante” e nem como “fato social totalizante”:

[...] a memória não é um passivo depósito de fatos, mas um processo ativo de criação de sentidos. Portanto, a utilidade específica da história oral (...) recai não tanto em sua capacidade para preservar o passado, mas nas próprias mudanças instauradas pela memória. Estas mudanças revelam o esforço dos narradores para atribuir sentido ao passado e dar forma às suas vidas, colocando a entrevista e a narrativa em seu contexto histórico. (apud RODRIGUES, 2005, p. 179 – 180).

Rodrigues (2004), a partir de Portelli, compreende a HO como alternativa crítica a um “modo oficial de pensar”, ao “pensamento único” que caracteriza o século XXI. Isto seria possível de duas maneiras, “ambas baseadas na ferramenta memória”: com relação à primeira, na HO a memória é mais do que um lugar onde se “recorda”, ela “se torna, aqui, pensável (e indispensável) ‘como’ história”; com relação à segunda, tendo em vista que vivemos em uma era de “informação total”, o apelo à voz humana, ao diálogo e ao próprio silêncio são “estratégias alternativas”. (RODRIGUES, 2004, p. 42-43). Afirma Portelli (apud

RODRIGUES, 2004, p. 43): “um dos desafios à era da informação total e da informação como uma commodity é, de um lado, a palavra e, de outro, o silêncio.”

A história oral preocupa-se com o modo pelo qual os entrevistados constroem suas histórias, com o modo como as narrativas históricas são produzidas e de como é possível “conhecer o outro a partir de sua narratividade” (Takeiti 2014, p. 70)¹².

Nesta perspectiva, Rodrigues (2005) considera que

[...] o problema político enfrentado pelo historiador é menos o de um engajamento – presente em qualquer prática historiográfica, seja em favor de que classe ou grupo social for, saiba-o ou não o praticante – que o da necessidade de lançar luz sobre os vínculos existentes entre o *produto* da história – uma narrativa – e seu *modo de produção*. (p. 187 - 188, grifo da autora).

Quanto ao método narrativo nos acercamos também de outra proposição. Considerando que no trabalho de pesquisa é sempre de narrativas que tratamos, Passos e Benevides (2009) apontam que a escolha da posição narrativa, o ethos da pesquisa, não pode ser encarada como desarticulada das políticas. Tomando o conceito de política em sentido amplo, para além das práticas relativas ao Estado, ressaltam: “Toda produção de conhecimento, precisamos dizer de saída, se dá a partir de uma tomada de posição que nos implica politicamente.” (p. 150-151).

Nesta perspectiva, os autores buscam discutir procedimentos metodológicos capazes de incluir a dimensão subjetiva nas pesquisas em saúde. Passos e Benevides (2009) defendem uma produção narrativa na qual não se trata de narrar com bom senso, ou seja, do singular para o regular, em um único sentido, tampouco de submeter a narrativa ao senso comum, que considera o caso de forma unificada pela identidade de um sujeito.

A partir das leituras que Deleuze e Guattari (1977) fazem da obra de Kafka, Passos e Benevides (2009) propõem outro modo de narrar que faz uso do procedimento chamado “desmontagem”. Este procedimento implica extrair de um caso “a agitação de microcasos como microlutas nele trazidas à cena”. Apontam os autores que a experiência da desmontagem é a

¹² Para Meihy e Holanda (2014) a entrevista em HO é o que se convencionou chamar de documentação oral: “suporte material derivado da linguagem verbal expressa para esse fim. A documentação oral quando apreendida por meio de gravações eletrônicas feitas com o propósito de registro torna-se *fonte oral*. A história oral é uma parte do conjunto de fontes orais e sua manifestação mais conhecida é a entrevista.” (p. 14, grifo dos autores). Quanto à transcrição, Portelli irá afirmar em 1997: “A expectativa de a transcrição substituir o teipe para propósitos científicos é equivalente a fazer crítica de arte em reproduções ou crítica literária em traduções. A mais literal tradução é dificilmente a melhor, e uma tradução verdadeiramente fiel sempre implica certa quantidade de invenção. O mesmo pode ser verdade para a transcrição de fontes orais.” (p.27) Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/11233/8240> Acesso em 03 outubro de 2016.

dissolvência e, para exemplificar, recorrem ao quadro de Magritte - *Assinatura em Branco*. Ressaltam que nesta paisagem “o fundo e a figura se lateralizam: contexto e texto ficam lado a lado, o todo do fundo atravessa o plano da figura sem mais qualquer sobrevoo.” (PASSOS; BENEVIDES, 2009, p. 161 e p.163).

Trata-se de produzir uma desestabilização a partir de uma posição narrativa que guarda certa “estranheiridade ao que habitualmente é dito”. Procura-se ocupar uma posição de “interrogação ao que certa narrativa aceitaria como natural e regra, forçando a um deslocamento do dito, na busca das condições de sua produção.” (PASSOS; BENEVIDES, 2009, p.164). Balançar, por assim dizer, os conteúdos à procura das condições de sua produção¹³.

Apoiados na discussão que Deleuze e Guattari (1977) propõem sobre as três características de uma literatura menor, Passos e Benvides (2009) aprofundam o que seria este procedimento narrativo. A primeira característica é aumentar o “coeficiente de desterritorialização”, ou seja, desmontar o território identitário: “Desmontar esse território é quebrar não apenas o narrado, mas os encadeamentos que constituem o modo de narrar” (p. 166). A segunda característica é a de que “tudo é político”: o caso individual “é índice singular de situações que, problematizadas, mostram-se como ethos político, com ramificações do caso individual no plano imediatamente político.” Essa fronteira que os separa indica mais uma “franja” do que a “separação do um (o caso) e o de qualquer um (o político).” (Ibid., p.167). Por fim, a terceira característica indica que tudo adquire valor coletivo. O comum

[...] diz respeito a uma experiência coletiva em que qualquer um nela se engaja ou em que estamos engajados pelo que em nós é impessoal. Mesmo quando vivido, enunciado, protagonizado, emitido por uma singularidade, a narrativa não remete a um sujeito [...]. (PASSOS; BENEVIDES, 2009, p. 168).

Desta forma, o foco do procedimento da desmontagem não é o caso individual e seu o território identitário. O caso narrado é tratado “como agregado singular de mil outros casos.” (p.168)

Finalmente, também trabalhamos com mais uma proposição tendo em vista, especialmente, os ditos de dor, de sofrimento e a experiência da violência. Farge (2011), ao indagar sobre a existência de um método para tratar os temas da violência pelos historiadores, defende que é em uma certa frase de Foucault, e suas equivalentes, que ele deve ser buscado: “A história tenta fazer aparecer todas as descontinuidades que nos atravessam” (apud FARGE,

¹³ O que guarda uma vizinhança com o que Rodrigues (2005) compreende ser o problema político do historiador oral.

2011, p. 10). Aponta a autora que a abordagem do descontínuo “do que não se conecta automaticamente a um sistema liso de continuidade e de causalidade evidentes, tem a vantagem de isolar cada acontecimento e de devolvê-lo à sua história pura, áspera, imprevisível.” (FARGE, 2011, p. 10)

A busca da descontinuidade impõe um “deslocamento intelectual” e provoca a história que pretende a tudo reconciliar, ao mesmo tempo em que evidencia um certo “efeito perverso da atividade dos historiadores” quando se tem a impressão de que as coisas não poderiam se passar de forma diferente daquela que passaram. (Ibid., p.10)

Neste sentido, desconstruir o sentimento de fatalidade é fundamental, especialmente quando se trata de refletir sobre a “história da violência e sobre a história das interpretações que a integram ao coração dos dinamismos sociais.” (FARGE, 2011, p.25)

Ao defender as falas como “acontecimentos”, afirma a autora que elas não têm função de “ilustrar o discurso da história”, mas sim de “lhe causar problema”, exigindo um outro tipo de relato que possa incluir exatamente o descontínuo:

Partir das palavras daquele que fala (quando as fontes o permitem) é ao mesmo tempo interrogar de outro modo aqueles que estão em relação hostil ou familiar com ele, pois o ser falante [...] “decorre” tanto das formas de poder que o cercam quanto as provoca ou se submete a elas, inflectindo-as por sua vez [...] Se é preciso sempre submeter a emergência das palavras singulares a um coletivo que convém definir a cada vez, é mesmo possível trabalhar sobre a maneira como cada época gere essa articulação [...]. (FARGE, 2011, p. 65).

Se em cada movimento da história se produz um “sujeito novo”,

[...] podemos finalmente buscar compreender como se institui, a cada momento histórico, a relação de uma sociedade com a violência, como se fabrica um homem violento ou dócil, como o discurso sobre a violência fabrica sujeitos resistentes ou consencientes e como sua reinterpretação pode trazer novos acontecimentos que a obrigam a adotar um outro rosto. (FARGE, 2011, p 28).

Farge (2011) considera que cabe ao historiador “analisar a natureza da racionalidade” que produz a violência, bem como os “dispositivos que autorizam a violência. Estes últimos, são diferentes a cada momento histórico (p. 34 – 35):

Violência, barbárie e crueldade são organizações de poder que se inscrevem em enunciações políticas: nada é fatal nem mesmo obrigatório em sua aparição, uma vez que todo mecanismo é um jogo que se desmonta, e por vezes mesmo se abole, num outro jogo. (FARGE, 2011, p.39).

Insiste a autora: “é tão raro em história escutar as falas”, as falas de queixa e de dor, especialmente. São falas que “formam fraturas no campo social”: “Os instantes em que se exprime - de tantas maneiras - a dor revelam a formidável tensão que faz com que se confrontem a ordem e sua negação, a violência e o sentimento vitimário, o ódio e o desejo.” (FARGE, 2011, p. 16-17). Destaca a importância em articular no escrito histórico o acontecimento singular e coletivo: “é preciso tentar inscrever essas falas em temporalidades definidas e compreender sua maneira de ‘se atualizar’ no interior dos fenômenos coletivos que sustentam ou rejeitam o sofrimento.” (Ibid., p.20).

Trata-se de atentar para aquelas palavras, falas, discursos que “criam uma falha”, buscar as palavras que produzem fraturas como afirma Farge (2011): “Enquanto essa falha, em vez de ser integrada ao relato da história, não for compreendida como algo que inflecte as formas retóricas e conceituais, não haverá história em que valha se fiar.” (p.72).

ESTRUTURA DO TEXTO

A narrativa que apresentamos foi construída a partir destas pistas, numa montagem que buscou conectar as entrevistas com os moradores, registros do diário de campo e elementos de revisão de literatura.

Esta revisão teve como principais referências os trabalhos de Michel Foucault sobre biopolítica e estudos brasileiros que abordam mais especificamente os temas da juventude, da violência de estado e do governo da vida. Aportes da criminologia crítica e de elementos sobre a história das cidades no Brasil permitem problematizar as associações e interseções entre periculosidade, pobreza e raça, bem como sobre o controle social com base no discurso do crime.

A Praça Sete Jovens é o texto que abre este trabalho e privilegia as primeiras impressões da pesquisadora sobre a Praça.

Optamos por organizar o trabalho em duas partes. A Parte I - **Do Pastão à Praça: Uma Guerra aos Pobres**, focaliza o surgimento da Praça Sete Jovens. A partir de uma breve caracterização da Brasilândia, o texto apresenta um histórico deste distrito e do bairro Elisa Maria atravessado por certas histórias do Brasil que apontam para construção da associação entre periculosidade, raça e pobreza, bem como para a expansão de controles sobre a população pobre e sua circulação nos espaços públicos, principalmente de crianças e jovens, especialmente negros. Na passagem do Pastão (um matagal na região) para a Praça Sete Jovens, estas

associações se atualizam e evidenciam as profundas mudanças que ocorreram na região, bem como a intensificação da disputa do espaço por diferentes atores. Será na relação com as drogas, principalmente, que os “novos perigosos” serão construídos, não apenas eles, mas também o espaço que habitam. Sustentar a ocupação de uma praça pública será, para alguns moradores, uma luta sem fim.

A Parte II, **O Ronco das Batalhas**, propõe uma narrativa, a partir da perspectiva dos moradores, das lutas empreendidas para tornar pública a chacina ocorrida em 16 de abril de 2014 na Praça Sete Jovens. Antes, porém, o texto **A Chacina de 16 de Abril de 2014 na Praça Sete Jovens**, busca destacar algumas tensões entre os modos de falar esta chacina que atualizam a figura do “perigoso”, agora bandido tornado indefensável, construído principalmente na relação com a guerra às drogas, e outros, que tentam produzir uma resistência. Estes últimos apontam, além da construção de uma “cultura da bandidagem”, o lugar de “indesejados”, “incômodos”, que ocupam certos jovens que fogem a determinados parâmetros considerados modelares. Buscou-se também situar determinadas falas que indicam um assassinato quase cotidiano de jovens na Brasilândia, evidenciando a violência de Estado que atinge os moradores da região, não apenas pelo assassinio direto mas também pelo assassinio indireto.

Entre a Parte I e II, apresentamos **O Samba do Bowl**, um evento cultural que acontece na Praça todo mês, um espaço de produção de estratégias para sustentar uma Praça Pública que se pretende ocupada especialmente pelas juventudes locais. Este texto extrapola as temáticas tratadas na Parte I e II. Contudo, da mesma forma que para alguns dos jovens frequentadores, não é possível falar sobre a Praça, sem passar pelo Samba do Bowl, também não teria sido possível realizar essa pesquisa sem tematizá-lo. Sua presença neste trabalho carrega o lugar de fazer “sambar” as ideias: um certo trecho musical entre as partes.

As narrativas buscaram evidenciar uma conflitividade complexa atravessada por discursos de resistência, de consentimento, de denegação e de desejo nos quais o extermínio de jovens se organiza e, mesmo, se legitima. Tornar pública a chacina é travar uma luta contra as forças que produzem, em cada momento histórico, os “perigosos”, desconstruindo certos regimes de verdade. Tal trabalho de produção de memória e de enfrentamento ao *racismo de estado* que separa *os que devem viver e os que devem morrer* (Foucault, 2010) não se faz sem riscos e sem o engajamento da própria vida.

A PRAÇA SETE JOVENS

Às vezes, quando vou para a Praça, tenho a impressão de que eles estão vivos. Vejo-os sentados nas mesas.

Acho que para vários jovens que frequentam a Praça a sensação é a mesma. As narrativas dos corpos no chão são minuciosas, apesar de quase ninguém ter visto, pois os corpos foram levados rapidamente. Todos os detalhes do que sobrou deles – o fone de ouvido, o cartão, o sangue – são contados como se nenhum pudesse escapar, porque por ali se escapariam as vidas que, enfim, se foram.

Eu não vi, mas confesso que vejo! Qualquer um que dê um tempo na Praça pode vê-los.

O sufoco, porém, é outro: a ameaça de que mais jovens serão eliminados ali. São muitas vidas em luta!

Foi difícil começar a narrar as tantas histórias que ouvi. Difícil atravessar a pura imagem deles no chão debaixo do painel de grafite, feito para homenageá-los. Painel que não cabe direito, painel difícil, impressionante!

Um dia, sentei-me bem ali, em uma das mesas em que foram assassinados, e um deles me perguntou: Está esperando o que para contar?

Dizer que mais uma vez, como tantas outras vezes, ocorreu o mesmo? Não! Eu não queria dizer assim, dessa maneira. Não que eu procurasse uma maneira original, diferente do *modus operandi*: homens de capuz, de luvas, etc., etc. Nada disso. É que se eu contasse dessa forma eles iam embora! E eu os queria perto para contar essa história.

Esperei que algo se insinuasse.

A Praça Sete Jovens, que também se escreve Praça 7 Jovens, é um lugar disputado. Um espaço que resiste e insiste em permanecer um campo de guerra desde sua origem. Sustentá-lo como praça pública é, para alguns, uma luta sem fim.

Ao longo de sua história, podemos perceber que a Praça foi (e continua sendo), sistematicamente, tensionada por inúmeros projetos, outras lógicas ou modos de produzir subjetividades: escola, escola técnica, hospital, creche ou mesmo um matão – lixão da comunidade.

A Praça faz parte de uma área pública de 22.000 m² onde se situam uma Escola Municipal de Educação Infantil, uma Escola Municipal de Ensino Fundamental e um posto operacional do SAMU. A Praça mesmo compreende uma área de 7.000 m². Ela fica exatamente entre o Jardim Teresa e o Elisa Maria, na Brasilândia.

Descrevê-la, hoje, guarda algumas dificuldades. Primeiro, porque ela está em reforma: desde 2009 alguns moradores estão na luta por essa reforma acionando prefeito, subprefeitura, defensoria pública, Conselho Comunitário de Segurança. Segundo, porque é impossível descrevê-la sem narrar muitas histórias e seus planos em disputa.

O esboço final do projeto da reforma foi discutido com vários moradores e prevê novas construções, bem como modernizações de alguns equipamentos para as quadras, para o parquinho e a pista de skate.

Uma das grandes preocupações dos jovens é com relação a esta pista de skate. Ela já foi reformada mais de uma vez e sua reconstrução sempre ficou a cargo da comunidade. Existia um córrego que atravessa a Praça e costumava transbordar. Para resolver esse problema, a prefeitura teve que destruir a pista de skate três vezes. Toda vez que isso acontecia era um grupo da comunidade que comprava areia, cimento, massa plástica, enfim, todo o material, e ainda trabalhava na reconstrução. Da última vez, passaram três meses reconstruindo a pista de skate e a quadra de basquete. Ninguém ali é arquiteto ou engenheiro, mas fizeram e, se não fosse deste jeito, nada teria acontecido.

Os jovens que frequentam a Praça afirmam que na Brasilândia não tem nada para fazer de divertido e, ainda assim, a prefeitura destruiu uma das poucas pistas de skate que era referência para muito jovens. Por quê? Segundo alguns, foi para construir o estacionamento do Hospital Municipal. Por isso a pista de skate da Praça Sete Jovens ganha enorme importância na região.

O bowl também é muito frequentado pelas crianças. Elas brincam ali por horas, até que venham buscá-las. Divertem-se, aprendendo a remar sem skate ainda. É um espaço

pequeno, disputadíssimo e todos os dias crianças e jovens estão ali, desafiando as fronteiras do possível:

Com a velocidade de seus skates, devidamente incorporados aos seus pés, os skatistas cartografam suas linhas na pista arrebatando pontos e produzindo múltiplos trajetos. Linhas que surgem e desaparecem, que a todo instante são feitas, refeitas e reelaboradas; possuidoras de duração efêmeras, afirmam a vida à beira do abismo, do risco da quebra do corpo, do mau encontro [...] linhas que não se filiam, apenas se aliam [...]. (OLIC, 2012, p. 102).

A pista de skate tem ao seu lado duas mesas com bancos de cimentos onde três jovens foram assassinados em uma chacina em de abril de 2014. Ao fundo, tem um painel de grafite em memória a eles. Também por isso a pista é fundamental! Foi combinado que ela será a última a ser reformada. Claro, só será se a arquiteta da prefeitura trouxer a planta para ser aprovada pelos frequentadores. A expectativa é grande.

As poucas árvores da Praça foram plantadas pelos moradores. Decidiram fazê-lo porque a subprefeitura, após ter cavado os buracos, demorou tanto para plantar, que esses buracos já estavam se unindo fazendo uma grande cova, enquanto as mudas estavam sendo levadas pelos moradores para suas casas.

Para os jovens frequentadores a Praça Sete Jovens é um espaço de experimentações e de convivência. É um espaço no qual se troca intensivamente, como dizem. Quem sabe tocar violão, andar de skate, jogar basquete, futebol, ensina quem não sabe e quer aprender. Anos atrás, havia três grafiteiros no bairro. Hoje eles são em torno de trinta. Um grafiteiro foi ensinando o outro e, assim, sucessivamente. Com os violeiros foi a mesma coisa. Quem tem empresta: o violão, as tintas, o que for.

Se o menino sabe tocar violão, então eu vou articular a atividade, organizar tudo pra pôr o menino para fazer o que ele sabe fazer. O menino vai pintar um grafite, a comunidade vai auxiliar no que ela pode. O menino que sabe fazer grafite, vai fazer. A menina que sabe dançar, vai dançar, a que sabe fazer a pintura de rosto, vai fazer a pintura de rosto. (Morador, membro do Coletivo da Praça, negro, 26 anos).

Muitos desses jovens frequentam a Praça desde crianças. Várias são as lembranças que povoam esse lugar. Lembranças particulares e coletivas. Espaço de confiança, de construção de amizade, de pegação e até casamento!

[...] eu fico na minha casa o dia inteiro, aí eu venho aqui... Tem umas pessoas aqui que eu fico a tarde toda conversando, gente com mente aberta, um fala inglês, outra canta, outra ríscia e é assim, não desistimos. (Moradora, negra, 19 anos).

A Praça é também espaço de afirmação da potência da comunidade e um lugar de visibilidade:

Nosso talento vem de nossas raízes [...] Da nossa comunidade já saiu tanto artista! A Negra Li é uma delas [...]. Aqui é um espaço que a gente está intensivamente trocando. Antigamente as praças eram usadas para isso. Nos tempos filosóficos com Platão e Aristóteles, eles iam para a praça para filosofar: o conhecimento e o desconhecimento. (Morador, membro do Coletivo da Praça, negro, 26 anos).

Entre uma escola e a outra, bem no meio da Praça, tem um posto operacional do SAMU, serviço de atendimento móvel de urgência:

Olha isso [referindo-se ao SAMU]. Não sei pra que serve! Três ou quatro vezes amigos nossos quebraram o braço e a gente ia lá chamar os caras e eles diziam: "Não, a gente não pode socorrer, tem que ligar pra ambulância" e a ambulância lá parada! Qual o sentido disso? Pra que essa ambulância aqui? (Morador, negro, 25 anos).

O SAMU bem que poderia ser transformado em um Barracão de Cultura, como desejam alguns jovens: de estacionamento de ambulâncias para espaço de ensaios, lugar de guardar os instrumentos musicais, as latas de tinta. Isso, em muito facilitaria a organização destas trocas que ali acontecem, potentes construções de modos de ser.

Mas, essa organização, a quem mais interessaria?

[...] tudo aqui é para o não e a gente tenta para o sim, sabe... (Moradora, negra, 19 anos).

O Centro Cultural Juventude Ruth Cardoso (CCJ) e o Fábricas de Cultura, equipamentos culturais da região, distam da Praça 3 km e 1,5 km, respectivamente. Apesar de oferecerem uma série de programas e atividades em arte, cultura e lazer, alguns jovens insistem:

A Praça é o nosso único espaço de lazer, entendeu? Por isso vêm jovens de diversas quebradas. (Diário de Campo, 07/04/2016).

Único espaço de lazer que tem por ali? O que querem dizer?

O jovem não tem acesso [...]. São coisas que a gente sente uma opressão aqui muito forte. A gente como jovem não tem acesso a um teatro, cinema, orquestra musical. Um espaço onde a gente sai na rua e só tem biqueira, o jovem vai procurar o quê? A biqueira. (Morador, negro, 25 anos).

E quanto às escolas, que inclusive disputam o espaço físico da Praça?

O sistema quer que o jovem não tenha conhecimento político, filosófico, não tenha autoconhecimento, porque é muito mais fácil você manipular um povo assim [...]. Eu aprendi mais na rua, lendo livros, na internet, jornal. Na escola o modelo é quadrado. É verbo to be da 5ª ao 3ª colegial. O verbo to be eu já sabia desde os dez anos de idade. É uma revolta que dá [...] porque a escola é uma prisão! Olha o muro, tudo é cinza ou branco. Parece que você está cumprindo uma medida socioeducativa, não parece que você está indo para a escola para adquirir conhecimento. (Morador, negro, 25 anos).

Não se trata de uma ausência de políticas públicas, mas de uma presença restritiva, por assim dizer. Alguns jovens do distrito insistem: não tem acesso.

Mas acesso à biqueira tem, em cada rua, como dizem. A disputa pela Praça Sete Jovens com a venda de drogas é no corpo a corpo.

Na minha rua não tem nenhum teatro, mas 6 biqueiras tem. E se eu for na rua de cima tem mais umas 10, e se eu for na de cima mais 15, e assim vai se proliferando e o jovem vai sendo circundado por isso e aí depois eles querem aprisionar o jovem. Ele vira nada mais nada menos do que um robôzinho do sistema [...]. Então a nossa luta aqui é muito grande, porque assim como a gente tem a luta com os políticos, tem com os traficantes [...] eles quiseram fazer aqui ponto de tráfico, tentaram várias vezes, mas eu bati no peito e briguei com eles: "Não pode fazer aqui mano". Com quem eu tenho que debater eu vou debater, vamos lá, com os irmãos. (Morador, membro do Coletivo da Praça, negro, 26 anos).

Compravam as tintas para o grafite, emprestam seus instrumentos, constroem e reconstróem a Praça, sempre em um fazer ininterrupto. Por quê?

Todos os que frequentam aqui são talentosos: um canta, outro toca, outro dança, entendeu? Não são drogados, noíás como tentaram dizer: que aqui só dá o que não presta. Não é isso. Aqui tem muitas pessoas talentosas. (Moradora, negra, 19 anos).

Os jovens frequentadores querem a Praça como lugar de invenção e de resistências, porém, entre os moradores, há os que não querem a Praça, porque acham que ali “só dá o que não presta”.

Do outro lado da rua, em volta da Praça, encontramos uma série de casas residenciais, sendo que algumas funcionam como bar, pequeno mercado e igreja, a Bola de Neve. A maioria desses moradores apostam no policiamento e em mais segurança para protegê-los das desordens que a Praça produz:

Desse lado da rua, quase todos chamam a polícia para pôr ordem, mesmo se for por causa de brigas entre meninos e meninas. Outro dia, duas adolescentes começaram a se bater, saindo da escola, em frente ao Bar. Uma puxando o cabelo da outra. A solução foi chamar a polícia, pois estavam espantando a freguesia.

Tem muita gente que vem de outros lugares para usar droga aqui. Eles querem a praça pra isso, usar droga. Não tem hora e nem respeito, eles deviam se esconder, mas não. (Diário de campo, 15/03/2016).

Os frequentadores da Praça são, para alguns moradores deste lado da rua, usuários de drogas: são somente eles – os drogados – que querem a Praça. E assim, os frequentadores vão sendo identificados, um a um. Quem não é identificado, é, sem dúvida, suspeito. Todos ficam expostos.

Pelas frestas, portas, grades e janelas, vigiadas e ostensivamente controladas, Sete Jovens está cercada por quem não a quer. Cidadãos-polícia. (PASSETTI, 2003).

Com lentes muito precisas, estes cidadãos produzem e reproduzem “verdades” sobre os jovens que frequentam a Praça: são drogados, doentes, criminosos, enfim, perigosos – palavra-chave que faz instalar entre a Praça e as casas, a ronda policial. Elas são diárias e mais de uma vez ao dia.

Essa dimensão armada da disputa pela Praça vai alastrando em nome da guerra às drogas e, de repente, a distinção entre os da Praça e os das casas, se perde. Todos suspeitos.

Do ponto de vista dos frequentadores, a polícia está sempre enquadrando os jovens na Praça. Para alguns, a polícia não quer que eles ocupem o espaço justamente “porque é o único espaço de lazer” que possuem. Outros acreditam que “a polícia quer matá-los porque

não aguenta vê-los felizes". Outros ainda, explicam que "o governo oprime através da polícia e essa quer se impor como se fosse uma ditadura militar." (Diário de campo, 15/03/2016).

Atravessando novamente a rua em direção à Praça podemos compreendê-la como um "espaço vingado", como dizem alguns jovens, especialmente depois da chacina de 16 de abril de 2014.

Agora sempre tem aquilo, tem sempre um que fala será que é tranquilo, será que vai acontecer alguma coisa? Não tem mais aquela liberdade do lugar [...] querendo ou não é um lugar muito vingado. À noite, tipo 21 h fica vazio. Esse era um horário que, antes [da chacina], o pessoal ficava, andava de skate, passeava. Uma coisa vingada é onde você não se sente muito bem. Toda hora tem movimento de polícia, toda hora tem alguém diferente olhando o ambiente. Ou seja, é uma coisa vingada, você não sabe o que vai acontecer. Não sabe se alguém vai chegar e vai matar todo mundo. Então é uma coisa muito vingada. (Moradora, negra, 19 anos).

Às vezes, os jovens estão na Praça conversando, remando, brincando e os policiais se aproximam e dizem que não vai ficar só em 10 jovens assassinados. Dez é a soma dos três jovens que foram assassinados na chacina de 2014 e mais sete assassinados em outra chacina ocorrida em 2007 (embora um tenha sobrevivido). O nome da Praça é uma homenagem a esses sete jovens.

Esse número aí não vai parar só nos dez, não. É o que eles falam pra gente quando vêm aqui: vai chegar até os 45, 50 se possível. Ameaçam a gente falando isso. Tá entendendo? (Diário de campo, 15/03/2016).

[...] eu saio à noite, sabe. Minha avó até brinca. Ela diz: "você vai na Praça que mataram e que deixam pra matar amanhã mais dez"? (Moradora, negra, 19 anos).

Mas foi atravessando o medo que vimos outras forças em jogo na disputa pela Praça. Aquele lugar, próximo à pista de skate, onde ficam as duas mesas com bancos de cimento, local onde ocorreu a chacina de abril de 2014, pois bem, foi ali que vimos, certa vez, estas forças aparecerem.

Conversando com um morador no Bar em frente à Praça, observamos, do outro lado da rua, vários jovens sentados nos bancos de cimento. Eles conversavam e quase todos fumavam. Aos poucos, vem se aproximando um carro de polícia, muito devagar, câmera lenta mesmo. Parecia que procuravam algo ou alguém. A viatura estava chegando e os jovens ali, alguns sentados, outros em pé. Eles sabiam que a viatura se aproximava.

Ao passar bem em frente, o policial copiloto e o outro que sentava atrás puseram suas cabeças e troncos para fora do carro e olhavam fixamente para o grupo de jovens. Alguns jovens olharam também, outros permaneceram imóveis. O policial motorista olhava para frente e, sem piscar, continuou conduzindo o carro, lentamente, até que se foram.

Todos expostos, mutuamente rastreados.

Este lugar na Praça está sempre ocupado pelos jovens frequentadores, distante poucos metros do outro lado da rua, das frestas e janelas, das rondas policiais. Exatamente em frente ao Bar da Rua Pedro Pomar, cuja freguesia não deve ser espantada. Ao se afirmarem neste lugar, “evidenciam uma vitalidade que se nega a ser destruída”: “forjam uma experiência direta, concreta, dramática e corpórea da realidade”, um “modo de subjetivar-se em meio à opressão, ao estigma e à violência” (VICENTIN, 2005, p.102-103 e 260). São vidas que se arriscam à prisão ou à morte, tal qual uma rebelião.

PARTE I

DO PASTÃO À PRAÇA: UMA GUERRA AOS POBRES

Como se aprendeu a lutar contra a peste? Não apenas por meio do isolamento dos pestíferos, mas através da delimitação estrita do espaço da desgraça, pela invenção de uma tecnologia de ordenamento de que mais tarde a administração das cidades beneficiará, e, finalmente, por meio de levantamentos minuciosos, que, desaparecida a peste, servirão para impedir a vagabundagem (o direito de ir e vir dos «pequenos») até ao ponto de suprimir o direito de desaparecer que ainda hoje nos é recusado de uma maneira ou de outra.

Maurice Blanchot

A BRASILÂNDIA E O ELISA MARIA

O município de São Paulo é composto por 96 distritos, com trinta e duas subprefeituras. A Brasilândia situa-se na zona noroeste da cidade de São Paulo, abrangendo uma área de 21 km², com uma população local estimada em 264.918 habitantes.

A partir do último censo do IBGE, Rosa (2016)¹⁴ destaca que o número de mulheres (138.495) no distrito é um pouco maior que o de homens (126.423) e que, acima dos 65 anos, esta proporção aumenta consideravelmente, passando a ser quase o dobro entre aqueles com mais de 80 anos. A população de 0 a 14 anos corresponde a 25,6% do total geral do distrito; a população de 15 a 29 anos corresponde a 27,7%; de 30 a 59 anos, 38,4% e acima de 60, 8,3% do total.

O estabelecimento de um recorte racial para qualificar a análise do distrito não é possível dada a escassa produção de dados neste sentido: os observatórios e portais da prefeitura não trabalham com indicadores relativos à raça/etnia. Pelos dados da Secretaria Municipal de Saúde, Rosa (2016) considera possível afirmar que a Brasilândia tem a maior porcentagem de população negra da cidade. Em termos absolutos é o distrito com o maior número de pessoas negras da cidade de São Paulo. Discute a autora que as regiões periféricas concentram a população negra do município de São Paulo.

¹⁴ Optamos por tomar como principal referência para uma breve caracterização do distrito da Brasilândia a tese de doutorado de Elisa Zaneratto Rosa (2016). Este trabalho sistematiza um conjunto de informações recentes sobre o município de São Paulo, com um foco específico na Brasilândia e com especial atenção ao recorte racial. Além disso, seu estudo leva em conta também a oferta de recursos públicos na região.

Segundo o Observatório Cidadão da Rede Nossa São Paulo, a grande maioria dos domicílios na Brasilândia possui de três a cinco moradores, porém é o terceiro distrito com maior número de moradores por domicílio: 09 e mais. A densidade de moradores por dormitório está acima de cinco pessoas, 1.611 domicílios estão nesta condição, ficando atrás somente do Jardim Ângela, com 1.632 domicílios e Grajaú com 1.653. Além disso, é o terceiro distrito da cidade com a maior porcentagem de domicílios em favelas (ROSA, 2016).

Mais de 40% dos domicílios possuem renda de até dois salários-mínimos. Menos de 10% dos domicílios possuem renda de 20 ou mais salários-mínimos (IBGE, 2010). As possibilidades de trabalho no distrito são muito poucas e os empregos formais, quando presentes, são de baixos salários. A maioria da população tem que ir para as regiões centrais da cidade em busca de empregos formais e informais. A partir do Infocidade, Rosa (2016) informa que em 2013 a maior parte dos 11.961 empregos formais concentrados na Brasilândia, com rendimento entre 1 e 3 salários-mínimos, estavam distribuídos, em sua maioria, entre a população branca: 7.419 postos. Entre a população parda eram 3.166 postos contra 823 entre a população negra. Além disso, a população masculina, que não é a maioria, ocupava com vantagem os 6.550 postos (Ibid.).

Para a autora a ação do Estado na região demonstra as contradições da sociedade capitalista no contexto neoliberal. Em termos da rede de educação pública, a partir dos dados do Infocidade, a autora identifica que o número de escolas diminui conforme aumenta o grau de escolaridade, sendo que as escolas de ensino médio se encontram em número bastante reduzido. A região não conta com escolas de ensino superior. Praticamente toda a população da Brasilândia depende da rede pública de ensino e está entre os distritos que tem maior porcentagem de população analfabeta, acima de 15 anos (4,5%). (Ibid.). Com este quadro é de se esperar um elevado índice de abandono: a Brasilândia é o sexto distrito com o maior índice de abandono no ensino fundamental, além de se situar entre as mais altas taxas de reprovação. Com relação ao ensino médio a situação se agrava mais ainda, estando a Brasilândia entre as regiões com piores índices (ROSA, 2016).

Com relação às políticas públicas de acesso à cultura, a partir do Observatório Cidadão da Rede Nossa São Paulo, são identificados dois Telecentros e sete equipamentos esportivos. A partir do Infocidade, é possível identificar uma biblioteca municipal e algumas salas pontuais

de teatro e cinema nos Céus, além dos equipamentos Casa de Cultura e o Fábricas de Cultura (ROSA, 2016)¹⁵.

A situação da rede de Assistência Social é bastante precária. Como parte da rede de proteção básica, a quantidade de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) na Brasilândia não chega a um quarto do que recomenda a Política Nacional de Assistência Social¹⁶. Além disso, a partir de uma avaliação realizada por um grupo de usuários desta rede de assistência, foi identificado que os serviços oferecidos, especialmente os cursos, não são do interesse dos jovens¹⁷.

Com relação à rede de Saúde do município, Rosa (2016) aponta que, de uma maneira geral, a implementação do SUS ainda é incompleta. A distribuição dos recursos “reflete e reproduz a desigualdade social do município de São Paulo, concentrando nas áreas centrais os recursos hospitalares e de alta complexidade” (p.189). Na Brasilândia a rede de Saúde é composta sobretudo por UBS (Unidades Básica de Saúde) com índice de cobertura de 0,45, uma Unidade para cada 22.300 habitantes, sendo que a referência de cobertura é de uma Unidade para cada 10.000 habitantes. Apesar de estar distante da meta, representa a segunda melhor taxa do município (Rosa, 2016)¹⁸.

¹⁵ Embora este estudo refira-se aos equipamentos públicos, vale ressaltar que a arte e a cultura tem presença marcante na Brasilândia, região de origem da escola de samba Rosas de Ouro e de outras criações, com destaque especial para a cultura afro-brasileira manifesta na música, religião e culinária. A maioria dos jovens se organiza enquanto “Coletivo” para produzir arte e cultura, como por exemplo o Coletivo da Praça Sete Jovens, por meio do Samba do Bowl, o Coletivo Sacode, por meio da comunicação que conta com um importante acervo de vídeos, o Coletivo Literatura Suburbana com um produção literária intensa, o Cine Escadão, entre tantos outros. Sem falar do Sarau da Brasa, que desde 2008 “é lugar de encontro, de giro da palavra, de memória e criação de dias melhores. O encontro não se propõe, somente, a criar transformações sociais para um futuro distante, que talvez muitos de nós nem irão ver. Nossa roda cria em ato, no momento de sua existência, possibilidades de outras formas de relações sociais, respeitosa com as diferenças e os conflitos”. (Disponível em: <http://brasasarau.blogspot.com.br/> Acesso em 10 dezembro de 2016).

¹⁶ Rosa (2016) aponta a existência de três Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Segundo a estimativa da Política Nacional de Assistência Social a região deveria contar com treze CRAS.

¹⁷ A pesquisadora participou como relatora de um encontro entre os jovens usuários destes serviços promovido pelo Juventude Viva realizado no dia 09/09/2016 na Casa de Cultura da Brasilândia.

¹⁸ Considerando os equipamentos da rede de Saúde da Freguesia do Ó/Brasilândia, Rosa (2016) informa o seguinte quadro: existem quatro serviços de Assistência Médica Ambulatorial (AMA), sendo que três estão na Brasilândia; um Ambulatório Médico de Especialidades (AME) na Freguesia do Ó e um Rede Hora Certa, ambulatório médico com ampliação de especialidades atendidas, na Brasilândia. Já a rede de atenção à Saúde Mental é composta por um CAPS AD III (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas) com duas unidades de acolhimento e um CAPS AD II, ambos na Brasilândia; um CAPS II também é localizado na Brasilândia; e na Freguesia do Ó encontram-se um SRT (Centro de Residência Terapêutica), um CAPS i (Centro de Atenção Psicossocial Infantil) e um CECCO (Centro de Convivência e Cooperativa). Ainda, na Brasilândia localiza-se um Centro de Especialidades Odontológicas, sendo que o Centro de Referência de Saúde do trabalhador e o de DST/AIDS, o Laboratório Municipal e o Pronto Socorro, estão na Freguesia do Ó; finalmente, a região conta com quatro Núcleos Integrados de Reabilitação, sendo apenas um localizado na Brasilândia (p. 193).

A autora ressalta que a implementação desta rede é recente e que sofreu sobremaneira com os efeitos das gestões municipais: logo após a consolidação e ampliação da rede pública municipal de saúde realizado pela gestão 1989 – 1992, foi implantado o Plano de Atendimento à Saúde (PAS) que provocou um desmonte generalizado, delegando ao setor privado o gerenciamento da Saúde que se desresponsabilizou pelo compromisso público com a descentralização do SUS. Foi somente na gestão municipal de 2001-2004 que o SUS foi resgatado enquanto política pública.

Dentre os índices sobre as condições de saúde da população, Rosa (2016) destaca que a Brasilândia está entre os distritos com os maiores índices de mortalidade por causas externas: 69,18 para cada 100 mil habitantes. Considera a autora que, embora este índice deva ser analisado juntamente com as demais mortes na região, ele está relacionado principalmente com a violência.

Sobre a questão da violência a autora destaca os índices de homicídios de jovens: a Brasilândia está entre os distritos que apresentam os índices mais graves. Em 2014, segundo o Observatório Cidadão da Rede Nossa São Paulo, considerando jovens homens na faixa etária de 15 a 29 anos, o número de mortes por homicídio na Brasilândia foi de 7,77 por 10 mil habitantes. O mais alto foi em Campo Limpo, com 10,44 por 10 mil habitantes (ROSA, 2016).

Segundo o Mapa da Violência de 2014 (WAISELFISZ, 2014), considerando a população brasileira de 15 a 29 anos, desde 1998 se repete a elevada proporção de mortes masculinas e de negros¹⁹: entre 2002 e 2012, para cada jovem branco que morria assassinado, morriam 2,7 jovens negros. Além disso, neste mesmo período foi observado que, nos anos extremos da década (2002 e 2012), as taxas de homicídio foram semelhantes: de 56,1 e 57,6 homicídios por 100 mil jovens. Porém, nos anos centrais ocorreram dois fenômenos: de 2002 a 2007, as taxas caíram de 56,1 para 49,7, mas de 2007 a 2012, “as taxas globais retomaram seu fôlego altista” (Ibid., p.6).

São Paulo manteve a taxa de homicídio em relação a faixa etária entre 15 e 29 anos de 1999 até 2012. Neste último ano, porém, ocorreu um “surto” de homicídios na capital paulista, com crescimento de 14,8%, muito embora sua taxa continue sendo uma das mais baixas do país (WAISELFISZ, 2014, p. 45 e 50).

O Mapa de Violência de 2015, por sua vez, precisa a faixa etária das mortes brasileiras por homicídio:

¹⁹ A categoria *negro* neste relatório resulta do somatório das categorias *preto* e *pardo*, utilizadas pelo IBGE.

[...] vai ser a mortalidade da faixa dos 16 e 17 anos o foco que pressiona para cima os índices das causas externas. Os homicídios têm centralidade nesse contexto, representando 46% do total de óbitos de jovens no ano de 2013 – um crescimento de 372,9% em relação ao ano de 1980. (WAISELFISZ, 2015, p.4)

Segundo o Mapa de Juventude da Cidade de São Paulo (UNICAMP, 2014)²⁰, considerando o período entre 2000 e 2011, constatou-se uma redução da taxa de mortalidade²¹ por causas externas na faixa etária entre 15 a 29 anos na cidade de São Paulo, cujo decréscimo foi de 37%. Embora a diminuição tenha sido observada em todas as subprefeituras, a Brasilândia/Freguesia está entre aquelas que mantêm uma elevada taxa de mortalidade por causas externas²². No ano de 2005, esta subprefeitura apresentou as seguintes taxas de mortalidade masculina por causas externas por 100 mil habitantes por grupos etários:

- De 15 a 24 anos, apresentou a terceira maior taxa 617.3 por 100 mil, a primeira foi de 734,6 por 100 mil em Parelheiros, seguida por 664.3 por 100 mil em Capela do Socorro.
- De 20 a 24 anos, apresentou a segunda maior taxa 877.7 por 100 mil, a primeira foi de 992.8 por 100 mil em Parelheiros.
- De 25 a 29 anos, apresentou a terceira maior taxa 689.3 por 100 mil, a primeira foi de 899,8 por 100 mil, em Parelheiros, seguida por 749,1 em Capela do Socorro.

Em 2010, a subprefeitura Brasilândia/Freguesia se manteve entre as mais altas taxas de mortalidade masculina por causas externas por 100 mil habitantes, especialmente para adolescentes (UNICAMP, 2014):

²⁰ O Estudo busca traçar um perfil de jovens paulistanos, entre 15 e 29 anos, “tomando como base um conjunto de indicadores demográficos e socioeconômicos e mapeando as especificidades das condições vivenciadas pelos jovens nos 96 distritos (ou nas 32 subprefeituras) do Município.” (UNICAMP, 2014, p.01). Foi construído um conjunto de indicadores para cada um dos oito eixos temáticos, assim definidos: dinâmica demográfica, condições de moradia, situação educacional, inserção no mercado de trabalho, condições de saúde, exposição à violência, proteção social e cidadania digital. Sempre que possível buscou-se contemplar diferenças por sexo, faixa etária (15 a 19 anos, 20 a 24 anos, 25 a 29 anos) e raça/cor da pele (branca e negra, considerando a soma de preta e parda). (p.02). Com relação ao eixo temático - “exposição à violência” - foi estudado os diferenciais de mortalidade por causas externas na população jovem do município de São Paulo, “com destaque para o conjunto das causas violentas e, em particular, aquelas motivadas por homicídios.” (Ibid., p.293).

²¹ O estudo esclarece: “as taxas de mortalidade foram calculadas a partir da média trienal dos óbitos, como forma de ajuste das possíveis oscilações que podem ocorrer nas declarações anuais de óbitos. Dessa maneira, as taxas referentes ao ano de 2005, correspondem aos óbitos registrados no triênio de 2004 a 2006 e para o período de 2010, a referência é o triênio 2009 a 2011. A população por sexo e idade que serve de denominador para o cálculo das taxas é proveniente das estimativas (2005) e dados censitários (2010) divulgados pelo IBGE.” (UNICAMP, 2014, p. 296).

²² Priorizamos a apresentação dos dados referentes à taxa de mortalidade masculina.

- De 15 a 24, apresentou a maior taxa 403.6 por 100 mil.
- De 20 a 24 anos, apresentou a terceira maior taxa 586,5 por 100 mil, a primeira foi de 600.3 por 100mil no M' Boi Mirim, seguida de 598.0 por 100 mil, em Parelheiros.
- De 25 a 29 anos, apresentou a sétima taxa 378.4 por mil e Perus, a taxa mais alta 493.4 por 100 mil em Perus.

Em 2005, na cidade de São Paulo, a taxa de mortalidade por causas externas de homens era nove vezes maior que das mulheres, chegando a se situar acima de 10 vezes, especialmente nas idades a partir de 20 anos. No ano de 2010, a sobremortalidade masculina diminuiu em todas as subprefeituras, mas manteve-se elevada na faixa etária de 20 a 24 anos de idade. O estudo ressalta que as reduções nas taxas masculinas foram mais expressivas no grupo de 15 a 19 anos, chegando a 32%, e no grupo de 25 a 29 anos, com redução de 31% (UNICAMP, 2014, p. 299-230).

No período de 2000 a 2011, tendo em vista a população de 15 a 29 anos na cidade de São Paulo, a pesquisa constatou que a quase totalidade dos casos de óbitos por homicídios e intervenções legais²³ foi de homens jovens. Em 2005, a taxa de mortalidade e intervenção legal²⁴ do distrito da Brasilândia para homens jovens entre 15 a 29 anos foi a segunda maior taxa do município: 223.7 por 100 mil habitantes, a primeira foi de 225.0 por 100 mil em Grajaú. Em 2010, a Brasilândia foi a décima terceira, com 71.4 por 100 mil, sendo que a mais alta foi 98.4 por 100 mil em Campo Limpo (UNICAMP, 2014, p. 300-303)²⁵.

Considerando os anos de 2005 e 2011, foi entre os adolescentes e os jovens de 20 a 24 anos do município que se apresentaram as maiores taxas de mortalidade por intervenções legais. Em 2005, as maiores taxas se referiam à faixa etária de 20 a 24 anos. Enquanto que, em 2011, o grupo etário de 15 a 19 anos foi o mais atingido (UNICAMP, 2014, p.307-308).

Vale ressaltar que, se por um lado, os dados destacados trouxeram visibilidade para aspectos importantes sobre a Brasilândia, por outro, principalmente com relação às taxas de

²³ As mortes por intervenções legais são consideradas mortes decorrentes de ações policiais e militares.

²⁴ Refere-se à razão entre o número de óbitos por homicídios e intervenções legais na população de 15 a 29 anos, tendo em vista o total da população nessa faixa etária na região (e no período considerado, por 100.000 habitantes com idade entre 15 e 29 anos). (UNICAMP, 2014).

²⁵ Apesar das taxas terem tido diminuições expressivas em 2011, o número de distritos com taxas acima da observada para o Município aumentou, passando de 34 distritos para 41 distritos. Além disso, a taxa do município também se elevou, 7,4 por 100 mil: “Nota-se que os distritos das regiões leste e norte da cidade despontam entre aqueles com as taxas mais elevadas.” (UNICAMP, 2014, p.305).

homicídios de jovens, elas trouxeram políticas de segurança cujos efeitos serão abordados no decorrer desta pesquisa. Elemento fundamental das tecnologias de poder, como aponta Foucault (2010), as estatísticas servem para estabelecer mecanismos reguladores sobre a população: produzem realidades e contribuem fortemente para o estabelecimento do controle social. As estatísticas constituem elemento central nas definições, monitoramentos e avaliações de políticas públicas e, portanto, evidenciam um campo de disputas e de decisões.

A segregação dos espaços da cidade

Para os moradores do Elisa Maria e do Jardim Teresa, bairros situados no distrito da Brasilândia, sua história pode ser assim introduzida:

Interessa esclarecer que, pelo fato de as construções de cortiços serem vedadas nas zonas centrais ou comerciais, é justamente nas áreas mais problemáticas e recém integradas ao perímetro urbano do município, que eles se disseminaram. Os governos paulistanos preocupando-se com a beleza e o saneamento no centro da cidade, executaram reformas urbanas [...] que, alargando as ruas e derrubando os cortiços, promoveram um verdadeiro êxodo dos proletários em direção à periferia, pois os imóveis que resistem à demolição têm seus aluguéis aumentados em até 200%. E são exatamente essas famílias, fugindo dos altos aluguéis, que passam a adquirir lotes residenciais na iniciante Brasilândia. Somavam-se, ainda, famílias vindas do interior, em busca de melhores condições de vida. (LIMA, 2010, p. 05)²⁶.

Este trecho apresenta uma certa lógica presente no ordenamento da cidade de São Paulo e condensa, por assim dizer, aspectos que buscaremos amplificar.

Chalhoub (2006), considera como marco inicial de uma concepção de gestão das diferenças sociais na cidade a destruição do cortiço Cabeça de Porco, no Rio de Janeiro. Considerado um “valhacouto de desordeiros”, sua destruição deu início à erradicação de cortiços e ao surgimento de favelas (CHALHOUB, 2006, p.16). Conta-nos o autor que

[...] um grande portal, em arcada, ornamentado com a figura de uma cabeça de porco, tinha atrás de si um corredor central e duas longas alas com mais de uma centena de casinhas. Além dessa rua principal, havia algumas ramificações com mais moradias e várias cocheiras. Há controvérsia quanto ao número de habitantes da estalagem: dizia-se que, em tempos áureos, o conjunto havia sido ocupado por cerca de 4 mil pessoas; naquela noite de janeiro, com toda uma ala do cortiço interditada havia cerca de um ano pela Inspeção Geral de Higiene, a Gazeta de Notícias calculava em quatrocentos

²⁶ LIMA, A. **Nossas Memórias**. Coletivo Literatura Suburbana, 2010. Documento elaborado por um grupo de moradores do bairro Jardim Teresa e Elisa Maria.

o número de moradores. Outros jornais da época afirmavam que 2 mil pessoas ainda habitavam o local. Seja como for, o que se anunciava na ocasião era um verdadeiro combate. Três dias antes os proprietários do cortiço haviam recebido uma intimação da Intendência Municipal para que providenciassem o despejo dos moradores, seguido da demolição imediata de todas as casinhas. A intimação não fora obedecida, e o prefeito Barata Ribeiro prometia dar cabo do cortiço à força. Às sete horas e trinta minutos da noite, uma tropa do primeiro batalhão de infantaria, comandada pelo tenente Santiago, invadiu a estalagem, proibindo o ingresso e a saída de qualquer pessoa. Piquetes de cavalaria policial se posicionaram nas ruas transversais à Barão São Felix, e outro grupo de policiais subiu o morro que havia nos fundos da estalagem, fechando o cerco pela retaguarda. (p.15).

Em uma noite, 26 de janeiro de 1893, liderado pelo prefeito Barata Ribeiro, o lugar da “desordem” e dos “vícios” – o Cabeça de Porco – foi destruído.

Azevedo (2003), aponta que a perseguição contra cortiços já ocorria nas décadas de 50 e 60 do século XIX. Estes espaços, “estratégias para a abolição”, que concentravam negros alforriados, escravos e imigrantes portugueses, foram esquadriados por forças policiais a pedido de proprietários de escravos. Conta-nos o autor que foi justamente na gestão de Cândido Barata Ribeiro, entre 1892 e 1893, que se produziram dois padrões que atravessaram a história das cidades brasileiras. Primeiro, o padrão centro /periferia: o centro, reservado para as classes médias burguesas, e a periferia para os pobres, empurrados para as favelas. Segundo, o padrão da guerra de raças: foco de doenças, os cortiços passaram a ser destruídos pelas brigadas demandadas pelos “racialmente puros” (p. 102-103).

Por um lado, delimita-se o “espaço da desgraça” (BLANCHOT, 1987, p. 43) e, por outro, instaura-se a “guerra de raças”, pautada no discurso científico, sobretudo, no discurso médico²⁷. Aponta Coimbra (2001) que aos pobres caberá os espaços pouco valorizados no mercado imobiliário: espaços “onde a miséria, a insalubridade, os pardieiros, as ruas mal traçadas e pavimentadas se fazem presentes.” (p. 98).

²⁷ Afirma Azevedo (2003) que foi com a Proclamação da República que os médicos higienistas consolidaram seu prestígio político. Conta-nos que quando Rodrigues Alves é eleito Presidente da República, concede amplos poderes para o engenheiro Pereira Passos e para o médico Oswaldo Cruz, que na época era diretor do Serviço de Saúde Pública. Ambos, engenheiro e médico, mudaram o Rio de Janeiro. Pereira Passos fazia avenidas, expulsava mendigos, “capturava cães, promovendo a famigerada Canoa, espetáculo público de perseguição e tortura de crianças e adolescentes de rua pela polícia”; e, além disso, incrementava a normalização do espaço urbano segundo o projeto médico, controlando a massa perigosa: homens, mulheres pobres e miseráveis. Oswaldo Cruz, por sua vez, organizava várias cruzadas contra as doenças epidêmicas. Travava combates contra a febre amarela, a peste bubônica, a varíola e impôs a vacinação compulsória da população pobre pelos batalhões higienistas. Ressalta o autor os fortes protestos que ocorreram contra a obrigatoriedade da vacina. Confrontos com barricadas entre estudantes, operários e forças policiais deram início ao movimento que ficou conhecido como a Revolta da Vacina em 1904. Como resultado, ocorreu a deportação para o presídio de Fernando de Noronha de 461 pessoas e de sete estrangeiros para o exterior (Ibid., p. 112 - 117).

As ruas começaram a ser alvo de ataques porque eram os espaços de sociabilidade daqueles que foram sendo considerados perigosos. Chalhoub (apud COIMBRA, 2001, p.101) ressalta que com a expulsão dos pobres do centro do Rio de Janeiro para os subúrbios e favelas, as ruas transformaram-se em “verdadeiros espaços de guerra”. Em São Paulo não será diferente.

Segundo o Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (LabHab, 2003), a cidade de São Paulo combina a herança colonial de arcaicas relações de trabalho e de posse de terra com modernidade:

No âmbito do trabalho, a substituição da mão-de-obra escrava pelo trabalhador livre não implicou no estabelecimento do trabalho assalariado nos moldes do capitalismo central, mas na instauração de um “liberalismo de possuidores” marcado pela dominação pessoal e a troca de favores. No âmbito da terra, quando é findado em 1850 o tráfico negreiro, a Lei de Terras institui a propriedade das terras devolutas apenas mediante compra e venda, dando-lhes um valor que não tinham até então. Afastava-se assim, a possibilidade de tornar proprietários de terra imigrantes e escravos, agora jogados num mercado de trabalho. Essa dupla condição da terra e do trabalho, historicamente consolidada por um aparato legal e um mercado imobiliário controlado pelas elites, formou a base arcaica sobre a qual se assentou, quase um século depois, a industrialização de São Paulo. (p. 12-13).

Nesta perspectiva, o LabHab (2003) aponta que o crescimento periférico de São Paulo se dá por ações deliberadas do Estado. Os governos propõem as soluções habitacionais de baixo custo nas periferias, “mantendo baixos os custos de reprodução da força de trabalho”, possibilitando, assim, o investimento na industrialização: “Do cortiço do imigrante do início do século XX à propriedade clandestina do migrante nordestino, terra e trabalho sempre segregaram na cidade as classes populares”. O resultado desta ação deliberada são as periferias da cidade de São Paulo: “assentamentos humanos excluídos do mercado formal”, onde predominam a casa autoconstruída, favelas ou apartamentos precários nos conjuntos habitacionais, que tiveram início a partir, especialmente, dos anos 50 (LabHab, 2003, p.14).

Para lá que foram empurrados os pobres, desordeiros, aqueles que eram considerados perigosos para a ordem em geral. Mais ainda: não só eles eram considerados perigosos como o espaço que passaram a habitar.

Foi nesta época que começaram os loteamentos que deram origem ao território da Brasilândia: inúmeros sítios e chácaras existentes nas primeiras décadas deste século, que pertenciam às famílias descendentes de portugueses e italianos, se transformaram em loteamentos. Essas famílias cultivavam cana de açúcar e fabricavam a conhecida água ardente “caninha do Ó” (JORNAL CANTAREIRA, 2012).

Além da população expulsa do centro da cidade, a região recebeu um grande fluxo de migrantes do nordeste do país, que nas décadas de 50 e 60 fugiam da seca em seus estados, e de famílias vindas do interior do estado, em busca de oportunidades de trabalho (ROSA, 2016).

Segundo o Histórico dos bairros da Freguesia e Brasilândia (SÃO PAULO, prefeitura), a região da Brasilândia foi loteada em 1946 pela família Bonilha, que era proprietária de uma grande olaria na região. Na época, o comerciante Brasília Simões liderou a comunidade para a construção da Igreja de Santo Antônio, em substituição à antiga capela existente e por isso, em sua homenagem, a região passou a chamar-se Brasilândia.

Quem não tinha dinheiro para comprar os lotes, ocupava. Segundo Hughes (2003), a ocupação foi crescendo, adentrando vales e colinas das imediações da Serra da Cantareira, região que se constitui em área de preservação ambiental, coberta pelo Parque Estadual da Serra da Cantareira. É um distrito cujo o uso do solo é praticamente residencial. Quanto ao uso institucional predominam as igrejas, sobretudo as evangélicas, e, em algumas situações, sedes de associações comunitárias. Seu adensamento populacional deve-se à crescente verticalização e sobreposição de moradias. Afirma o autor que com as ocupações e as especulações imobiliárias, tanto as moradias quanto os equipamentos públicos estão instalados em áreas de risco de inundações e escorregamentos.

O primeiro loteamento na Brasilândia, a cargo da Cia. Líder, foi registrado em 24 de janeiro de 1947 ... Assim sendo, o dia 24 de Janeiro ficou sendo o Dia Oficial de Brasilândia. Em 28 de fevereiro de 1964, através da Lei no 8.092, Brasilândia foi elevada a 40º Subdistrito da Capital, delimitando-se com Freguesia do Ó, Pirituba e Perus, englobando as vilas que estão neste espaço. A Brasilândia é maior, em extensão e população, do que muitas cidades interioranas. (LIMA, 2010, p. 05).

Grande parte das vilas formou-se na década de 70, a partir de loteamentos ocupados. Takeiti (2014) chama a atenção para o fato de que nesta década, durante a ditadura civil militar, proliferaram diferentes movimentos reivindicatórios na região. Oriundos da Igreja, da Frente Nacional do Trabalho, do movimento estudantil, estes grupos envolviam professores, militantes políticos, líderes de movimentos, padres, agentes de pastorais que iniciaram uma luta de resistência e enfrentamento aos grupos de direita que comandavam a região.

Esta luta se evidenciou também em outras regiões de São Paulo e em outras cidades brasileiras como destaca Maricato (2012): enquanto a economia dos anos 80 mostrava uma forte queda,

[...] movimentos sociais e operários elaboravam plataformas para a mudança políticas de luta contra o governo ditatorial. Nesta década foi criado o PT (Partido dos Trabalhadores) e outros partidos políticos saíram da clandestinidade como o PC do B (Partido Comunista do Brasil) e o PCB (Partido Comunista Brasileiro). (p.12).

A CUT (Central Única dos Trabalhadores) também foi criada no período como resultado das lutas operárias e, além disso,

Um vigoroso Movimento Social pela Reforma Urbana recuperou as propostas elaboradas na década de 1960, no contexto das lutas revolucionárias latino-americanas. Tratava-se de construir a ponte com uma agenda que a ditadura havia interrompido a partir de 1964. Na década de 1960 o Brasil tinha 44,67% da população nas cidades (censos IBGE). Em 1980 já eram 67,59%. Houve um acréscimo de cerca de 50 milhões de pessoas nas cidades e os problemas urbanos se aprofundaram. (MARICATO, 2012, p.12).

No que se refere ao destino das cidades, considera a autora que, os governos do PT, como o de Luiza Erundina em São Paulo (1989 a 1992), inauguraram uma gestão democrática e popular, que respondeu com ações efetivas aos problemas colocados pela realidade local. Com relação ao bairro Elisa Maria, no distrito da Brasilândia, não foi diferente.

O Jardim Teresa e o Elisa Maria nasceram em 1980, ganharam este nome 10 anos depois, pois tudo no local era só pasto. O Local era uma chácara, com o tempo virou uma favela, onde cada um morava na sua casa, mas no mesmo terreno. A maior parte dos terrenos eram vazios e muito perigosos, sem segurança. Então no ano de 84 houve uma loteamento, as pessoas foram comprando cada um o seu terreno, começaram a construir as casas. A área era cheia de mato e areia, dificultando assim a construção das casas, pois o acesso às vias principais do bairro era extremamente difícil. (LIMA, 2010, p.03).

Foi no contexto da crise da década de 80, com um aumento brutal do desemprego e da miséria que estes bairros foram sendo construídos. Com os lotes comprados ou ocupados teve início a luta: luz, água, esgoto, asfalto e tantas outras coisas que viriam com o tempo.

Cada morador construiu sua casa: “Antes aqui tudo era pasto, agora é uma favela.” (LIMA, 2010, p.03).

Contam-nos os moradores que foi a prefeitura de Luiza Erundina que possibilitou a aproximação e participação de muitas lideranças da região, principalmente da esquerda, nos processos decisórios da administração pública da região.

[...] tinha muita gente aqui que era simpática ao PT e ao PC do B. Então fizemos um acordo com a candidata do PT à prefeitura de São Paulo, Luiza Erundina: nós apoiaríamos, ela e os vereadores do partido, se ela, caso eleita,

se compromettesse a asfaltar o bairro e deixar que nós escolhêssemos o nome das ruas. (Diário de campo, 13/08/2015).

E assim foi. Os moradores escolheram os nomes das ruas: Carlos Lamarca, Patrice Lumumba, Pedro Pomar, Olga Benário, Carlos Marighella, entre muitos outros. De pasto para um lugar que evoca memórias pungentes da nossa história.

Pelos nomes das ruas talvez se faça ver uma certa perseguição sofrida pelos que vieram expulsos do centro da cidade, de outras regiões do país ou de outros países. Neste sentido, tomamos os nomes das ruas como uma pista que nos coloca numa certa posição para narrar as histórias que estão por vir.

Exatamente entre os bairros Elisa Maria e o Jardim Teresa ficava um terreno imenso que recebeu o nome de “Pastão”. Era, como dizem, um matagal, onde as pessoas jogavam bola e também

[...] era um local de desova de corpos, desova de entulho, carro roubado. Tudo que tinha de ruim na comunidade e que tinha que despejar, despejava aqui, por que aqui era um local abandonado. (Morador, negro, 25 anos).

O Pastão ficava na Rua Pedro Pomar²⁸. Conforme o bairro foi crescendo, este lugar foi se tornando motivo de muitas disputas na região: o que fazer com o Pastão? Investidas do governo e dos próprios moradores portaram este espaço de variados projetos: hospital, escola, campo de futebol, praça, etc. Além disso,

Tiveram várias tentativas de ocupação neste período, parte dos moradores falavam: “Não gente, legal, a luta de vocês é digna, **mas este espaço aqui é pra lazer.**” (Morador, 57 anos, grifo nosso).

E assim o Pastão foi sendo destinado a ser um espaço de lazer e prevaleceu o projeto de Praça Pública: espaço para brincar e se divertir. (Diário de campo, 13/03/2016).

A sustentação de um espaço público para o brincar e a diversão foi e continua sendo, para alguns moradores do bairro, razão de muita luta. Podemos dizer que se trata de uma luta histórica no Brasil: a circulação e o lazer das classes populares nos espaços públicos. Circulações que foram tornadas temidas. Acompanhar esse temor é dar visibilidade à

²⁸ “Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar foi um político brasileiro nascido em 23 de setembro de 1913 e assassinado em 16 de dezembro de 1976. Fundador do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) foi assassinado durante o ataque a tiros à casa 767 da Rua Pio XI, no bairro da Lapa, onde o Comitê Central do PCdoB esteve reunido entre os dias 11 e 15 de dezembro de 1976. Este episódio ficaria conhecido como Chacina da Lapa.” (LIMA, 2010, p. 10).

construção da associação e intersecção entre periculosidade, pobreza e raça, ao longo da história do Brasil. É acompanhar uma cruzada contra a emergência de resistências à dominação das classes senhoriais brasileiras até as elites dominantes dos dias atuais. É seguir a pista dos nomes das ruas da região. É mergulhar em uma certa guerra às ruas.

Sobre o perigo das ruas e seus habitantes

As histórias a seguir serão contadas pelas ruas, não exatamente a história de Pedro Pomar, Olga Benário, Patrice Lumumba, mas de outros, especialmente daqueles que não se diz que estejam mortos, ou para morrer, daqueles que não têm registro nas estatísticas de homicídio. Destes tantos, ficaremos mais atentos às crianças e jovens, ao impedimento de uma certa “vagabundagem”, do direito de ir e vir (BLANCHOT, 1987, p. 43).

Conta-nos Augusto (2013) que a partir da segunda metade do século XIX as ruas se tornaram espaços temidos. Temidos porque ocupados por negros fugitivos das senzalas, revoltosos dos quilombos, capoeiristas. Nas ruas circulavam desajustados, vadios, ociosos, revolucionários, rebeldes, insurgentes, enfim, perigosos. O medo e o perigo associado à presença dos negros e à prática da capoeira passaram a justificar a contenção e o encarceramento dos habitantes destas ruas (p.43).

Batista (2003) discute o medo como uma importante chave de manutenção e fortalecimento dos interesses da classe senhorial brasileira, em detrimento daqueles que passaram a ser considerados perigosos.

Segundo a autora, um grande temor tomou conta dos proprietários de terra quando os levantes e as revoltas urbanas se multiplicaram em todo o país: a Cabanagem, Pará (1831); os Malês, na Bahia (1835); Farroupilha, no Sul (1835); Sabinada, na Bahia (1837); entre outros. Explica Batista (2003): as oligarquias temiam, principalmente, os abolicionistas.

Augusto (2013) defende que foi a partir, especialmente, da preocupação com os crioulos – filhos de escravos, nascidos no Brasil – que se esboçou a estratégia para tirar crianças e jovens indesejados das ruas. Essas crianças já nasciam sendo adestradas e, por isso, valiam mais no mercado de escravos. Também porque, a partir da Lei Eusébio de Queiroz (1850), elas se tornaram uma solução menos arriscada aos fazendeiros. Mais ainda, outro aspecto desta criança passa a operar: a “...potência de liberdade das crianças nascidas escravas em terras brasileiras que não demorava a se explicitar como revolta”. Para o autor, este foi um vetor fundamental para a abolição da escravidão: “os riscos políticos que corriam os senhores de

escravo e o governo, diante da potência de revolta dos escravos, diminuindo os lucros econômicos da produção escravocrata.” (p. 44-45).

Para Azevedo (2003), depois da abolição “o negro, como liberto, continuou a ser alvo do poder, não mais como escravo, mas como segmento preferencial da massa disforme que se convencionou denominar, no século XIX, de classes perigosas.” (p. 92).

Chalhoub (2006) destaca que a expressão “classes perigosas” surgiu na primeira metade do século XIX, designando um “grupo social formado à margem da sociedade” ou ainda, “indivíduos que já haviam abertamente escolhido uma estratégia de sobrevivência que os colocava à margem da lei” (p.20). Conta-nos que esta expressão aparece como eixo importante no debate parlamentar ocorrido na Câmara dos Deputados do Império do Brasil, logo após a abolição da escravidão, em maio 1888. Temerosos “com a consequências da abolição para a organização do trabalho”, entrou na pauta um projeto de lei que pretendia reprimir a ociosidade dos libertos, tidos como potencialmente criminosos. Esse projeto amalgamou a ideia de ócio à de crime. (CHALHOUB, p. 20)²⁹. A ociosidade precisava ser contida.

Como livrar as ruas dos ociosos tornados criminosos?

Segundo Coimbra (2001), um conjunto de teorias científicas referidas, principalmente, na ciência que emerge na Europa no século XIX, irão embasar a periculosidade das consideradas classes perigosas. Estas teorias científicas, especialmente as de caráter biológico, estão intimamente ligadas ao movimento eugênico brasileiro. Como aponta autora, um certo “coroamento” de toda essas teorias, encontra-se no movimento higienista:

A elite científica brasileira da época está convencida de sua ‘missão patriótica’ na construção de uma Nação e suas propostas baseiam-se no que é conhecido como “degradação das sociedades modernas” [...] Em especial, a “degradação moral” é associada à pobreza, pois esta, com seus vícios, não condiz com o ideal de Nação que se pretende formular à época. Esta “degradação moral” é vista como uma epidemia cujo contágio é considerado inevitável, pois está presente nas famílias pobres e coloca sob ameaça toda a sociedade. Portanto, para se erigir uma Nação é necessário, conforme a concepção vigente, que toda a sociedade participe dessa cruzada saneadora e civilizatória contra o mal que se encontra no seio da pobreza. (COIMBRA, 2001, p. 88-89).

²⁹ Foucault (2015) discute que a vagabundagem a partir do século XVIII será “a matriz geral do crime”. O que deve ser punido é a vagabundagem: “o ingresso no mundo da delinquência está no fato de vagarear, de não estar fixo a uma terra, de não ser determinado por um trabalho.” (p. 43).

As classes pobres passam a ser vistas como perigosas também porque ofereciam o perigo do contágio: suas habitações, seus modos de se relacionar, enfim, seus modos de estar no mundo tornavam-se riscos de transmissão de doenças contagiosas (COIMBRA, 2001).

O movimento higienista será decisivo, abrangendo diversos setores da sociedade, modificando os papéis até então exercidos pela família, pela mulher, pela criança, pela cidade. Constitui-se o modelo de família nuclear burguesa, juntamente com a ideia de que vícios e virtudes são originários dos ascendentes: os de “boa família”, por herança, eram virtuosos e os de “má herança” – os pobres em geral – eram “portadores de degenerescências”. Com isso, uma série de intervenções são justificadas contra a pobreza (Ibid., p. 90).

Na passagem do Império para a República, as ruas não eram palco apenas de revoltas dos escravos, incluíam também operários imigrantes que chegaram ao Brasil fugidos da miséria ou de perseguições dos governos europeus, como os anarquistas.

Espaços de aproximação entre homens e mulheres anônimos, escravos e trabalhadores livres, lutavam e lutaram contra a dominação de fazendeiros, industriais e governantes. Se o negro foi construído como o perigoso alvo a ser combatido e banido das ruas do Império, os anarquistas serão o terror das ruas da República. (AUGUSTO, 2013, p. 48).

Com a chegada dos imigrantes europeus, o número de habitantes da cidade de São Paulo cresceu consideravelmente. Eles trabalhavam nas fábricas e moravam, geralmente, em cortiços e vilas operárias. Algumas de suas crianças e jovens também trabalhavam nas fábricas, mas outros ocupavam as ruas, fugiam até onde conseguiam.

Foram perseguidos pela polícia como vadios desordeiros e ladrões, situação que não tarda a chamar a atenção dos reformadores sociais e criminólogos, que verão nesta circulação de crianças e jovens um perigo para a ordem pública e um empecilho para o progresso da cidade [...]. (AUGUSTO, 2013, p.51).

As ruas e os espaços públicos onde circulavam as crianças e jovens considerados perigosos passaram a ser cada vez mais desqualificados e o controle sobre a população pobre foi se intensificando. Tratava-se de limpar as ruas, de tirar das ruas crianças e jovens, os insubordinados em geral. (COIMBRA, 2001, p.94).

Vai sendo ordenado que os pobres que não pertenciam ao mundo do trabalho representavam “perigo social” que deveria ser erradicado. Os pobres que trabalhavam e mantinham a “família unida” eram os “pobres dignos”, cujos filhos deveriam ser afastados de

“ambientes viciosos”. Porém, aqueles que não trabalhavam eram os “viciosos”: portadores de delinquência e libertinos. (COIMBRA, 2001, p. 91).

A virada do século XIX ocorreu com turbulentas lutas sindicais, fato que, como explica Batista (2003), fez com a burguesia precisasse “equipar o sistema penal com medidas que punissem além do crime.” É neste contexto que surgem as medidas de segurança. A Justiça de Menores instituída em 1923, criando o Juizado de Menores e, posteriormente, o Código de Menores (promulgado em 1927), se pautou por estas ideias (BATISTA, 2003, 68).

Aponta a autora que foi neste momento que a palavra *menor* ganhou sua associação definitiva com a criança pobre, a ser tutelada pelo Estado. Para a autora, a Justiça de Menores, enfatiza “histórias de miséria e exclusão em que pequenas infrações introduzem crianças e jovens pobres a um processo de criminalização que apenas reedita o processo de marginalização a que estavam submetidos.” (p. 133-134). Trata-se da criminalização de crianças e de jovens pobres. Batista (2003) precisa:

O verdadeiro e real poder do sistema penal na América Latina é positivo, configurador e dirigido aos setores pobres e aos dissidentes, com o máximo de arbitrariedade seletiva. O marco deste sistema de controle social tem sido o genocídio. (p. 133).

Augusto (2013) chama a atenção para o “princípio preventivo” do que se institui neste momento: a indistinção entre jovem infrator e o jovem considerado carente torna este último um ator potencial de infração da lei. Ambos, agora, em nome da prevenção, deverão ser recolhidos (p. 58-59). Tratava-se mesmo de continuar a limpeza das ruas.

No Estado Novo esse investimento governamental foi ampliado, combinando “repressão policial com assistência social”, anunciando o surgimento da “cidade carcerária em São Paulo”, construída em torno do problema das crianças e adolescentes e também da repressão aos trabalhadores rebeldes (AUGUSTO, 2013, p. 61).

Tirar das ruas consiste na configuração da cidade carcerária, enviá-los para dentro de escolas, prisões e instituições de recolhimento. Educar para a obediência crianças e jovens é uniformizá-los em instituições estatais de ensino; quando eles se desviam deste objetivo, são confinados em instituições austeras para garantir a ordem pública com segurança. (AUGUSTO, 2013, p. 62)³⁰.

³⁰ Em 1940, se edita o Código Penal Brasileiro, e a idade para a imputabilidade penal se define aos 18 anos. Em 1942 se cria o SAM (Serviço de Assistência ao Menor) no Rio de Janeiro, órgão do Ministério da Justiça, de orientação correccional-repressiva. O SAM se estruturou sob a forma de reformatórios, casas de correção, de patronatos agrícolas e escolas de aprendizagem de ofícios urbanos. (BATISTA, 2003). Em São Paulo, o correlato

Com as políticas trabalhistas fomentadas por Getúlio Vargas, Coimbra (2001) destaca um outro grupo que passa a compor as chamadas classes perigosas: os que “não têm carteira de trabalho” em contraposição aos que “têm carteira de trabalho” considerados os “pobres decentes”. Os demais, sejam eles desempregados, subempregados, informais, passam a compor as classe perigosas, em sua maioria moradores das favelas e periferias. (p.111 - 112).

Décadas depois, os migrantes também irão engrossar as classes perigosas. Por volta dos anos 70, vindos de zonas rurais, inicialmente dos estados do Norte e Nordeste, foram considerados “despreparados e incapazes para se adaptar à vida urbana” (COIMBRA, 2001, p. 114).

Ao produzir um novo pacto político-social, Batista (2003) ressalta que o golpe militar de 1964 aprofunda o caráter autoritário do Estado brasileiro de acordo com a doutrina de segurança nacional. Cria-se a Política Nacional de Bem Estar do Menor e com a expansão dos controles regulatórios um novo Código de Menores é instituído em 1979, dirigido aos menores “em situação irregular”. São também criadas a Funabem e as Febem, executoras estaduais.³¹

Augusto (2013) discute que as instituições austeras instaladas na ditadura, instituíram controles sociais por meio de certos parâmetros.

Estes parâmetros estabeleceram que a regra e, portanto, o normal é possuir os meios materiais de desenvolvimento, conseguidos pelo trabalho, e constituir uma família estruturada para que esse desenvolvimento se realize e ela (a família) se reproduza. Fora desse padrão, situa-se o marginal. (p. 69).

Logo após o período da ditadura civil militar, Coimbra (2001) chama a atenção para o fato de que a violência tornou-se uma questão/tema nacional. Ressalta a forma com que determinadas *ondas de violência* foram veiculadas pela mídia: produzindo medo e pânico nas classes médias e altas, alimentando o investimento na segurança pública e privada. Esses crimes e ondas de violência estavam referidos aos “marginais”, às classes perigosas, aos pobres que atingiam as áreas nobres da cidade.

ao SAM foi instituído em 1954: Recolhimento Provisório de Menores (RPM) para os então considerados infratores, entre 14 e 18 anos. (AUGUSTO, 2013).

³¹ Destaca Batista (2003) que a Funabem “passa a atuar como propagadora de ideologia, com discurso fortalecedor das representações negativas da juventude pobre, prenhe dos discursos darwinistas sociais e dos determinismos da virada do século.” (p. 78).

É bem verdade que os anos 80 marcam o recrudescimento da crise econômica brasileira, quando o desemprego e a miséria começam a crescer assustadoramente. No entanto, é interessante observarmos como as elites, aliadas aos meios de comunicação de massa e a outros dispositivos sociais, fazem do aumento da violência/criminalidade no início daqueles anos [da abertura], em especial, no Rio de Janeiro e São Paulo, sua principal trincheira de luta. (p. 125).

Com o fundamental apoio da mídia e dos políticos, a violência passou a ser o tema nacional, juntamente com a questão da segurança pública: *pari passu* com a crise do regime militar, explica Coimbra (2001).

Caldeira (2011), ao pesquisar o aumento do crime violento no Brasil, afirma que ele está associado à reação negativa de determinados “grupos sociais”, à “ampliação da arena política” e a consolidação da democracia do país: “Esses grupos encontraram no problema do crime uma forma de articular sua oposição.” (p. 55).

Batista (2015) destaca que foi na transição da ditadura militar para a democracia (1978-1988) que, com o apoio da mídia, se deu o deslocamento do “inimigo interno” para o “criminoso comum”

[...] permitiu-se que se mantivesse intacta a estrutura de controle social, com mais e mais investimentos na "luta contra o crime". E, o que é pior, com as campanhas maciças de pânico social, permitiu-se um avanço sem precedentes na internalização do autoritarismo. Podemos afirmar sem medo de errar que a ideologia do extermínio é hoje muito mais massiva e introjetada do que nos anos imediatamente posteriores ao fim da ditadura. (BATISTA, 2015, p. 3).

Em tempos de democracia³², quem serão considerados os perigosos e quais serão os seus destinos?

³² Cabe sinalizar que com a constituição de 1988 e a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, uma outra lógica passa a regular o governo da vida de crianças e adolescentes: a passagem da categoria “menor” para a de sujeito de direitos. Crianças e adolescentes, sujeitos de direitos, são agora compreendidos enquanto sujeitos em desenvolvimento. Coimbra e Nascimento (2005) esclarecem que o ECA preconiza a lógica da “proteção integral”, “retirando o princípio da ‘situação irregular’ recusando a prática da internação como primeiro e principal recurso das medidas chamadas de assistência à infância e à adolescência”. Porém, como alertam as autoras, a condição de “menor”, construída historicamente e muito presente na subjetividade dos brasileiros, ainda se impõe na prática cotidiana (p. 04 - 05).

SETE JOVENS E O NOME DA PRAÇA

Existe um outro tipo de pessoa que prepara o que vai acontecer, outros precursores.

A eles, a sociedade continua a marginalizar. No Brasil, quando houve uma briga com a polícia e eu vi um jovem de dezessete anos ser assassinado (coloquei sua foto na parede do meu atelier), tomei consciência de que ele cavou com seu corpo um lugar para as gerações posteriores. Esses jovens tem a mesma atitude existencial que nós, lançam processos dos quais não conhecem o fim, abrem caminho onde a saída é desconhecida. Mas a resistência da sociedade é maior e ela os mata. É porque eles atuam mais do que nós. O que tentam forçar é talvez mais essencial. São incendiários. São eles que balançam o mundo. Quanto a nós, às vezes me pergunto se não estamos um pouco domesticados. Isso me chateia...

Lygia Clark

Em 2008 o Pastão foi transformado em praça pública. Contudo, alguns moradores não queriam uma praça neste local. Muitas foram as negociações até que a decisão a favor da Praça venceu e sustentá-la inaugurou uma luta sem fim.

Esta passagem, do Pastão à Praça, foi marcada por intensos acontecimentos, uma verdadeira “virada” na região.

Não se sabe exatamente quando a violência começou a aumentar no bairro, entendendo que a violência nos bairros periféricos é sempre alta e constante. Não ia ser diferente no jardim Teresa, **alguns moradores nos contam que a falta de segurança, desde os primórdios do bairro era um problema constante** [...] Pra quem não sabe o bairro do Jardim Teresa [e Elisa Maria] em 2007 foi **considerado um dos bairros mais violentos do mundo**. O número de óbitos por homicídio de jovens do sexo masculino de 15 a 29 anos, por cem mil habitantes dessa faixa etária e sexo em 2007 foi de 87, 79 homicídios. Esses dados são referentes à região da subprefeitura Freguesia/Brasilândia. (LIMA, 2010, p. 11, grifo nosso).

Embora não se sabia ao certo “quando a violência começou”, ela se evidenciava pelo número de homicídios, estava associada aos bairros periféricos e atrelada ao discurso da falta de segurança.

O pico desta violência foi assim percebido:

O ápice da violência no bairro foi quando houve a chacina de 7 jovens no escadão da rua Carlos Marighella³³, [escadão Olga Benário] que

³³ “Filho de imigrante italiano e de uma negra baiana, foi um dos maiores símbolos da luta política contra a ditadura iniciada no país com o golpe militar de 1964. De militante a um dos líderes do Partido Comunista Brasileiro (PCB),

desencadeou uma série de ações do governo e da imprensa em geral, focando o bairro e a violência [...]. (LIMA, 2010, p. 13, grifo nosso).

No escadão Olga Benário³⁴, em 1º de fevereiro de 2007, quase em frente à casa de um dos jovens, bem próximo ao Pastão,

[...] cinco, seis horas da tarde, parou na Rua um Gol, **desceram quatro caras mascarados: “polícia, polícia, de costas na parede!”** Os moleques ficaram, sete jovens. **Os caras começaram a atirar, mataram seis e um ficou cego de um olho e paralítico.** Está em Minas, o Mineirinho. Os caras foram embora... **A imprensa divulgou... o governo do Estado e uma parcela da população aqui interpretou como briga entre jovens do tráfico.** (Morador, 57 anos, grifo nosso).

Os jovens assassinados foram Damião Silva de Freitas, de 18 anos, Rafael Jesus da Rocha, de 20 anos, Douglas Ribeiro Francelino, de 17 anos, Robson Oliveira Novais Cavalcante, de 16 anos, os irmãos Francisco Itamar Lima da Silva, de 17 anos e Antônio Elias Lima da Silva, 27 anos. Leandro Siqueira, o Mineirinho, ainda está vivo, tinha 19 anos na época³⁵.

Todas as entrevistas e conversas com os moradores fizeram referência a essa chacina: contar a história da Praça é também contar essa chacina e o que se desencadeou a partir dela, um jeito de falar sobre as profundas transformações que ocorreram a partir dela. Esta chacina foi como um corte, demarcou um antes e um depois.

A partir de 13 de março de 2007 a comunidade do jardim Teresa e o Elisa Maria **passou a conviver com cerca de 600 policiais, fazendo patrulha, busca e apreensão, abordagens, esse projeto recebeu o nome de Operação Saturação, organizada pela Secretaria de Segurança Pública em áreas**

fundou a organização clandestina Aliança Libertadora Nacional (ALN) e instaurou a guerrilha urbana, no período mais violento da história contemporânea do Brasil, os chamados "anos de chumbo" (1964 a 1979). Considerado o "inimigo número 1 da ditadura", foi perseguido, preso várias vezes e torturado. No fatídico dia 4 de novembro de 1969, foi assassinado a tiros numa emboscada policial, no cruzamento das Alamedas Lorena e Casa Branca, em São Paulo". (LIMA, 2010, p. 11).

³⁴ Olga Benário Prestes (1908-1942). "Revolucionária alemã nascida em Munique, famosa no Brasil por sua atuação revolucionária comunista ao lado do marido brasileiro Luís Carlos Prestes, líder do movimento que entraria para a história brasileira como Intentona Comunista, Oriunda de uma família de judeus de classe média, desde cedo participou de atividades comunistas. Com o fracasso da revolução e a sua consequente prisão, grávida de sete meses, foi deportada para a Alemanha de Hitler. Na Alemanha teve sua primeira e única filha, Anita Leocádia, em um campo de concentração da Alemanha nazista, onde viveria os últimos dias de sua vida, executada por um gás letal em fevereiro de 1942." (LIMA, 2010, p.10).

³⁵ Disponível em: <http://juventude.gov.br/thiago.sociocultural/blog/manifesto-de-denuncia-das-chacinas-na-zona-norte-de-sao-paulo?lang=es> Acesso em 05 fevereiro de 2015.

com altos índices de criminalidade e violência. (LIMA, 2010, p.13, grifo nosso).

Praticamente um mês depois deste crime, o governo do Estado de São Paulo, por meio da polícia, foi “combater a violência” na Brasilândia e “pacificar” o Elisa Maria, com a Operação Saturação³⁶.

Segundo a página de notícias do Portal da Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo - SEDS (SÃO PAULO, Estado) foram mais de 600 policiais militares das Tropas Especiais de Choque que ocuparam o local:

A pedido do próprio governador José Serra, a Operação Saturação desencadeou na Virada Social – Ações Integradas de Cidadania. O projeto articulou horizontalmente 26 órgãos públicos do Estado e da Prefeitura e 12 parceiros da Sociedade Civil e estabeleceu ações de curto, médio e longo prazo cujo foco principal é a promoção de segurança com bem-estar social [...]. (Virada Social dá cara nova ao Elisa Maria. SÃO PAULO, Estado, SEDS, 2008, grifo nosso).

Primeiro chegaram as tropas especiais da Polícia Militar e ocuparam a região por aproximadamente três meses, depois começou a Virada Social, coordenada pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, que promoveu ações de “segurança com bem-estar social” em parceria com órgãos públicos estaduais, com a prefeitura da capital e organizações da sociedade civil.

Na página de notícias do Portal do Governo do Estado de São Paulo encontramos:

[...] A “Virada Social” nasceu a partir de uma demanda do Programa de Governo do Estado para “criar condições à promoção da segurança por meio da inclusão e da cidadania”. O projeto foi idealizado pela Secretaria de Segurança Pública para atuar em regiões que registram altos índices de criminalidade. O Jardim Elisa Maria foi escolhido porque no local ocorreram três chacinas nos primeiros meses de 2007³⁷[...] No período em que o Choque permaneceu na região, do dia 13 de março a 1º de junho, além das ações de segurança, a Polícia Militar montou tendas com dentistas e médicos de seu corpo clínico, que realizaram a triagem, o atendimento odontológico e a prevenção de doenças bucais, além de palestras sobre gravidez precoce e doenças sexualmente transmissíveis. Os policiais deram dicas sobre combate

³⁶ A insistência das falas dos entrevistados em torno desta chacina impulsionou-nos a buscar informações sobre as ações e programas que ali se implementaram logo após o ocorrido. Como não fazia parte do escopo desta pesquisa procuramos apenas identificar determinadas lógicas que entraram em jogo no surgimento da Praça. Para esta busca optamos pelos sites do Governo do Estado de São Paulo e da Secretaria de Desenvolvimento Social, tendo em vista as informações referentes especificamente à Operação Saturação e à Virada Social realizadas no Elisa Maria (Brasilândia), especialmente aquelas mencionadas nas entrevistas.

³⁷ As entrevistas realizadas fizeram referência apenas à chacina de fevereiro de 2007.

a incêndios e primeiros-socorros, palestras sobre educação ambiental, advertência sobre os males ocasionados pelo consumo de drogas, promoveram recreação com as crianças e fizeram apresentações do canil, da cavalaria e do Corpo de Bombeiros (Virada Social: nasce um novo Elisa Maria. SÃO PAULO, Estado, Governo do Estado, 2007, grifo nosso).

Por meio da ampla divulgação de dados referentes à criminalidade e do *discurso do crime*³⁸, construiu-se um regime de verdade sustentado no argumento de que ali era um dos bairros mais violentos do mundo e que os sentimentos de insegurança dos moradores deviam-se ao crime, aos homicídios a ele associados. Uma população insegura e com medo, vivendo em um bairro muito violento: eis o cenário para a instauração de uma política de governo, por meio de um plano local de promoção de segurança. O medo tomou conta da região e sua difusão faz parte de uma política de controle social. (BATISTA, 2001).

A segurança se fez pela pacificação. Uma pacificação que instituiu condutas por meio de 600 policiais, dentistas e médicos: dicas odontológicas e médicas - discursos estratégicos na regulação de condutas.

A demanda era por segurança e o Estado saturou a região de policiais.

Segundo alguns moradores a Operação Saturação foi um verdadeiro circo: com lona, cavalaria, helicópteros, carros blindados.

É um programa onde a polícia militar chega nas regiões, monta de fato um acampamento e fica por dois, três meses fazendo uma série de intervenções. Colocam dentista, fazem apreensão de armas de fogo, de pessoas, enfim, e não tem nenhuma atividade cultural. Acaba que não fica nada pra comunidade e quando acaba o tráfico volta, algumas coisas voltam, enfim. Só reverbera questões pra comunidade. (Morador, trabalhou no projeto Praças da Paz, negro, 30 anos, grifo nosso).

Para alguns, a pacificação era caminho para a repressão e violência exercida pela polícia:

[...] a Operação Saturação, no nosso entendimento, foi uma operação de marketing do governo, uma operação calcada em pressupostos equivocados, que eles falavam em pacificação, porque com a chacina dos 7 jovens eles alegaram que foi um acerto entre gangues do tráfico, entre jovens delinquentes da periferia [...] Ela vem [a polícia] fica uns 4, 5 meses e faz mó pressão, soldados tem metas de abordagens nas pessoas, de pegar documento disso e daquilo, fica parecendo “nossa que segurança!”. Como

³⁸ Ressaltamos aqui ideia defendida por Caldeira (2003) de que os discursos praticados sobre os crimes geralmente tendem a reduzir sua complexidade, banalizando e atualizando mecanismos de apartação social e criminalização da pobreza, produzindo verdades em relação a certas lógicas de poder.

se a segurança fosse um lugar que você está cheio de polícia. (LIMA, 2010, p 13, grifo nosso).

Para outros, a polícia contribuiu para a redução da violência:

[...] a polícia já fez um ótimo trabalho na praça, porque antes o índice de mortalidade era muito grande, **ai o pessoal ligava, a polícia enchia a viatura, eles tomavam conta do bairro e ai depois foram embora e deixaram a base aqui.** (LIMA, 2010, p.12, grifo nosso).

Conta-nos um morador que os policiais ficavam nos mesmos lugares, todos os dias e, não importava quantas vezes você passasse por ali no dia, sempre era exigido um documento. Só circulava quem tinha documento! E quem não tinha? Se para ter documento é preciso ter endereço, quem mora em área ocupada faz como? É preso?

Idealizado pela Secretaria de Segurança o Programa Virada Social buscou atingir as áreas de vulnerabilidade tidas como violentas a partir de índices de criminalidade. Como vimos, estas áreas já faziam parte de uma política de ordenamento da cidade: foi para essas áreas que os pobres foram empurrados. Portanto, tratou-se de uma política para atingir os pobres, agora em uma ação similar à “política de tolerância zero”, na qual se busca punir pequenas infrações no espaço público para evitar os grandes crimes, tendo como efeito o alargamento do alcance e da intensidade da punição (WACQUANT, 2008)³⁹.

Passetti e Oliveira (2007) ressaltam que este *modus operandi* atinge aqueles que estão em “situação de risco social ou vulneráveis ao crime”:

Hoje, sob a condição de *vulnerabilidades*, qualquer pobre, como uma futura ameaça à ordem, necessita de investigação sobre sua formação para que não venha a se tornar o inevitável criminoso ou a potencial vítima propícia, o vagabundo, o arruaceiro, o traficante, o amedrontador do bom cidadão. (p. 29, grifo dos autores).

Segundo os moradores, o governo e a mídia disseminaram que a chacina ocorreu porque os jovens eram do tráfico. Os discursos sobre as drogas já disputavam lugar nos discursos sobre as violências e a criminalidade, funcionando para justificar a Operação

³⁹ Como uma das medidas mais significativas de administração da pobreza e que foi se constituindo como uma “política de guerra aos pobres”, Wacquant (2008) destaca a “política de tolerância zero”, instituída pela polícia nova-iorquina que prevê o monitoramento, a detenção e, se for necessário, a revista na rua de toda e qualquer pessoa suspeita de ter cometido uma ação ilegal ou um crime (p.101). Entende o autor que é uma maneira de punir ainda mais os que se encontram marginalizados.

Saturação: uma ação de limpeza das ruas do Elisa Maria. Como aponta Passetti (2003), é com um novo inimigo - o narcotráfico - que as políticas penalizadoras se expandem.

Estamos diante de um Estado que articulou Segurança Pública, Assistência e Desenvolvimento Social e organizações da sociedade civil para implementar políticas voltadas para a inclusão social.

[...] Tive um debate com uma assistente social do governo do estado, na época da opressão policial da chacina dos 7 jovens, eles só mandavam polícia, polícia, polícia, muita polícia, aí eu falei pra ela, que era melhor fazer um muro de detenção do Elisa Maria. (LIMA, 2010, p.12).

O que foi acontecendo ali parecia dizer respeito à construção de um muro outro, um outro tipo de produção de vidas encarceradas. Novas formas de controle ao “ar livre”, “novas forças que se anunciam”. (DELEUZE, 1990apudPELBART, 2000, p.219 - 220)⁴⁰.

O avesso da Virada: novos controles.

Com o Programa “Virada Social”, o governo passa a considerar a inclusão social um fator de segurança pública. Com isso, uma significativa mudança se opera no tratamento dado aos “perigosos”, ou os suspeitos de até então: não se trata de excluí-los, tirá-los das ruas, mas sim, de incluí-los. Um outro nível da pacificação parecia estar em andamento: pacificados porque incluídos? Mas, do que se trata essa inclusão?

⁴⁰ No artigo “Post-Scriptum sobre as Sociedades de Controle”, o filósofo Gilles Deleuze (1990), considera que depois da segunda guerra mundial, novas forças se instauraram no mundo. Procurando identificar essas forças e, a partir da discussão de Foucault sobre a sociedade disciplinar, o autor irá apontar para a emergência da sociedade de controle. Localiza as sociedades disciplinares nos séculos XVII e XIX, com seu apogeu no século XX, e, seguindo as análises de Foucault, discute que estas sociedades eram pautadas na organização dos meios de confinamento. Aponta o autor que o indivíduo “não cessa de passar de um espaço fechado a outro, cada um com suas leis: primeiro a família, depois a escola (‘você não está mais na sua família’), depois a caserna (‘você não está mais na escola’), depois a fábrica, de vez em quando o hospital, eventualmente a prisão, que é o meio de confinamento por excelência” (DELEUZE, 1990 apud PELBART, 2000, p. 219).

Com a crise generalizada dos meios de confinamento, novas formas de controle ao “ar livre” se instituem, porém, não se trata de uma substituição dos mecanismos de controle da sociedade disciplinar. Ressalta que não deveríamos “perguntar qual é o regime mais duro, ou o mais tolerável, pois é em cada um deles que se enfrentam as liberações e as sujeições [...] Não cabe temer ou esperar, mas buscar novas armas” (Ibid., p. 220).

Buscando diferenciá-las, Deleuze associa os confinamentos aos processos de moldagem e os controles, à modulação: “Os confinamentos são moldes, distintas moldagens, mas os controles são uma modulação, como uma moldagem auto-deformante que mudasse continuamente, a cada instante, ou como uma peneira cujas malhas mudassem de um ponto a outro” (Ibid., p. 221). Na sociedade de controle, haveria uma modulação permanente penetrada no tecido social, regulando-o. Esta sociedade diz respeito a uma “mutação” do próprio capitalismo. (DELEUZE, 1990 apud PELBART, 2000, p. 223).

Logo após a Operação Saturação outra iniciativa se aproximava, uma parceria com o Instituto Sou da Paz (ISP), organização da sociedade civil que surgiu com a campanha do desarmamento e que desde 1999 realiza na cidade de São Paulo projetos voltados à prevenção à violência⁴¹.

O Instituto Sou da Paz escolheu o Pastão para realizar mais uma intervenção, que foi patrocinada pelo Sulamérica Companhia de Seguros.

Em 2007, foi lançado o Praças da Paz Sulamérica, parceria com a Sul América Seguros, em três praças de três distritos de São Paulo: Brasilândia, Lajeado e Jardim Ângela, e que terminou no ano de 2010 [...] O Projeto pretende interferir no fenômeno da violência na medida em que se propõe a promover uma experiência de valorização do espaço público e de fortalecimento dos laços comunitários [...] O espaço público, considerado como lugar da diversidade, ao mesmo tempo em que se constitui como cenário de conflitos, proporciona o exercício da tolerância, do diálogo e do respeito à diferença, valores essenciais a uma convivência pacífica. (INSTITUTO SOU DA PAZ, 2011, grifo nosso).

Em um lugar perigoso, em meio à guerra às drogas, com altos índices de criminalidade, os seguros ganham todo destaque:

Nossa maior dificuldade hoje é que as ações públicas estão sendo privatizadas e as privatizadas estão sendo públicas. O que acontece: o que era para a prefeitura ou governo do Estado fazer aqui nesta Praça, quem fez foi o Sulamérica. (Morador, negro, 25 anos).

A fala deste morador, ao sinalizar uma significativa mudança de estratégia na implementação de políticas de governo, destaca uma ação realizada pela empresa de seguros, como se não fosse uma ação do governo por meio do ISP: tratando-se da promoção da paz, a marca que fica é de uma empresa de seguros, o que faz deste Projeto um bom negócio. Os seguros também são as garantias de segurança: o seguro garantido possível. Não apenas seguros para habitações e bens, mas também para circular em praça pública na periferia: é preciso proteger o *pobre digno* do *vicioso*. Como ressalta Passetti (2003): “É preciso proteger o excepcional trabalhador dos *bandidos*, assim como administrar as periferias onde estes moram. É preciso estar seguro contra o outro e contra o lugar de onde ele vem.” (p. 280, grifo do autor).

⁴¹ Os textos apresentados a seguir fazem parte do material de sistematização do Projeto Praças da Paz Sulamérica que nos foi entregue por um dos entrevistados, como parte da história da Praça. Disponível em: http://www.soudapaz.org/upload/pdf/pras_da_paz_sulam_rica_sistematiza_o_da_metodologia.pdf Acesso em 10 junho de 2016.

O Projeto Praças da Paz também parte da associação entre violência e crime e tem como principal estratégia envolver os moradores, em especial os jovens, no processo de “revitalização” do local, no caso, o Pastão. O Projeto compreende que “promover uma experiência de valorização do espaço público” e de “fortalecimento dos laços comunitários” é “interferir no fenômeno da violência”. O espaço público é o “lugar da diversidade” e “cenário de conflitos” e que a “convivência pacífica” diz respeito a valores como a “tolerância”, “diálogo” e “respeito à diferença”.

O Projeto entende também que “promover experiências **de participação cidadã em áreas públicas é fortalecer uma forma articulada e democrática de se relacionar**”. (INSTITUTO SOU DA PAZ, 2011, grifo nosso).

Podemos considerar que o Praças da Paz pretende promover a “participação cidadã” em “cenário de conflitos” (espaço público) para fortalecer um modo democrático de relacionamento. Em outras palavras, propõe-se a intervir em “cenário de conflitos”, por meio da participação cidadã. A noção de conflito com a qual trabalham foi desenvolvida pela Unicef (1996):

O conflito é constitutivo da convivência democrática. Na democracia não existem os inimigos, mas os opositores: pessoas que **pensam diferente**, querem buscar os objetivos de outra forma, têm interesses distintos dos meus, que muitas vezes conflitam com eles, mas com as quais **posso discutir e consensuar metas comuns**, colocadas **acima das divergências**. Para a democracia, a paz não é a ausência de conflito. **A paz é o resultado de uma sociedade que é capaz de criar e aceitar regras para dirimir conflitos sem eliminar o outro nem física, nem social, nem psicologicamente.** (UNICEF, 1996apud INSTITUTO SOU DA PAZ, 2011, grifo nosso).

Tomando a paz como principal resultado esperado, esta noção de conflito afirma uma democracia em que não existem inimigos, mas opositores que apesar de pensarem diferente, podem estabelecer consenso de metas. Ou seja, o conflito se resolveria a partir de um consenso de metas com aqueles que divergem. De que democracia se trata?

A noção de conflito refere-se a um modo de democracia construída por meio da “participação cidadã” que, por sua vez, parece referir-se a uma certa posição em relação aos que pensam diferente. Podemos afirmar que um outro nível de pacificação entra em jogo e diz respeito à produção de certas regras e condutas em torno do “pensar diferente”.

O alvo do Projeto é o jovem, convocado a participar para revitalizar o local. Mas não são os únicos a serem convidados a participar, não são os únicos que pensam diferente:

O projeto iniciado em 2007 tem como objetivo **mapear os atores e líderes sociais ativos na comunidade, as entidades, potências de articulação comunitária e a juventude para primeiro pensar o projeto arquitetônico do espaço e os equipamentos que vão compor a praça**, isto foi feito no [bairro] por meio de assembleias e reuniões onde **a comunidade era chamada para pensar no espaço**. (LIMA, 2010, p. 14, grifo nosso).

Quando essas lideranças se conectaram virou uma **bomba relógio no bom sentido**. Ali foi se fazendo **um celeiro de boas práticas**. (Morador, trabalhou no projeto Praças da Paz, negro, 30 anos, grifo nosso).

Os líderes locais, entidades e as juventudes, agora tornados “ativos” (bens) foram mapeados. Alguns foram selecionados para trabalhar no Projeto e os outros foram convocados a participar: uma bomba relógio pacificada? A promoção da segurança inauguraria um Elisa Maria pacificado? E aqueles que, expulsos do centro da cidade ou de outra região do país, decidiram sobre o bairro, escolheram os nomes das ruas? E o desejo de Praça, também pacificado?

As questões e suas tensões não param por aí, outra emergência na implantação das Praças da Paz: um dos eixos deste Projeto era “a aproximação entre comunidade e polícia” (INSTITUTO SOU DA PAZ, 2011).

Então, quando a gente chegou [Sou da Paz] tinha acabado de acontecer a chacina dos 7 jovens. Tinha um grande aversão para com a polícia militar, de não quererem a polícia militar por perto. **O Sou da Paz trabalha em conjunto com a polícia militar**. Esse foi o principal desafio naquela praça. A comunidade estava revoltada por conta da chacina [...]. (Morador, trabalhou no projeto Praças da Paz, negro, 27 anos, grifo nosso).

Como seria possível aproximar os moradores do Elisa Maria da polícia militar naquele momento? Esta relação estava bastante estremecida tanto pela Operação Saturação, quanto pela chacina recém-ocorrida, em que aos poucos foi se evidenciando a participação da polícia: “A comunidade estava revoltada”.

Para se aproximar dos moradores o ISP utilizou duas estratégias - proteger as vidas de algumas pessoas e limitar algumas abordagens policiais: ambas se referem a ganhar confiança.

Para tanto, o Projeto Praças da Paz, prevê algumas ações estratégicas com esse objetivo:

Este é um ponto delicado tratando-se de comunidades onde nem sempre os policiais agem respeitando os direitos individuais dos cidadãos e onde **os laços**

de confiança foram quebrados. Esses vínculos precisam ser restabelecidos **para reforçar a presença do Estado e fazer um contraponto ao suposto poder de grupos criminosos**. Para incentivar a aproximação entre os moradores e a polícia, a equipe do projeto deve buscar, por exemplo, **um contato mais institucional com o comando da região**, e também no dia a dia **como visitar a delegacia local e se aproximar dos profissionais da base comunitária**. O educador [do Projeto] pode **informar os moradores sobre alguns fóruns, como o Conselho Comunitário de Segurança**, onde **a comunidade poderá dialogar e até denunciar** (caso avalie que seja necessário) eventuais abusos cometidos por membros da corporação local. À medida que vão acontecendo **eventos na praça**, o educador pode estimular uma relação mais próxima e respeitosa **entre os moradores e a polícia**, por exemplo, em uma das praças do projeto Praças da Paz Sul América foi organizada uma partida de futebol entre moradores e policiais que atuam na região [refere-se ao Elisa Maria]. (INSTITUTO SOU DA PAZ, 2011, grifo nosso).

De uma maneira geral, podemos compreender que as estratégias para dirimir os conflitos entre moradores de zonas vulneráveis (definidas por índices de criminalidade) e a PM foram: estabelecer laços de confiança para reforçar a presença do Estado, a partir da delegacia local, ou seja, por meio de sua polícia, devidamente justificada para fazer um “contraponto” a um “suposto poder de grupos criminosos”; convocar a participação dos moradores no Conselho Comunitário de Segurança para denunciar; e, finalmente, promover eventos na Praça entre moradores e policiais.

A confiança é convocada por apelo à suposição de grupos criminosos, por apelo à insegurança e ao medo, com objetivo de “reforçar” uma certa presença do Estado. Uma confiança que pacifica a revolta.

Neste sentido, foi estimulada a participação das lideranças do CONSEG, Conselho de Segurança local:

Era o espaço mais importante naquele momento, naquela região, onde estava a **polícia militar, a Sabesp, a guarda metropolitana, a polícia civil**. Enfim, **o alto comando da zona norte** estava ali naquele CONSEG... Começamos a **criar estratégias de participação** [...] Trouxemos **representantes da Secretaria de Segurança pra acompanhar o CONSEG** e isso mudou um pouco a dinâmica: em vez de ser aquele lugar onde as pessoas decidiam – **onde o comércio falava onde a polícia tinha que estar - acabou se transformando no lugar aonde a comunidade vai para denunciar a polícia militar, sua ação truculenta, para a própria polícia e exige uma resposta ali** [...] A gente ia nas **reuniões do CONSEG e filmava** e, em contraponto, **a polícia militar filmava os moradores**. Por que vocês estão filmando os moradores? Por que eles filmam a gente e então a gente está filmando eles. **Vocês filmam de lá, a gente filma de cá. Vocês denunciam de lá, a gente denuncia daqui**. Quando a gente começou a entender um pouco o movimento, **a comunidade ocupou a presidência do CONSEG**. (Morador, trabalhou no projeto Praças da Paz, negro, 30 anos, grifo nosso).

O espaço considerado mais importante a ser ocupado naquele momento foi o CONSEG, onde se situa o “alto comando da zona Norte”, comandado, até então, pelo comércio. O combate de denúncias, por assim dizer, resultou numa radical associação: vigiar e denunciar para punir.

Defende Passetti (2003) que é pela participação que o cidadão é “intimado” a denunciar e vigiar, cumprindo a função de policial a si mesmo e aos outros (p. 157). Na medida em que “a democracia transforma-se em discurso da ordem, pretendendo interromper atuações contestadoras”, ela produz vidas obedientes (PASSETTI, 2011a, p. 54). Trata-se de um *modus operandi* que pretende:

[...] manter hierarquias dissolvendo as resistências, naturalizando as relações de poder como inevitáveis domínios e perpetuar assujeitamentos por novos processos de subjetivação que vão da auto-ajuda à ajuda ao alheio, num espetáculo contínuo de filantropias e de multiplicação das compaixões que pretendem *integrar* a todos [...]. (PASSETTI, 2007, p. 154, grifo do autor).

Implementou-se na região, especialmente na Praça, um modo de participação, pautado na prática da denúncia, e, com isso, um modo de Praça, por assim dizer: um evento entre moradores, especialmente entre jovens e policiais, todos sob o controle. Além das câmeras por todos os lados, instituíram-se os cidadãos-polícia. (PASSETTI, 2003)⁴². O que são janelas ou monitoramento por câmeras frente a cidadãos vigilantes e ávidos a denunciar?

A Praça está sob controle. Está segura?

Como aponta Passetti (2011a), a segurança que estava referida às instituições é substituída por um sistema de segurança tal que instaura um “sistema de visibilidades jamais alcançado pelo panóptico: o sistema funciona porque cada um também se transforma em polícia do outro.” (p.71).

Porém, as tensões continuam a se acumular. Em 2008 outro fato importante atravessa a vida dos moradores: o assassinato do responsável pela investigação da chacina dos sete jovens, o coronel José Hermínio Rodrigues. As investigações mostraram que

⁴² Augusto (2013) afirma que “vivemos sob o governo das polícias” (p.34). Refere-se a um desdobramento da segurança que expande a polícia para além de suas funções repressivas: “Polícias dos costumes na casa, no condomínio, no prédio, no bairro, na favela, no beco, gueto, biboca e viela” (p.35). Discute que se expande não apenas a busca por segurança dos Estados como a própria violência urbana (p.34).

[...] os policias que mataram usaram as mesmas armas que mataram aqueles jovens. Aí a coisa mudou de figura⁴³. Ficou como segredo de justiça, as famílias não têm nenhuma informação. (Morador, 57 anos).

A suspeita da comunidade com relação à participação da polícia na chacina de 2007 se confirmou e os conflitos entre os moradores e a polícia se intensificou.

Bomba relógio. Pacificada?

Em meio a estas revoltas, o projeto da Praça ganhava concretude, como previsto. Cimentavam-se os conflitos? Cada espaço foi muito discutido e incluía visitas a outros espaços públicos na regiões de São Paulo.

Foi um processo legal, visitamos outras praças. Discutimos se teria ou não **pista de skate**, porque tinha gente que achava que se tivesse pista de skate iria ser um **espaço de droga**. Discutíamos que **droga tinha em todo lugar**, enfim... (Morador, 57 anos, grifo nosso).

Mesmo que a chacina nada tivesse a ver com o uso ou o tráfico de drogas, conforme indicam as entrevistas, o “espaço da droga” como “espaço do perigo” foi se constituindo e passou a disputar seu lugar nas decisões sobre a Praça. A pista de skate também. Não é à toa que esta pista é hoje um dos lugares mais disputados na Praça, para alguns, na Brasilândia. De fato, “droga tem em todo lugar”, como aponta o morador, porém o tratamento dado aos que dela fazem uso, produzem ou comercializam é seletivo: a guerra às drogas é uma guerra aos pobres.

Em dezembro de 2008 a Praça foi, finalmente, inaugurada e seu nome foi uma homenagem aos jovens assassinados na chacina de fevereiro de 2007:

[...] antes de inaugurar fomos procurar os familiares dos meninos [chacinados] e conversamos com uma das famílias em que dois irmãos foram assassinados; e uma das filhas, num dado momento da reunião, sugeriu o nome da Praça de “Sete Jovens”. (Morador, 57 anos).

Este nome foi resultado de uma votação:

⁴³ *O Dossiê Mapas do Extermínio: execuções extrajudiciais e mortes pela omissão do Estado de São Paulo* (2009), ao denunciar o modus operandi das chacinas em São Paulo, bem como o descaso policial com que são tratadas, aponta que algumas delas acabam revelando seus agentes em função de outros acontecimentos como no caso do assassinato do coronel José Hermínio Rodrigues que investigava a chacina de 2007: “[...] a investigação [...] foi obrigada a reconhecer a autoria” de agentes do Estado nesta chacina na Zona Norte (p. 19). Disponível em: [http://www.conectas.org/arquivos/editor/files/DOSSIE_pena%20de%20morte%20final%20ACAT%20\(1\).pdf](http://www.conectas.org/arquivos/editor/files/DOSSIE_pena%20de%20morte%20final%20ACAT%20(1).pdf) Acesso em 05 novembro de 2015.

Na inauguração da Praça a gente fez um cinema e leiloou o nome. Foram três as principais opções que escolheram: a primeira, foi Zumbi dos Palmares, a segunda, Praça Sete Jovens e o terceiro nome não me recordo. Lembro que o que ganhou foi Zumbi dos Palmares, em homenagem a Zumbi dos Palmares, porém já existia uma praça com esse nome e ficou o segundo nome em homenagem aos jovens da própria comunidade [...]. (Morador, negro, 25 anos).

Após sucessivas ações de pacificação, o nome da Praça parece portar aqueles conflitos que não se pacificam.

Em homenagem ao coronel assassinado durante as investigações sobre a chacina dos sete jovens, a escola, inaugurada pela Virada Social, ganhou seu nome: EMEF (Escola Municipal de Ensino Fundamental) Coronel PM José Hermínio Rodrigues. Em homenagem aos sete jovens, a Praça recebeu seu nome. Em homenagem aos que “lutaram pelo povo, não só aqui no Brasil, mas em todo o mundo” (Lima, 2010, p.08), as ruas receberam seus nomes. Modos de lembrar para não esquecer.

Afinal, de onde vêm os bárbaros?⁴⁴

A guerra às drogas foi oficialmente declarada por Richard Nixon, então presidente norte-americano, em 1971. Por meio da criminalização das condutas de produtores, comerciantes e consumidores das drogas tornadas ilícitas⁴⁵, configura-se uma expansão do poder punitivo sem precedentes, no qual se explicita, segundo Karam (2013), a associação entre guerra e sistema penal.

Será na relação com as drogas tornadas ilícitas que os “novos” perigosos serão construídos, não apenas eles, mas o espaço que habitam também. Seus destinos estarão atrelados à “guerra às drogas”.

No Brasil, a associação do uso de determinadas substâncias aos negros feitos escravos contribuiu fortemente para a sua proibição, como no caso do uso da maconha, proibido em 1830 no Rio de Janeiro. Conta-nos Silva (2014) que apesar de não ter havido no Brasil um debate significativo na esfera pública sobre a questão das drogas até o final do século XIX, o uso da

⁴⁴ Uma referência ao Poema grego de Konstantino Kaváfis. **Esperando o bárbaros.**

⁴⁵ Segundo Karan (2010): “As substâncias psicoativas e matérias primas, que, assim selecionadas, recebem a qualificação de drogas ilícitas (como a maconha, a cocaína, a heroína, a folha de coca, etc.), não têm natureza diferente de outras substâncias igualmente psicoativas (como a cafeína, o álcool, o tabaco, etc.), destas só se diferenciando em virtude da artificial definição como criminosas de condutas realizadas por seus produtores, distribuidores e consumidores” (p.10).

maconha estava associado à classe pobre negra: as expressões “macumbeiro” e “maconheiro” foram tomadas de maneira depreciativa e estigmatizante e as práticas religiosas de origem africana foram consideradas como curandeirismo e magia negra (p. 42 - 43)⁴⁶. As teorias racistas e eugênicas no Brasil associavam o uso da *cannabis* à construção de características como a ignorância e a criminalidade que foram associadas ao comportamento dos negros: “Dizia-se que o uso da planta causaria ‘vício-compulsão’ e ‘degeneração mental-moral’” (Ibid., p 42).

Segundo Karam (2010), é a partir da Consolidação das Leis Penais de 1932 que tem início no Brasil a criminalização de condutas relacionadas à produção, distribuição e consumo das drogas tornadas ilícitas. No Estado Novo a proibição ganha um alcance maior com o Decreto-lei 891/38 que estabelece a internação obrigatória de *toxicômanos*. O Código Civil de 1940 integrará os dispositivos construídos até então.

Será durante a ditadura militar que o poder punitivo sofrerá uma significativa expansão por meio de uma sucessão de Leis, tendo em vista a proibição das drogas. Batista (2003) problematiza a passagem de um modelo sanitário em vigor desde 1914, para um modelo bélico instaurado em 1964 provocado pela política de drogas. Este modelo foi implementado

[...] na conjuntura da guerra fria, da doutrina de segurança nacional, com a exploração da figura do inimigo interno, e com a droga como metáfora diabólica contra a civilização cristã. A guerra contra as drogas introduz um elemento religioso e moral [...] Este modelo bélico produz marcas no poder jurídico, produz a banalização da morte. Os mortos desta guerra têm uma extração social comum: são jovens, negros/índios e são pobres. (BATISTA, 2003, p.12 - 13).

Sobre esse modelo bélico, Karam (2015) afirma que a guerra às drogas é, como toda a guerra, “violenta e letal”. Nela policiais militares ou civis, formalmente autorizados ou não e mesmo estimulados pela mídia, governos e parte da sociedade: “expõem-se a práticas ilegais e a sistemáticas violações de direitos humanos, inerentes a uma atuação fundada na guerra.” (p.37).

Batista (2003) explica que, na transição da ditadura civil militar para a democracia (1978 -1988), todo o sistema de controle social, inclusive os meios de comunicação, passaram a produzir a figura do “criminoso comum”:

⁴⁶ Souza (2014) defende que foi a associação das drogas a determinados grupos humanos que contribuiu fortemente para uma outra associação: drogas e ameaça à espécie humana. Aponta que nos EUA “a criminalização da maconha, da cocaína e do ópio ganhou forte apelo social a partir da associação entre estas drogas e os mexicanos, os negros e os chineses, respectivamente.” (p. 995).

O inimigo, antes circunscrito a um pequeno grupo, se multiplicou nos bairros pobres, na figura do jovem traficante. Este jovem traficante, vítima do desemprego e da destruição do Estado pelo aprofundamento do modelo neoliberal, é recrutado pelo poderoso mercado de drogas. (p.40).

Das minorias perigosas ao jovem traficante. Na mão inversa, o jovem traficante, por meio de uma atualização dos “perigosos”, faz ver o negro feito escravo, o imigrante, o anarquista, o marginal, o bandido⁴⁷. Na construção deste “inimigo” a ser combatido, Batista (2003) evidencia a seletividade do sistema penal, no qual os jovens de classe média que fazem uso de drogas são considerados doentes, dependentes químicos, e os jovens pobres são criminosos:

Enfim, na geopolítica da exclusão global, meninos pobres vendem drogas ilegais para meninos ricos. Enquanto anestesiavam-se uns, metralham-se outros; mas ambos os grupos – os ricos e os pobres – estão controlados. (BATISTA, 2003, p.84).

Em sua análise, que contempla vinte anos (1968 a 1988) de criminalização da juventude pobre no Rio de Janeiro, aponta que a Lei 5726 de 1971 produziu uma importante reconfiguração do cenário social: além de manter a equiparação entre traficante e usuário⁴⁸, lançou mão da oferta da denúncia sem a necessidade do laudo toxicológico para caracterizar o delito. A autora considera que

A Lei 5.726 transpôs para o campo penal as cores sombrias da Lei de Segurança Nacional e a repressão sem limites que era imposta aos brasileiros, no período mais agudo da ditadura militar. Esta lei sintetiza o espírito das primeiras campanhas de “lei e ordem” em que a droga era tratada como inimigo interno. A construção do estereótipo (sempre com o auxílio luxuoso da Imprensa) se observa no tratamento dado aos jovens estudantes envolvidos com drogas; a suposição de que portem drogas para uso ou tráfico determina o cancelamento da matrícula escolar, e os professores, os diretores e todas as pessoas físicas e jurídicas são incentivadas a delatar o “inimigo.” (BATISTA, 2003, p. 88)⁴⁹.

⁴⁷ Ainda que fora do mapa temporal desta pesquisa, vale sinalizar a presença dos índios nesta construção dos considerados “perigosos”.

⁴⁸ Esta equiparação foi instituída pelo Decreto Lei 385 de 1968, o qual alterou o artigo 281 do Código Penal, que punia apenas o tráfico de drogas (e não a posse e o uso).

⁴⁹ A autora aponta que os efeitos desta Lei podem ser percebidos pelo significativo aumento da criminalização nos processos estudados do ano de 1973, dentre os quais, muitos tiveram início com uma delação. Quanto ao perfil, a faixa etária continua como a anterior, de 15 a 17 anos, embora a classe média passe a integrar o grupo, por meio do consumo.

A prática da denúncia como parte da política de drogas foi, assim, instaurada.

Em 1976 entra em vigor a Lei 6.368 que volta a diferenciar o traficante do usuário por meio de penas de privação de liberdade distintas e recupera a exigência do laudo toxicológico (Ibid.).

Ao mesmo tempo, foi a disseminação do uso da cocaína que levou ao “recrutamento da mão-de-obra” jovem para a venda ilegal, mantendo a mesma seletividade. Tal quadro provocou um descomunal processo de criminalização de jovens pobres e possibilitou afirmar:

[...] a visão seletiva do sistema penal para adolescentes infratores e a diferenciação no tratamento dado aos jovens pobres e aos jovens ricos, ao lado da aceitação social velada que existe quanto ao consumo de drogas, **permite-nos afirmar que o problema do sistema não é a droga em si, mas o controle específico daquela parcela da juventude considerada perigosa.** (BATISTA, p. 134 - 135, grifo nosso).

Trata-se de um controle específico do jovem considerado perigoso. Batista (2003), também chama a atenção para a expressão encontrada nos processos estudados: “atitude suspeita”. Afirma que essa expressão, não se refere a um atributo específico, mas coloca em funcionamento um sistema jurídico-penal independente da prática do crime:

Analisando a fala dos policiais o que se vê é que a "atitude suspeita" não se relaciona a nenhum ato suspeito, não é atributo do "fazer algo suspeito" mas sim de ser, pertencer a um determinado grupo social; é isso que desperta suspeitas automáticas. (Ibid., p. 103).

Explica Karam (2010) que sobre as condutas já criminalizadas relacionadas à produção e comércio de drogas tornadas ilícitas, aplicaram-se ainda outros dispositivos que constavam de outras leis especiais. É o caso da Lei 8.072/90 que dispendo de crimes hediondos, inclui o tráfico de drogas, “dando início às leis de emergência ou de exceção após a redemocratização do Brasil.” (p. 05 - 06).

A Lei 6.368/ 76 permaneceu regulando as definições de crimes e de penas, sendo substituída somente em 2006 pela Lei 11.343⁵⁰. Esta última, institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad) e retira a previsão de internação compulsória para

⁵⁰ Vários projetos foram apresentados para modificar a Lei 6.368/76, sendo que um deles deu origem à Lei 10.409/2002. Esta última Lei não substituiu a anterior, mas a ela se juntou regulando alguns aspectos do tema drogas. (Karam, 2010).

peessoas usuárias de drogas. Também excluiu a pena de prisão pelo uso de drogas. Contudo, segundo a avaliação de Karam (2010):

É uma lei nova apenas no tempo, não trazendo qualquer alteração substancial, até porque, como acontecia com as leis por ela revogadas, suas novas ou repetidas regras naturalmente seguem as diretrizes dadas pelas proibicionistas convenções internacionais de que o Brasil, como quase todos os demais Estados nacionais, é signatário. (p.12).

Esta lei dá continuidade à expansão da elevação de penas às condutas identificadas como tráfico e mantém a “indevida criminalização da posse para uso pessoal das drogas tornadas ilícitas” (KARAM, 2010, p.21)⁵¹.

Tal partição dos ilegalismos já havia sido sinalizada por Foucault (2012). Para o autor, os ilegalismos não são “um acidente” ou “uma imperfeição” mas um elemento “positivo” que faz parte do funcionamento da sociedade, nos jogos de poder: “Todo dispositivo legislativo providenciou espaços protegidos e aproveitáveis em que a lei pode ser violada, outros em que ela pode ser ignorada, outros, por fim, em que as infrações são sancionadas.” (p. 35). Deste modo, no limite, considera o autor que a lei não foi feita para impedir tal ou tal tipo de comportamento, mas para diferenciar as maneiras de dobrar a própria lei. Isto se aplica ao comércio de drogas:

O tráfico de drogas se estende sobre uma espécie de tabuleiro de xadrez, com casas controladas e casas livres, casas proibidas e casas toleradas, permitidas a alguns, proibidas a outros. Apenas os pequenos peões são colocados e mantidos nas casas perigosas. Para os grandes lucros, a via está livre. (FOUCAULT, 2012, p. 35).

Quanto aos efeitos do comércio de drogas ilícitas, Batista (2003) destaca que esse mercado possibilitou o investimento no sistema penal, a concentração de lucros provenientes do tráfico e, sobretudo,

[...] propiciou argumentos para uma política permanente de genocídio e violação dos direitos humanos contra as classes sociais vulneráveis: sejam eles jovens negros e pobres das favelas do Rio de Janeiro, sejam camponeses colombianos, sejam imigrantes indesejáveis no Hemisfério Norte. (p. 135).

⁵¹ Para a autora: “A simples posse para uso pessoal das drogas tornadas ilícitas, ou seu consumo em circunstâncias que não envolvam um perigo concreto, direto e imediato para terceiros, são condutas que não afetam nenhum bem jurídico alheio, dizendo respeito unicamente ao indivíduo, à sua intimidade e às suas opções pessoais. Em uma democracia, o Estado não está autorizado a penetrar no âmbito da vida privada.” (Karam, 2010, p. 22).

As política de drogas ampliam sobremaneira as intervenções do sistema penal, instrumento central no controle dos considerados “perigosos”.

O neoliberalismo voltou a trazer a juventude para o centro das atenções criminológicas. O fim das ilusões do pleno emprego keynesiano, a descartabilidade da mão-de-obra e a supremacia da ideologia do mercado reconfiguraram a visão da juventude como problema. A destruição das políticas públicas, a falta de perspectiva de trabalho em contraste com a energia juvenil fizeram com que grandes contingentes de crianças e adolescentes passassem a ser “tratados” pela lógica penal. As estratégias de sobrevivência e também a cultura das periferias passam por um gigantesco processo de criminalização que pode ser observado pelo crescimento sem precedentes do encarceramento [...] No Brasil, a população envolvida em conflitos, presa ou assassinada, vai-se constituir basicamente da população pobre e negra, com idade entre 14 e 24 anos. (BATISTA, 2015, p. 28 – 29).

Na Praça, o “espaço da droga” foi instaurado antes mesmo de sua implantação, pelo imaginário de moradores capturados pelo medo propagado pela guerra às drogas. Espaço que atualiza o “lugar de perigo”, a “escola do mal”, configurações que justificam a saturação das polícias civil e militar:

“[...] o uso da droga no espaço da Praça leva algumas pessoas a denunciar ao CONSEG para polícia fazer uma segurança mais ostensiva.” (Ex- morador, trabalhou no projeto Praças da Paz, negro, 27 anos).

O desejo de eliminar a Praça também se apresenta de modo mais ostensivo: “Essa Praça tinha que acabar”, considera a moradora. “Ou, pelo menos, tinha que ter mais policiamento, segurança”, continua. “Aqui tem muito drogado e vândalo, é difícil [...] “Eles querem a Praça para usar droga.” (Diário de campo, 15/03/2016).

A Praça está sob ameaça. Seus frequentadores também.

“Todos acham que tem que chamar a polícia mesmo para **limpar** a Praça desses meninos” (referindo-se aos meninos considerados drogados), mas, embora quase sempre ela própria chame a polícia, “no fundo” acha que “a polícia não vai resolver, eles **precisam de tratamento**” (Diário de campo, 15/03/2016, grifo nosso).

Estariam as práticas de saúde produzindo um deslocamento na vontade de polícia, por assim dizer? Ou, ao serem referidas como contraponto, alternativa à polícia, estariam colocadas no mesmo lugar, significadas como garantia de segurança e de pacificação? Augusto (2013), chama a atenção para a extensão da função de policial.

Entre assistências, polícias, fardas, tiros e tumulto, alguns pedem mais polícia de farda, outros querem a polícia da comunidade, governo e empresas *complementam* com polícia social: todos são policiais, todos querem polícia. (p. 79 e 80, grifo do autor).

A vontade saturada de polícia, vontade de escola-polícia, saúde-polícia, assistência-polícia, efeitos de um cotidiano pacificado, que se faz e refaz pela punição: a vontade de punir.

[...] fomenta-se uma sociabilidade autoritária nesses bairros que é muito difícil de quebrar...Você tem, de alto a baixo: um governador que diz que quem não reagiu está vivo, que diz que vai apurar uma chacina de 19 pessoas⁵², dentro de uma visão procedimental. Não há nenhuma condenação explícita à ação dos policiais. E de baixo, você tem uma sociabilidade entre os jovens em que ser legal é isso: é ter apetite e não deixar ninguém pegar no seu pé, não deixar ninguém pegar sua mina. Quebrar essa cultura é muito difícil. Isso passa pelo tipo de polícia que a gente tem, passa pelo tipo de escola que a gente tem, pelo tipo de sociabilidade que a gente tem. Pela própria cultura entre os jovens. (Ex- morador, branco, 35 anos).

Uma sociabilidade autoritária, pedagogicamente instituída, cotidianamente instaurada, intimamente relacionada com o regime de castigo e recompensa (PASSETTI, 2003).

[O jovem] Vive numa cultura em que o pai e a mãe falam pra ele: você é um bosta, não vale nada; você é um vagabundo ou vagabunda, vive rodando por aí com os amigos e não vai ser nada da vida! É isso que a gente ouve da família, às vezes dos vizinhos...A gente engole muita coisa aqui. Toma tapa na cara de polícia, escuta que a gente é um bosta, um merda, um traficante e, na verdade, você não é. É um indivíduo comum. Só por ser preto, porque sai determinada hora na rua, sem direito de ir e vir. Repressão pela família que também já foi reprimida. (Morador, negro, 25 anos).

As famílias, os vizinhos, a polícia, as mídias... constituem e reconstituem a figura do jovem negro como “perigoso”, “vagabundo” que “não vale nada”, agora associado à outra, à do traficante. Em nome da segurança, são os jovens negros da periferia, os principais alvos das práticas de denúncia e da criminalização.

Passetti (2003) dá o nome de campo de concentração a céu aberto à atualização do controle sobre os “perigosos”, incidindo sobre sua circulação pela cidade. Uma tecnologia de

⁵² Faz referência à chacina ocorrida em Osasco/SP, em 2015, e a fala do governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin em 12/09/2012 ao defender a ação da Rota (Rondas Ostensivas Tobias Aguiar) que terminou com nove suspeitos mortos: "Quem não reagiu está vivo", afirmou Alckmin. A ação ocorreu em um sítio em Várzea Paulista, cidade que fica a 54 km da capital paulista. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/09/12/quem-nao-reagiu-esta-vivo-afirma-alckmin-sobre-operacao-da-rota-que-matou-nove.htm> Acesso em 03 agosto de 2016.

controle que, como explica Augusto (2013), opera a céu aberto “por uma administração do território por seus próprios habitantes.” (p. 166)⁵³.

Desde a inauguração da Praça, a prefeitura não cumpriu o compromisso com a sua manutenção, acordado ao final da parceria com o ISP. Somente em 2015, passados seis anos, a gestão do PT, com Fernando Haddad, irá reformar a Praça, já quase desmoronando:

Nem a gestão do Serra, nem a do Kassab cuidou dessa Praça. Agora a gestão do PT vai fazer uma intervenção para mudar a Praça, mas a manutenção, limpeza, não faz. (Morador, negro, 25 anos).

Quem cuida da Praça?

A própria comunidade vai se articulando. A gente tem um coletivo de cerca de 60 pessoas que, não todos diretamente, ajudam a cuidar da praça. (Morador, membro do Coletivo da Praça, negro, 26 anos).

Este coletivo, também conhecido como coletivo da Praça, constituído em sua maioria por jovens, é quem cuida da Praça. São os jovens que “têm que engolir muitas coisas por ali”, que são ostensivamente policiados e reprimidos e que continuam “pensando diferente, os responsáveis pela Praça.

Se para alguns moradores a Praça é o lugar do perigo, para outros, é o lugar que querem estar, sustentado “à unha”, por assim dizer.

Dentre as ocupações, o Samba do Bowl, evento cultural que acontece desde 2013, tem destaque. As histórias sobre o Samba do Bowl vão se misturando com as histórias das ocupações da Praça, que, desde esta perspectiva, torna-se um lugar de intensa troca cultural e artística, de possibilidade de outros modos singulares de viver, de se juntar e de criar sentidos, sustentando um espaço para o lazer, para “curtir” e se divertir.

⁵³ Entendido enquanto parte de uma racionalidade política, Passeti (2011b) discute que os campos de concentração produziram novas tecnologias de poder: “O campo de concentração institui uma governamentalidade inovadora que dilatou as instituições austeras, sob o signo da morte e da produtividade, na qual não se esperava mais docilidade pelo esgotamento das energias do corpo. O dispositivo da sobrevivência no campo de concentração (sob a ameaça da *solução final* e da *resignação*) produziu novos saberes, maneiras de governar verdades, modo de produzir, relações educativas com crianças que levavam cada uma delas a ver o mundo restrito a aquele espaço” (p.46, grifo do autor). Ressalta o autor que a colaboração dos prisioneiros era fundamental para a administração das mortes e que o campo de concentração conseguia, pela primeira vez, suprimir a revolta e a busca de liberdade.

O SAMBA DO BOWL⁵⁴

Todo primeiro domingo do mês, no final da tarde, a Praça Sete Jovens reúne moradores e convidados de outras regiões da Brasilândia e de São Paulo para o Samba do Bowl.

Com início geralmente marcado por uma referência aos jovens que foram chacinados e uma saudação aos vivos, a primeira hora é por conta do “pessoal da casa”, dos músicos, poetas, artistas do Coletivo da Praça. Em seguida, são convidados a se apresentarem grupos musicais variados da região. Geralmente, enquanto acontece a música, ou a poesia, ou a performance, grafiteiros mostram o que fazem: grafitam a Praça, especialmente o bowl. Tudo isso acontece junto com as crianças que também ocupam este mesmo lugar durante o Samba. Já os skatistas estão por todos os lugares, menos dentro do bowl que, neste dia, é o palco do Samba.

O Samba acontece dentro do bowl. Ali, onde o imaginário de alguns marcou como “o espaço da droga”, “espaço do perigo”. Deste lugar, esse coletivo não abre mão. É o Samba do Bowl, que às vezes se escreve: sambadobowl.

No domingo, a Praça fica tomada: muita gente no futebol, jogando e assistindo, crianças no parquinho e vários grupos circulando por ali. O público do Samba fica na pista de skate e gira em torno de 20, podendo chegar a 60 pessoas.

O som é cuidadosamente preparado e a aparelhagem é ligada no bar em frente à Praça. O som atinge a todos, inclusive os moradores que não descem do morro.

[...] a gente pede energia no bar ali. Instrumento é assim: ei você! Tem um cavaquinho, tem pandeiro, tem um pedestal? Empresta? Todo mundo tem que trazer o que tem. (Morador, membro do Coletivo da Praça, negro, 26 anos).

O Fábricas de Cultura se recusa a apoiar o evento alegando que a fiação que fica dentro do bowl corre o risco de pegar fogo, podendo provocar um incêndio.

Sabe por que encerramos a parceria com o Fábricas? Por que queriam tirar a gente do bowl! A gente só continua a parceria com vocês se vocês saírem do bowl, disseram eles. Por quê? Perguntei. Porque o pessoal do som falou que é perigoso a gente tocar lá dentro. Não sei! Inventaram um motivo pra tirar nossa atividade do bowl. Falei não. É sambadobowl, ora! Começou no bowl vai terminar no bowl. (Morador, membro do Coletivo da Praça, negro, 26 anos).

⁵⁴ O texto a seguir é baseado nas entrevistas realizadas com idealizadores do Samba e no Diário de Campo.

A relação com os equipamentos públicos de cultura é tensa. O Centro Cultural da Juventude Ruth Cardoso (CCJ) diz que apoia o Samba, mas quase nunca promove um evento em conjunto, dizem as entrevistas. Embora tenham investimento para isso, priorizam o artista de fora.

O Fáblicas e o CCJ acham que fazem muito, e, sendo sincero, eles tratam com desdém a comunidade porque são eles que decidem as coisas, como elas acontecem [...] O Fáblicas não parece uma fábrica de cultura, o CCJ não parece um Centro de Juventude. Parece mais um hospital, uma instituição religiosa e política [...] A Casa de Cultura⁵⁵ parece um posto de saúde. Você pega a Estrada do Sabão e vê uma placa “Casa de Cultura”. Aí você desce na rua da Casa e pergunta pra galera e ninguém sabe. Então o que a Casa de Cultura está fazendo ali? Todo mundo sabe onde é o bar, todo mundo sabe onde é a biqueira, onde rola a festa. Ninguém sabe onde são as Casas de Cultura. (Morador, membro do Coletivo da Praça, negro, 26 anos).

As críticas às esses equipamentos colocam em questão suas administrações e mesmo a legitimidade das ações realizadas, mas, ainda assim, espera-se o apoio, especialmente para a articulação entre os coletivos. Seja como for, as políticas de cultura e seus equipamentos, estão muito presentes no dia a dia destes jovens e, por vezes, evidenciam mais do que falta de apoio.

Nesse final de semana a gente fez um evento – o Cine Sabotagem – a gente passou lá na favela, encontro de Rap e Grafite. Não teve alimentação para os artistas que se apresentaram, que cantaram, nem uma água. Por que a subprefeitura não apoio isso? O CCJ prometeu levar um grupo que ia fazer dinâmica com as crianças e não levou, o CCJ se comprometeu a levar alimentação, não levou. Nem deu as caras, o Fáblicas se comprometeu em levar o som, não deu as caras. Assim como neste último Samba, o Fáblicas se comprometeu em trazer o som e não deram as caras. Então isso é maquiado. Tá entendendo? (Morador, membro do Coletivo da Praça, negro, 26 anos).

Uma ação estatal que desarticula, separa, sabota, impede a troca.

Agora aqui na Brasilândia é assim: se os meninos do Elisa Maria fazem uma articulação e os meninos do Guarani fazem outra, nenhum troca com o outro. Fica naquela, por que a Cantídio separa a gente. O sistema separou a gente. Foi desarticulando, porque a gente tem potência, tem poder [...] se a gente tiver dois mil jovens nesta Praça produzindo, pensa o futuro destes jovens! Dirigindo o próprio país, a própria cidade. É isso que eles não querem. (Morador, membro do Coletivo da Praça, negro, 26 anos).

⁵⁵ Equipamento vinculado à Secretaria Municipal de Cultura, construída em 2009, voltado para promover atividades em arte e cultura.

Outros modos de conceber os equipamentos públicos de cultura são propostos:

Olha, casa de Cultura na comunidade tinha que ser 24 horas ... 24 horas de cultura, parceiro! Se você tivesse um espaço onde o jovem pudesse acessar a internet de madrugada, pudesse dançar de madrugada, pudesse pintar grafite de madrugada, tivesse um espaço para isso que fosse bem direcionado, traria muito conteúdo. Tem mercado 24 horas, então, por que não cultura? [...] Não dá nem para ficar na rua, porque é perigoso. Passam de carro e te matam. (Morador, membro do Coletivo da Praça, negro, 26 anos).

Anos atrás foram fechadas várias casas noturnas na Brasilândia, a maioria era ilegal. Hoje não tem mais casa de balada na periferia, o jovem não tem mais espaço nem para dançar. Para os organizadores do Samba é por isso que o baile funk acontece na rua, o que produz um problema sério com a vizinhança, que não quer barulho. Na época em que as escolas abriam nos finais de semana ainda era possível fazer festas. Agora não tem espaço, afirmam.

O desejo dos organizadores é o de sustentar a Praça enquanto um lugar de acesso para a juventude local e de articulação com outros coletivos.

A juventude quer acesso, espaço pra curtir. A gente não tem mais um espaço que possamos nos reunir [...] Mas acho que o que mais pedem [os jovens] é empatia e liberdade de expressão. Tudo que ele vai fazer tem que se enquadrar! Eu acredito muito na singularidade de cada um. (Morador, membro do Coletivo da Praça, negro, 26 anos).

O Samba do Bowl é também um espaço de valorização e de visibilidade para os artistas da região. Ao mesmo tempo, é um espaço de aprendizagem para futuros artistas, skatistas.

[...] Que nem, a gente tá aqui trocando uma ideia e vem alguém que quer aprender violão. Pergunto: Mano, se tem um violão? Não, não tenho. Digo: Então vamos fazer o seguinte, eu trago meu violão e você vem aqui todo dia e te ensino um pouquinho todo dia. Não vou te ensinar tudo, vou te ensinar um pouquinho e você vai desenrolar. (Morador, membro do Coletivo da Praça, negro, 26 anos).

Intensificam a troca, se articulam com outros coletivos, promovendo e sustentando um espaço de experimentação e construção de outros modos de estar no mundo:

Ninguém nasceu para se espelhar em ninguém. Jesus Cristo foi Jesus Cristo, Gandhi foi Gandhi. Cada um no seu quadrado. Minha filosofia hoje é muito diferente da de Jesus Cristo porque eu tenho muito mais informação que ele, eu tenho muito mais informação que Platão. Então você não tem que se apegar a essas coisas. Você tem que ouvir e absorver o que é bom para você (morador, membro do Coletivo da Praça, negro, 26 anos).

Durante o Samba certas histórias da Brasilândia e do Brasil insistem nas músicas, nas poesias ou são simplesmente lembradas ao microfone.

[...] Nossa história foi apagada e queimada. Estamos comprando uma história que não é nossa... Um povo inteligente é perigoso. Minha luta é essa. (Morador, membro do Coletivo da Praça, negro, 26 anos).

Entre duas escolas públicas localizadas na Praça, o Samba promove o conhecimento e o desconhecimento

[...] ambos somam e formam pessoas, não pelo “sistema”, porque por aí [a pessoa] sai acreditando que foi Pedro Álvares Cabral quem descobriu o Brasil. Zumbi, Canudos, Farroupilha? Não sabe (Morador, membro do Coletivo da Praça, negro, 26 anos).

Nos eventos que estivemos presentes, vimos a polícia passar apenas em um deles e de forma muito rápida, sem sequer olhar para a Praça. Fato interessante na medida em que a polícia passa por ali diversas vezes ao dia, de segunda a segunda, como dizem os moradores. O Samba do Bowl faz parte do calendário do Elisa Marisa e imediações.

Com relação aos moradores do entorno, a relação com o Samba é semelhante à relação com Praça. Para grande maioria, tudo o que ali acontece diz respeito apenas ao “espaço da droga” e do “perigo”.

Contudo, segundo os organizadores, uma mudança visível a esse modo de ver a Praça e seus frequentadores se operou em função da chacina ocorrida em 16 de abril de 2014, na qual três jovens foram brutalmente assassinados, próximo à pista de skate.

Para a grande maioria das pessoas do distrito, o Samba começou depois desta chacina e por causa dela, sendo que, de fato, ele acontece desde 2013. Mas, o Samba do Bowl foi fundamental para manter a ocupação da Praça depois da chacina.

[...] antes de acontecer a chacina dos jovens [2014] a comunidade ao redor não dava valor para as atividades que a gente fazia aqui. Não valorizavam, nos chamavam de moleques doidos [drogados]. Depois que mataram os meninos a comunidade abraçou a gente: meu, só vocês mesmo! Então tudo o que vocês precisarem podem contar com a gente. Faz uns dois anos que a comunidade vem fechando com a gente [...] A gente conquistou esse respeito com a comunidade que já estava desacreditada desse espaço: onde tinha morrido muita gente [...]. (Morador, membro do Coletivo da Praça, negro, 26 anos).

Depois da chacina, o Samba ganhou repercussão. É curioso que algumas pessoas do distrito acreditam que os jovens foram chacinados dentro do bowl e que é por isso que o Samba acontece ali. É um modo de falar que, se por um lado, reforça o “espaço do perigoso” e afasta o público, por outro, marca o Samba como um espaço de resistência da juventude local.

O pessoal [de fora] agora está olhando pra cá. Antigamente o pessoal olhava pra cá via apenas a chacina, agora, eles veem o potencial que tem a Brasilândia. Se você observou, no dia do Samba do Bowl, tinha poeta, tinha mulher cantando, homem cantando, tocando e dançando. Tinha grafiteiro. Olha a diversidade! São coisas que a gente mesmo vai semeando por aqui. (Morador, membro do Coletivo da Praça, negro, 26 anos).

O Samba do Bowl é um espaço de produção de estratégias para sustentar uma praça pública que se pretende ocupada especialmente pelos jovens da região, com suas músicas, suas artes.

“Brasilândia, terra do Brasil
 A terra do amor e esperança
 Ou a terra que a ganância destruiu?
 Responde "pátria amada" se for capaz
 Se és a terra do amor
 Por que toda noite um corpo descansa em paz?
 Traficando poesia
 Mais um sarau chega na periferia
 Na biqueira literária
 Tem muito pó
 tem muito pó
 tem muito poeta
 Olha o lança
 Olha o lança
 Olha o lança mento de mais
 um livro
 A cada livro vendido
 Um burguês fica ferido
 A cada preta empoderada

A casa grande fica revoltada
A cada poesia recitada
Sai um sorriso no rosto da quebrada [...]"

Alan Queiroz

Parte II

O RONCO DAS BATALHAS

A CHACINA DE 16 DE ABRIL DE 2014 NA PRAÇA SETE JOVENS

Precisamos contar uma parte da nossa história recente e que provavelmente você não ficou sabendo, ou se ouviu falar foi de longe através de quem pouco ou nada sabe pra dizer a respeito. A Praça Sete Jovens, no Jardim Elisa Maria, Brasilândia, São Paulo, Brasil, a 3 km do Centro Cultural da Juventude, leva esse nome porque em 2007, quando a Praça Sete Jovens ainda não existia, sete jovens foram mortos. Hoje a praça tem pista de skate, quadras e áreas ajardinadas, um dos poucos locais de lazer na região feitos para a nossa juventude e [...] os moradores da região escolheram o nome Praça Sete Jovens, como forma de homenagear seus mortos. Perto da praça outras ruas homenageiam pessoas assassinadas no Brasil e no mundo por regimes ditatoriais: Carlos Marighella, Olga Benário, Pedro Pomar, Rubens Paiva, Carlos Lamarca e Patrice Lumumba são alguns deles.

No começo da madrugada do dia 16 de abril de 2014, longe da imprensa, longe das câmeras de vigilância, seja dos condomínios de luxo ou dos centros comerciais, longe das câmeras de televisão, quatro jovens⁵⁶ foram mortos, (ASSASSINADOS) em nossa quebrada. Estes jovens estavam no lugar construído para eles, lugar aonde costumavam estar. Durante o dia ali brincam crianças, e agora vão brincar onde há sangue derramado. Mais um sangue preto, jovem e da periferia. Sangue como o de Amarildo, Cláudia, Douglas e Zumbi. Sangue de quem morreu sob o castigo do “tronco” e “vira mundo” contemporâneos. (Manifesto Contra a Chacina de Jovens na Brasilândia)⁵⁷.

Esta narrativa é parte de um documento nomeado como “Manifesto Contra a Chacina de Jovens na Brasilândia”, assinado por quarenta e sete entidades sociais da região e da capital, publicada dias depois do crime.

Os jovens assassinados foram: Igor Caíque Silva, de 17 anos, Cleiton Martins de Oliveira de 18 anos e Marcos Vinícius de Oliveira, de 22 anos.

⁵⁶ Como este Manifesto foi escrito entre as duas chacinas que ocorreram em abril de 2014, talvez ainda não se tinha clareza do número total de jovens mortos. Porém, trataremos desta dificuldade de contar essas mortes no decorrer deste capítulo.

⁵⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/ObservatorioDaJuventudeCCJ/videos/411446282330219/> Acesso em 03 junho de 2014.

No ano passado [2014], na Praça... dia 16 de abril, **chegou uns caras andando e meteram bala na molecada que estava lá. Sobrou um vivo, quer dizer sobraram mais, pois teve uma galera que conseguiu correr.** Três morreram. (Morador, 57 anos, grifo nosso).

Várias pessoas estavam na Praça aproveitando a véspera do feriado da Páscoa. Os assassinos chegaram andando, estavam a pé. Alguns conseguiram correr, sobrou um, sobraram mais, três foram assassinados. Morreu quem não conseguiu correr?

Dia 16 de abril do ano passado [2014], aconteceu **mais uma** chacina aqui. Estavam quatro jovens sentados ali naquela mesa, **cerca de uma e meia, duas horas da manhã, eles estavam fazendo uso de lança-perfume e maconha, comum, não é motivo para matar ninguém. Como era comum também eles sempre sentarem ali na madrugada, ficavam ali na madrugada. Não tinha nada de errado, nunca mexeram com ninguém, nunca roubaram ninguém. Eram meninos de boa índole, nunca fizeram mal pra ninguém e eles ali de madrugada e aí veio dois homens encapuzados de preto, a pé, desceram por lá, mandaram os meninos deitar no chão, bateram neles e mataram eles. Até onde sabemos um sobreviveu. Ele apanhou, mas não morreu, acho que acabaram as balas, porque descarregaram o revólver nos meninos. Foram mais de trinta e poucos tiros. Dos meninos atingidos, a gente conhecia o histórico de três, o outro a gente não conhecia [...]** O menino que sobreviveu tem problema na fala, tem uma deficiência psicológica não sei como chama. Faz acompanhamento no CAPS, não fala muito direito. Então o único que sobreviveu não falava, **sobreviveu aquele que todo mundo pensa que é doido.** (Morador, negro, 25 anos, grifo nosso).

Os jovens que foram mortos na madrugada estavam sentados na mesa da Praça, onde costumavam ficar. Frequentavam a Praça. Estavam fazendo uso de maconha e lança, “não é motivo para ser morto”. Três eram conhecidos: não faziam “nada de errado”, “nunca mexeram com ninguém”, “nunca roubaram ninguém”. Nem tráfico e nem roubo. Eram meninos de “boa índole”. Eles foram assassinados no local que frequentavam, com mais de trinta tiros. Executados? Dos quatro que estavam na mesa, três eram conhecidos. Aquele que sobreviveu, apanhou.

Porém, o que a gente sabe, o que **prevalece na comunidade, em qualquer lugar do mundo, é que se você está junto com o porco, farelo você vai comer, então às vezes você está no local errado com a pessoa errada e aquela pessoa vai ser cobrada naquele momento, se você tiver junto, você também vai. Porém, foi algo muito mais forjado do que a cobrança de um crime.** Porque na comunidade, quando **o criminoso, o traficante, quando o dono do morro quer cobrar,** ele cobra na frente de todo mundo. Ele vem aqui na luz do dia e **mata o cara na frente de todo mundo, arrasta o corpo do cara pela quebrada, pendura; porque ele quer expor, quer dar o exemplo** pra que as outras pessoas não façam a mesma besteira que o homem

que morreu fez. **Quando é uma cobrança de crime, os caras vêm na cara dura e matam, não tem essa.** Agora [...] os caras vieram encapuzados, de luva, todos de preto e os caras não tinham porte físico comum [...] Eles andavam de skate, inocentes. **Inocentes mesmo, os caras nunca tinham visto uma arma.** A primeira vez que eles viram uma arma foi quando eles foram assassinados [...]. (Morador, negro, 25 anos, grifo nosso).

“Não foi cobrança de crime”, foi algo mais forjado. Foram mortos por encapuzados que usavam luvas e não tinham porte físico comum.

Para a “comunidade” ou “para qualquer lugar do mundo” a suspeita de que haveria um “porco”, na medida em que só três dos quatro jovens eram conhecidos, tornaria todos “porcos”? O estranho que gera suspeita é uma lógica histórica na construção dos “perigosos”.

“Porcos” ou não, comeriam farelo: “quem anda com porco, farelo vai comer”.

Dois deles eram meus amigos [desde a infância]. Um deles, o pai só foi descobrir depois de horas por que ele não chegava em casa. Uma pessoa, [que viu o corpo], **disse que tinha uma tatuagem** e aí o pai foi reconhecer. Até então ninguém sabia dele. Foi um baque [...] Ficaram vestígios das roupas e um pedaço do fone de ouvido deles no local, bem ali [mostra com detalhes]. **Eles gostavam de usar droga, cocaína [...]** Eu sabia que os meninos eram muito inteligentes e **não tinham envolvimento com nada [o tráfico]. Tocavam violão e andavam de skate.** O que fizeram com eles foi muita **crueldade.** Nada justifica fazer isso com uma vida. (Moradora, negra, 19 anos, grifo nosso).

Os jovens que morreram eram amigos de infância dos jovens que frequentam a Praça. Um deles tinha uma tatuagem no corpo, só aí o pai pôde reconhecê-lo. Além de andar de skate, tocavam violão. Faziam uso de cocaína. Não tinham envolvimento com o tráfico.

Na manhã do dia 30 de abril de 2014, um representante do Observatório da Juventude (OJ) e uma liderança local foram até a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo entregar o “Manifesto” e conversar com o Secretário sobre o andamento da investigação policial.

Porém ele [o Secretário] **não nos recebeu, como de praxe.** Quem nos recebeu foi seu assessor. **Pediu informações, como por exemplo, se tínhamos testemunhas, câmeras no local.** Respondemos que não sabíamos, mas sabíamos que estava tendo represália: **alguns policiais estavam passando por ali dizendo para o pessoal da Praça não ficar na rua que poderia haver retaliação.** Na tarde deste dia, decidimos ficar por ali [...] reelaborando a carta para que outros movimentos assinassem, engrossando a representatividade. [Na noite do dia 30 de abril] **soubemos de uma nova chacina, na qual morreram dois jovens, sendo que três ficaram gravemente feridos, bem próximo da Praça Sete Jovens [600 metros da Praça]. Voltaram a matar, pensamos. Várias pessoas do Elisa Maria não sabem que foram ao todo cinco jovens que morreram, a maioria pensa que foram três.** (Morador, Representante do OJ, negro, 24 anos, grifo nosso).

O secretário não quis recebê-los. Foram questionados sobre testemunhas e câmeras e responderam que estavam sendo ameaçados. Quatorze dias depois uma nova chacina: dois jovens assassinados e três gravemente feridos. O grupo de jovens, estava em frente à casa de um deles, na calçada, onde costumavam ficar, quando dois homens se aproximaram e atiraram. A chacina do dia 1º de fevereiro de 2007 também foi em frente à casa de um dos jovens.

Os jovens assassinados foram os primos Lucas Otavio da Silva Lima e Matheus Jackson da Silva, ambos com 17 anos⁵⁸. Estes jovens trabalhavam como vidraceiro e pedreiro. Da mesma forma que os jovens da chacina de 2007, filhos de trabalhadores, sem envolvimento com roubo e tráfico:

Quem conhecia a história desses meninos sabia que eles não estavam envolvidos com o tráfico e nem com roubo. Eles eram pessoas da comunidade, filhos de trabalhadores. (Morador, negro, 25 anos, grifo nosso).

Os modos de falar sobre os jovens assassinados fazem a defesa da vida no compasso das mesmas lógicas que constroem os discursos sobre os “perigosos”: boa índole; trabalhador e “de família”. Desta forma buscam resistir à criminalização, mas, por outro lado, correm o risco de legitimar a divisão entre perigosos e inocentes, dignos e viciosos.

E se todos fossem traficantes, bandidos a chacina seria tolerada? É a pena de morte para o bandido? Em tempos “tolerância zero”, chacina se justifica?

Existe um senso comum que quem foi morto estava no lugar errado na hora errada. Isso é falado até mesmo pelos vizinhos. Só não aparece na fala dos familiares, mas, às vezes, aparece aí também. A primeira pergunta que fazem depois de uma chacina é: o que eles estavam fazendo ali? Quando na verdade eles estavam numa praça! Essa pergunta indica que [...] é a mesma coisa da mulher estuprada: com que roupa que ela estava? Quando faço essa pergunta estou aproveitando do medo que já me cerceou, eu não quero ter que divulgar isso, dar repercussão a isso, porque talvez esteja defendendo bandidos. Acho que é o medo que as pessoas têm de estarem apoiando uma injustiça em vez de perceber que a injustiça na verdade foi contra a vida daqueles jovens, independente do que faziam na praça às duas da manhã. Era madrugada na chacina do dia 16 de abril, mas no dia 30 eles estavam em frente de suas casas e eram 23 h e pouco. (Morador, negro, 29 anos, grifo nosso).

⁵⁸ Disponível em: <http://sp.levante.org.br/2014/05/manifesto-contra-as-chacinas-de-jovens.html> Acesso em 02 dezembro de 2016.

Silencia-se e legitima-se por medo de defender bandido, medo de “apoiar uma injustiça”: o inimigo agora é o bandido, que por medo, é tornado indefensável.

Várias falas afirmam que os jovens estavam em um local de costume, algumas insistem: “construído para eles”. Outras porém, sentenciam: eles estavam na “hora errada no lugar errado”.

Quando a circulação de um jovem pobre, preto e periférico, no espaço público vai estar na hora certa e no lugar certo? De fato, como aponta Foucault (2004): “[...] é preciso um dilaceramento que interrompa o fio da história e suas longas cadeias de razões, para que um homem possa, ‘realmente’, preferir o risco da morte à certeza de ter que obedecer.” (p.79).

E quanto aos jovens que sobreviveram? O Minierinho, como alguns denominam – não o de Clarice Lispector⁵⁹, mas o de Elisa Maria – sobreviveu à chacina de 2007. Ele foi morar em Minas Gerais, parálítico e cego. O outro jovem que sobreviveu à chacina de 2014 é o “doido”. Ou com “problemas de fala”. Dizer que “todo mundo pensa que ele é doido” seria para desqualificá-lo ou, justamente ao contrário, qualificá-lo: seria o sequestro da fala de uma testemunha, ou proteção à testemunha? Estratégia de sobrevivência? A ambiguidade e a afirmação compoem a complexidade do que não foi pacificado.

Louco, parálítico e cego, em São Paulo e em Minas Gerais, sobrevivem ao improvável e não dão sossego. Insistem na incerteza e no assombro das narrativas: “Onde estará? Vivo? Será que bem?” ou “Não é louco. Será que é?” (Diário de campo, 22/03/2016).

Mais uma vez, o governo e a grande mídia estão juntos na mesma narrativa: foi “assalto a um policial militar com troca de tiros”. Para alguns moradores, o que se passou ali não tem a ver com assalto, roubo. Também não tem a ver com o uso ou tráfico de drogas e “foi algo mais forjado que a cobrança de um crime”.

Para os moradores, não há dúvidas com relação aos agentes da chacina.

Em grande parte das notícias veiculadas pelas redes mobilizadas pelas organizações sociais que assinaram o “Manifesto contra a Chacina de Jovens” insiste a desconfiança quanto à participação de policiais na chacina, especialmente pelo questionamento quanto aos procedimentos policiais e militares que sucederam este crime:

[...] a perícia foi feita na própria madrugada, ainda na escuridão, e o “rabecão” do Instituto Médico Legal também saiu na madrugada. Pela manhã, policiais militares dentro de viaturas passaram pelo local do crime [a Praça] “ameaçando os jovens que lá estavam, dizendo: já morreram 3 esta

⁵⁹ Uma referência ao conto de Clarice Lispector, 1962: “Mineirinho”.

madrugada, não fiquem por aí, que vai sobrar pra vocês também...” (Manifesto contra a Chacina de Jovens)⁶⁰.

Alguns moradores querem se mudar, morar em outro lugar “porque nem na polícia se pode confiar”. Os anseios por confiança e segurança também produzem um reordenamento do local, os que conseguem ir embora, vão. Uma mudança de moradia daria conta de uma “vida segura”?

Por outro lado, quais seriam os efeitos de um radical deslocamento da confiança na polícia?

Outros moradores ficam e se reposicionam:

A gente se indignou [depois da chacina]. No outro dia a gente ficou chocado: “Mano, não vamos mais colar na Praça, tá ligado”. Aí pensei, pensei e repensei e disse: “Não galera, não é assim, a gente tem que continuar nossas ocupações para que a Praça não vire um campo de chacina mano”. (Morador, membro do Coletivo da Praça, negro, 26 anos, grifo nosso).

Para os frequentadores da Praça houve um reposicionamento em relação à Praça, armaram-se de outros laços de confiança: a ocupação da Praça envolveu mais jovens, o Samba do Bowl ganhou mais repercussão, atualmente estão se mobilizando para comprar um Baobá (considerada por algumas tradições como a árvore da vida) para ser plantado no meio da Praça, como marca de um espaço de encontro.

O motivo da chacina? Para alguns, são aqueles conflitos que não podem ser anulados, dirimidos, nem com a Operação Saturação, Virada Social, Praças da Paz... Muito pelo contrário, ao que se indica:

[(Sobre a chacina do dia 16 de abril de 2014) Na semana do carnaval, que todo mundo viajou, inclusive eu, roubaram a casa do policial. Teve uma suspeita que foram os “caras da praça”. Como aqui é uma praça, um espaço público, vem gente de todo lugar. Assim como você tá sentada aqui, às vezes vem o cara lá do Jaraguá e senta aqui, entendeu? Na nossa visão foi vingança. (Morador, negro, 29, grifo nosso).

⁶⁰ Fazer ver a violência de Estado, constitui uma luta para diversas organizações e movimentos sociais brasileiros e internacionais. Esta violência na América Latina é de tal magnitude que levou Zaffaroni (1993) a nomeá-las como mortes anunciadas: “[...] aquelas que ocorrem massivamente e de forma normalizada pelo sistema penal da América Latina. O autor discrimina 5 tipos: 1) mortes institucionais, ocorrem no cumprimento das funções pelos agentes armados das agências do sistema penal; 2) mortes extra institucionais, são aquelas que ocorrem fora do cumprimento das funções por esses agentes armados; 3) mortes para-institucionais, geradas por grupos de extermínio, esquadrão da morte, justiceiros; 4) mortes contra institucionais, ocorrem contra os agentes do sistema penal; 5) mortes meta-institucionais, mortes que passam através das agências do sistema, mas que são suscitadas pelas próprias agências (p.13).

Vingança por parte de policiais também foi o motivo alegado para a chacina de 2007. Segundo alguns moradores,

A comunidade estava revoltada por conta da chacina [de 1º de fevereiro de 2007]. **Não era a primeira chacina que tinha acontecido ali** e tinha uma desconfiança do culpado pela chacina. **A comunidade tem certeza do responsável. Porque um dos meninos que foi chacinado brigou com um menino na rua, e esse menino era filho de um policial militar e, coincidentemente, na mesma noite esses meninos foram mortos, chacinados de maneira brutal. Isso deixou a comunidade muito assustada e sem saber a quem recorrer. À Polícia?** (Morador, trabalhou no projeto Praças da Paz, negro, 30 anos, grifo nosso).

Assalto à casa de um policial (chacina de 16 de abril) ou brigas de meninos, sendo que um deles era filho de policial (chacina de 2007), são, para alguns moradores, os motivos das chacinas.

Para outros,

[...] a polícia quer matá-los por que estão felizes. A polícia não aguenta a felicidade deles. A polícia não quer que ocupem a Praça, que se divirtam, que se encontrem. (Diário de campo, 22/03/2016).

Outros, ainda apontam:

Acho que eles fizeram isso realmente para as pessoas não virem mais aqui [na Praça]. Todo dia tem viatura aqui e eles se sentem incomodados com a nossa felicidade. Tinham que fazer a nossa segurança, mas eles dão medo. (Moradora, negra, 19 anos, grifo nosso).

Jovens que constatarem, com aguda clareza, que seus modos de estar no mundo provocam incômodo. Incomodam porque, como aponta Vicentin (2011) “habitando a fronteira entre a insubmissão e a captura [...] estes corpos em rebelião encarnam um poder de inventar-se a si mesmos numa linha de fuga da captura social. Forjam um modo peculiar de existência [...]”. (p.102).

Incomodam aos que moram do outro lado da rua e que chamam a polícia para resolver o problema: “a polícia não quer que ocupem a Praça, que se divirtam, que se encontrem”. Modos de viver que por incomodarem podem ser tomados como ameaças à vida e, assim, criminalizados e, por isso, em determinadas situações, podem ser exterminados.

Atingidos pela violência de Estado, os moradores narram o que não pode ser esquecido: não há nada de particular no que ocorreu, é comum. Ao se acusar o “excesso de poder” exercido pelo Estado, se faz ver a atualização dos controles exercidos sobre as classes populares, especialmente sobre as crianças e jovens – tomados no decorrer de diferentes momentos históricos como os responsáveis pela desordem. Afinal, foram as brigas de meninos e jovens o estopim/motivo das chacinas.

O racismo de estado

Sobre estes jovens incide o poder que separa os que devem viver e os que devem morrer, o que Foucault (2010) chamou de “racismo de estado”.

Um dos fenômenos mais importantes do século XIX foi, segundo Foucault (2010), a apropriação da vida pelo poder: “[...] se vocês preferirem, uma tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo, uma espécie de estatização do biológico ou, pelo menos, uma certa inclinação que conduz ao que se poderia chamar de estatização do biológico” (p. 201). “Uma biopolítica da espécie humana”, passa a operar (p.204).

Para compreender esse fenômeno, o autor retoma a discussão sobre a soberania a partir do direito de vida e de morte, um de seus principais atributos:

O efeito do poder soberano sobre a vida só se exerce a partir do momento em que o poder soberano pode matar. Em última análise o direito de matar é que detém efetivamente em si a própria essência desse direito de vida e de morte: é porque o soberano pode matar que ele exerce seu direito sobre a vida (FOUCAULT, 2010, p. 202).

Quando o Estado passar a ocupar-se da vida da população opera-se uma importante transformação: a autoridade em fazer morrer ou deixar viver passa a exercer o fazer viver e deixar morrer. Ressalta Foucault (2010) que não se trata de uma substituição, este último “não vai apagar o primeiro, mas vai penetrá-lo, perpassá-lo, modificá-lo [...]” (p. 202-204).

A biopolítica está dirigida ao corpo-espécie, à população “como problema a um só tempo científico e político”. Voltada para fenômenos como nascimentos e mortalidade, longevidade, fecundidade, a saúde, suas durações, trata, principalmente, de estimativas estatísticas, de medições globais, de estabelecer mecanismos reguladores (FOUCAULT, 2010, p. 207).

Estas transformações não se deram de repente. Com o surgimento das cidades, a explosão demográfica e a industrialização, dois mecanismos de poder se instauraram. O

primeiro, passou a operar mais cedo, no século XVII e estava voltado para “o corpo individual, com vigilância e treinamento – isso foi a disciplina”⁶¹. O segundo, no final do século XVIII passa a operar no nível dos fenômenos de população, no nível de massa, com os processos biológicos. Foucault (2010) refere-se a esses últimos como mecanismos regulamentadores (p. 210).

Trata-se, então, de dois mecanismos de poder – o disciplinar e o regulamentador – que podem se articular, mas não estão no mesmo nível: um está voltado ao corpo e o outro, à população. Será a “norma” o elemento que vai circular nos dois níveis: a norma que pode disciplinar o corpo e regulamentar uma população. Constitui-se, assim, um poder sobre o corpo e sobre a vida: “[...] o Biopoder, o poder de assegurar a vida, que tem como objetivo a vida.” (FOUCAULT, 2010, p. 213 – 214).

Ao perguntar-se como um poder que tem como objetivo “fazer viver”, pode exercer o poder da morte, pode matar, Foucault (2010) irá problematizar o racismo de Estado:

Não quero de modo algum dizer que o racismo foi inventado nessa época. Ele existia há muito tempo. Mas eu acho que funcionava de outro modo. O que inseriu o racismo nos mecanismos do Estado foi mesmo a emergência desse biopoder. Foi nesse momento que o racismo se inseriu como mecanismo fundamental do poder, tal como se exerce nos Estados modernos, e que faz com que quase não haja funcionamento moderno do Estado que, em certo momento, em certo limite e em certas condições, não passe pelo racismo. (p. 214).

O aparecimento das raças, suas distinções, hierarquizações, são maneiras de “fragmentar esse campo do biológico que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros” e essa é a primeira função do racismo (Ibid., p. 214). A fragmentação da população em grupos, raças ou sub-raças, de tal modo que é sempre possível identificar os inferiores, os superiores, os loucos, os normais, as classes perigosas. A segunda função diz respeito à possibilidade de estabelecer uma relação com a vida do tipo biológica:

[...] quanto mais as espécies inferiores tendem a desaparecer, quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação à espécie, mais eu – não enquanto indivíduo, mas enquanto espécie – viverei mais forte, mais vigoroso serei [...]. (FOUCAULT, 2010, p. 215).

⁶¹ Uma tecnologia de poder centrada no corpo para produzir o corpo útil e dócil. Sem se tratar de uma substituição, o caráter individual da disciplina se combinará com a Biopolítica. (FOUCAULT, 2010).

É por meio deste racismo que a função de matar está assegurada no biopoder, na medida em que esta morte indicará o fortalecimento da espécie humana ou a raça: “A função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo”. (FOUCAULT, 2010, p. 215).

Ao chamar a atenção para o vínculo que se estabeleceu entre a teoria biológica do século XIX e os discursos do poder, o autor destaca o lugar que ocupou a teoria do evolucionismo:

O racismo vai se desenvolver *primo* com a colonização, ou seja, como o genocídio colonizador. Quando for preciso matar pessoas, matar populações, matar civilizações, como se poderá fazê-lo, se funcionar no modo biopoder? Através dos temas do evolucionismo, mediante um racismo. (Ibid., p. 216, grifo do autor).

Não se trata apenas de tirar a vida, o assassinio direto, mas também de expor à morte, excluir, rejeitar, etc., ou seja, o assassinio indireto. Nesta perspectiva, torna possível a condenação à morte ou ao isolamento. A possibilidade de matar ou eliminar um criminoso é resultado do biopoder. (FOUCAULT, 2010, p. 215-216).

Da mesma forma, aqueles que hoje incomodam podem vir a ser considerados “perigosos”, ameaças à vida, e, assim, eliminados.

Como contar estas mortes?

Ao nos aproximarmos das narrativas sobre essas chacinas percebemos a dificuldade dos moradores precisarem quantos jovens foram mortos.

Quantas pessoas morrem em uma chacina? No caso específico de chacinas, a capital paulista tem seu modo de contabilização: os registros da polícia referem-se a eventos, casos, e não número de cadáveres. Assim, a Secretaria de Segurança Pública contabiliza os homicídios decorrentes de chacinas como casos e não quantidade de vítimas. O Departamento Estadual de Homicídio e Proteção à Pessoa (DHPP) classifica como chacina casos nos quais houve, no mínimo, 3 vítimas fatais. Para assassinatos que vitimaram uma ou duas pessoas fala-se em *autoria desconhecida*. Em alguns municípios do Estado e na Grande São Paulo, por outro lado, são contabilizados como chacina casos em que há no mínimo 3 vítimas, fatais ou não⁶².

⁶² No caso dos dois assassinatos ocorridos no dia 30 de abril os moradores da região consideraram uma chacina.

A chacina é um crime que consegue invisibilizar seus mortos a tal ponto que a quantidade de cadáveres produzidos não faz diferença nas estatísticas policiais de São Paulo.

Quem conta os mortos? As famílias, os amigos, os conhecidos. A notícia, que corre de boca em boca na ventania da dor, do terror. As organizações sociais que fazem da informação um campo de luta política.

Com relação às chacinas em questão, a situação é ainda mais complexa: duas chacinas em quatorze dias. Uma na Praça, outra a 600 m dali. Para alguns moradores foram três mortos, para outros, dois, outros ainda acham que foram quatro ou cinco. Alguns não querem nem saber; outros não sabem e, talvez, a maioria não possa saber. Até porque, anos atrás, sete jovens foram chacinados ali!

Durante as entrevistas, outro tanto de mortos foi aparecendo. Faziam sempre uma referência a algum “menino”, “moleque”, jovem que havia acabado de ser morto, “na rua de cima”, “na rua de baixo”, “mais para o Jardim Teresa”, “no Elisa Maria mesmo”.

Falaram que tinha morrido alguém aqui perto, mas ficou no ar e é mais um jovem que eu conhecia da Praça, encontrei a mãe dele e ela veio falar: o moleque foi assassinado e levou oito tiros da polícia. Fez um assalto de moto, ela não sabia, veio descobrir depois, mas não importa! Foi executado e a polícia não tem que executar ninguém, a polícia não existe pra isso. (Morador, 57 anos).

Alguns moradores continuam achando que onde mais morre jovem na cidade de São Paulo é na Brasilândia.

Você não pode ficar na porta de casa como ficávamos antigamente. **Os caras passam de carro e te matam.** Mataram uns moleques aqui semana passada, na rua de trás, mesmo naipe, igual Osasco⁶³. Acho que foram dois. (Morador, negro, 25 anos).

Nas imediações da Praça, as pessoas morrem e não tem investigação:

[...] as vítimas provavelmente são jovens que estão fazendo uso de maconha, que não têm passagem pela polícia, que estão na Praça, usando a Praça, geralmente negros. (Ex-morador, trabalhou no projeto Praças da Paz, negro, 27 anos).

As vítimas são jovens negros da periferia.

⁶³ Refere-se à chacina ocorrida em Osasco, em 2015, conforme nota 58.

Ali é um lugar que você tem estar sempre atento. No ano novo fui pra lá e tinha um jovem andando de moto na rua, praticamente vazia. **A polícia seguindo o jovem [negro] o fez cair e aí fomos ver quem estava lá. A polícia perguntou: é parente seu? Porque isso aqui é vagabundo, é bandido, vai preso.** Estavam agredindo o menino e a gente falou calma aí, não precisa bater. **Mas isso aqui é vagabundo, tem que bater, sim.** Não, não precisa, dissemos. Aí chegaram mais duas, três viaturas e a gente ficou olhando esperando ele ser conduzindo e para onde, para que pudesse avisar os familiares. **O jovem que cai nesta situação tem um temor pra sempre.** (Morador, trabalhou no projeto Praças da Paz, negro, 30 anos, grifo nosso).

Jovens marcados para sempre pela longa história que atualiza a intersecção entre pobreza, raça e periculosidade: “vagabundos”, “bandidos”.

Alguns moradores acham que para conter essas mortes tem que ter mais diálogo com o poder público; outros acham que não. Outros, contudo, têm medo de falar...

Ali [no Elisa Maria] tem um histórico das pessoas morrerem e não tem resposta. As pessoas têm medo de falar desse assunto por que são crimes que nunca foram solucionados. Você tem um histórico de que são mães que enterram os filhos: perderam o mais velho, depois perderem o mais novo e estão perdendo o caçulinha. O jeito que elas entendes de lutar é mudar dali. Ali é uma região onde as pessoas somem, morrem de maneira misteriosa... O medo das mães é: meu filho vai morrer se continuar ali. Tem mãe que tranca os filhos na chave mesmo pra não sair, para a polícia não matar. A polícia passa na casa dos meninos avisando que vai matar, tirando fotos dos meninos, e a mãe tem que trabalhar, fica com medo e deixa os meninos trancados. (Morador, trabalhou no projeto Praças da Paz, negro, 30 anos, grifo nosso).

Um campo de extermínio a céu aberto?

O termo genocídio vem sendo, ao longo das últimas décadas, enfaticamente empregado, principalmente pelos movimentos negros do Brasil⁶⁴. A violência letal contra jovens no Brasil identificada por estudos epidemiológicos, como os *Mapas da Violência*, indicam como uma unanimidade que são os jovens, do sexo masculino, negros as principais vítimas.

Flauzina (2006) entende o racismo “como fonte de uma política de Estado historicamente empreendida para controle e extermínio das populações negra e indígena na América Latina” (p.35). O esforço não estaria em provar a existência material do genocídio, “mas em superar os obstáculos políticos que impedem seu reconhecimento.” (p.121).

⁶⁴ Um marco importante neste processo foi o livro de Abdias Nascimento (1978): **O Genocídio do Negro Brasileiro**: processo de um racismo mascarado. O autor aponta um duplo genocídio, o extermínio físico e cultural do povo negro, desmistificando a democracia racial brasileira.

Segundo a Comissão Parlamentar de Inquérito (2015) que investigou os Homicídios de Jovens Negros e Pobres, ainda que não se possa falar, em termos jurídicos, no delito previsto na Lei de Genocídio, “procede-se, aqui, a um reconhecimento sociológico, **atestando o descalabro da matança desenfreada de jovens negros e pobres no Brasil e a condenação dessa população à falta de políticas que promovam o seu bem-estar.**” (p. 32, grifo dos autores).

Por outro lado, em outra perspectiva, essas mortes quase cotidianas apontam uma certa função e tensionam o conceito de genocídio:

[...] genocídio talvez não seja uma boa palavra porque, na verdade, o que a gente tem é uma distribuição cirúrgica de mortes [...] É uma espécie de válvula regulatória, eventualmente você tem que matar um monte ou um número “x” para que funcione. Foucault em Vigiar e Punir fala que a prisão é a imagem do medo. No Brasil, em SP, século XXI, a imagem do medo é muito mais a polícia do que a prisão. É ela que regula essas relações dentro de uma zona tolerável. Às vezes essa zona tolerável é ultrapassada: você não tem genocídio, tem um número ótimo de mortes. Ótimo no sentido gestional da palavra, que faz com que a periferia funcione como tem que funcionar. (Ex-morador, branco, 35 anos, grifo nosso).

Estas mortes fariam parte de uma espécie de válvula regulatória para um bom funcionamento da periferia: tudo deve funcionar dentro de uma zona tolerável. Um modo de gerir a cidade.

Zaffaroni (2014) ao discutir vários problemas quanto à definição de genocídio, defende a necessidade de se adotar um conceito criminológico independente da questão legal. São para os cadáveres produzidos pelo Estado que não são registrados nas estatísticas de homicídio, que ficam invisibilizados para a criminologia, que o autor propõe o termo “massacre”:

[...] nós entenderíamos como massacre, no sentido criminológico que vínhamos postulando, toda prática de homicídio de um número considerável de pessoas por parte de agentes de um Estado ou de um grupo organizado com controle territorial, na forma direta ou com clara complacência destes, levada a cabo de forma conjunta ou continuada, fora de situações reais de guerra que impliquem forças mais ou menos simétricas. (p.358).

O massacre é o homicídio múltiplo que é, na prática, o exercício de uma decisão política. Para o autor: “o massacre é um ato político, uma decisão do poder” (Ibid., p. 395). É exercido por agentes do Estado ou grupos que tenham o controle territorial. Ainda mais: “Não é necessário que os agentes do poder punitivo do Estado o executem diretamente, sendo

suficiente que estes se abstenham de intervir interrompendo o massacre, de forma claramente ostensiva”. (Ibid., p. 358).

De forma “súbita” ou a “conta-gotas”, o massacre não é uma guerra, embora sempre pretenda se disfarçar em uma (Ibid., p. 358). As guerras e massacres não se confundem, alerta o autor. Porém, para nós, brasileiros, talvez essa distinção seja realmente difícil de ser realizada, na medida em que os crimes do colonialismo foram naturalizados, e seus massacres considerados inevitáveis⁶⁵.

Afirma o autor que o massacre não pode ser levado a cabo se os dirigentes não contam com o apoio da população e a “convicção das agências executoras”. A convicção que é necessário eliminar o bode expiatório. Para tudo isso é pressuposto o apoio da mídia e a instalação do medo e de um mundo paranoide. (ZAFFARONI, 2014, p. 375).

A construção da associação e intersecção entre pobreza, raça e periculosidade, do inimigo a ser eliminado, dos perigosos, agora tornados bandidos praticamente indefensáveis, a construção desta convicção, que é cotidianamente reafirmada pela grande mídia, implica a todos nós, na medida em que, seja o massacre súbito ou a conta-gotas, depende da conivência, ainda que pela indiferença, da população como um todo, e não apenas dos diretamente envolvidos. Um modo de gerir a cidade que tem transformado as periferias em campos de extermínio.

As chacinas deflagram questões e impasses políticos e sociais que dizem respeito ao conjunto da sociedade, embora sejam quase sempre noticiadas como particulares e isolados.

⁶⁵ Defende o autor que as guerras coloniais nada mais foram que “ocupações policiais de território”: a superioridade técnica dos colonizadores dizimou as estruturas nativas. Os crimes cometidos contra os índios, os negros, a matança durante a República, quando o país, de norte a sul, foi tomado por rebeliões, foram massacres: “[...] sobrevivências de práticas colonialistas.” (ZAFFARONI, 2014, p. 364 - 367). Nossa história é feita de massacres.

NÃO VAMOS NOS CALAR

“Ninguém é obrigado a declarar que essas vozes confusas cantam melhor do que as outras e falam a verdade. É suficiente que elas existam e que tenham contra si tudo que está determinado a silenciá-las até que haja um sentido em ouvi-las e em prestar atenção ao que querem dizer. Uma questão de ética? Talvez. Uma questão de realidade, sem dúvida. Todos os desencantos da história não alterarão a verdade: é por causa de tais vozes que o tempo dos seres humanos não tem a forma de uma evolução, mas sim, precisamente, de uma ‘história’.

Michel Foucault

Estas narrativas dizem respeito à luta empreendida para tornar pública as chacinas ocorridas em 16 e 30 de abril de 2014. A indignação frente aos modos pelos quais se narra e se silencia sobre o acontecido, marca o enorme esforço de moradores da Brasilândia, especialmente suas juventudes, para dar visibilidade aos crimes. Diversos foram os atores que tomaram para si esta tarefa: denunciaram e fizeram circular as palavras que se pretendia não dizer ou não saber, produzindo esquecimento.

Foucault (2008) afirma que o discurso de luta não se opõe ao inconsciente, mas ao segredo. Nomear os “focos do poder”, “falar deles publicamente” é uma luta, como aponta o autor: “falar a esse respeito – forçar a rede de informação institucional, nomear, dizer quem fez, o que fez, denunciar o alvo – é a primeira inversão de poder, é um primeiro passo para outras lutas contra o poder.” (p 75-76).

Foi assim que os dramas das famílias dos jovens assassinados ganharam as ruas, a Praça, o Centro de Juventude Ruth Cardoso, o Observatório de Juventude da Zona Norte, o Movimento Mãe de Maio, diversos coletivos de jovens, diversas igrejas, passando pelos punks, pelos funkeiros. Do Terminal Cachoeirinha à zona sul, de blog em blog, atravessando a Folha de São Paulo e o Estadão. Não são acontecimentos particulares ou isolados.

Dias depois da chacina de 16 de abril, uma liderança do Elisa Maria articulou um encontro realizado no Centro de Juventude Ruth Cardoso (CCJ). Um plano de ação foi construído combinado a uma carta – documento “Manifesto Contra a Chacina de Jovens”, que na semana seguinte já contava com dezessete assinaturas de organizações públicas e privadas, número que, ao final do mês, chegou a quarenta e sete. Vários foram os sites e blogs de

organizações sociais da zona Norte que noticiaram o ocorrido durante o ano de 2014⁶⁶, além de três blogs de veículos de grande circulação: uma matéria de Bruno Paes Manso no Estadão (05 de maio de 2014), de Douglas Belchior na Carta Capital (05 de maio de 2014) e Jéssica Costa no Mural da Folha de São Paulo (18 de setembro de 2014).

Nosso primeiro pensamento foi que a gente precisa dar visibilidade para barrar as mortes, por que se não vão continuar matando. Este foi nosso primeiro passo. (Morador, representante do OJ, negro, 24 anos).

Para os moradores do Elisa Maria e imediações foi muito difícil voltar à Praça:

Ninguém se sentiu bem e o silêncio é muito difícil, você não consegue ficar em paz. E se fosse eu? Ficar no silêncio não dá. Lembro que todo mundo falava que não viria mais aqui [Praça]. Foi aí que pensamos: não tem como abandonar o lugar, como te disse, é o único que a gente tem. (Moradora, negra, 19 anos).

No domingo, 20 de abril de 2014, na Praça Sete Jovens aproximadamente cem pessoas se reuniram num ato de luto pelos jovens assassinados:

Na mesma semana a gente fez um Samba em homenagem aos meninos que morreram. Na mesma semana! A gente ficou tão indignado. A gente chamou de Samba de Luto: veio todo mundo de branco, a gente fez a camiseta, acendemos velas e fizemos uma faixa: “chacina contra jovens” (Morador, membro do Coletivo da Praça, negro, 25 anos).

Durante este Ato, os carros estacionados em torno da Praça foram multados.

Fazer ver as chacinas era o objetivo das reuniões que passaram a acontecer toda segunda-feira no CCJ. Provocar a implicação de cada um, de cada grupo que se aproximava, foi uma estratégia importante de fortalecimento de cada um e do movimento.

Queríamos dar nossa versão e falar o que estava acontecendo, como as coisas aconteceram. Mas quando aconteceu a chacina [...] eu demorei uns cinco dias para a ficha cair: eu atuo no Elisa Maria, moro na Brasilândia, sou de uma rede que luta contra isso, conheço os jovens que frequentam a Praça Sete Jovens. Isso tem tudo a ver comigo e eu preciso agir nesse ocorrido. Preciso tomar uma postura e ir pra cima, pensei. (Morador, negro, 29 anos).

⁶⁶ Acompanhamos as notícias de abril a novembro de 2014.

Depois do primeiro encontro, o Observatório da Juventude da Zona Norte fez uma convocação pela internet denominada de “Chamada Urgente” para colher assinaturas com o objetivo de mobilizar uma Audiência Pública na Brasilândia.

Mas a Copa [Copa do Mundo de Futebol] dificultou a mobilização. Desmobilizou o grupo. Depois da Copa viriam as eleições e pensamos que provavelmente os responsáveis pelos cargos públicos sairiam. Desistimos. (Morador, representante do OJ, negro, 24 anos).

No imprevisto e no corpo a corpo, uma intervenção parou o show do cantor Marcelo Jeneci que acontecia na praça em frente ao Centro Cultural, na noite do dia 27 de abril de 2014. Jovens do OJ, do CCJ, do Levante Popular da Juventude, da Pastoral da Juventude, da Rede Eclética da Juventude (REJU)⁶⁷, punks, anarquistas e funkeiros, entre outros realizaram esta mobilização.

Paramos por um momento o show, subimos no palco e levantamos uma faixa enorme. A faixa com o mote “*Três jovens foram mortos não vamos nos calar*” foi feita aqui nessa sala, abrimos um pano ali e começamos a escrever! Fizemos tudo isso quase de improviso, fazendo o que foi possível para construir uma memória no show de Jeneci. Dar visibilidade e alertar as pessoas que estava tendo chacina era o nosso objetivo. (Morador, representante do OJ, negro, 24 anos).

Com a chacina do dia 30 de abril, as ações ganharam outra urgência:

Nossa opinião é que quem matou os jovens na Praça disse assim: “se vocês não pararem vamos continuar matando”. Se os assassinos estavam dando esse recado – parem de falar senão a gente continua matando – entendemos que deveríamos falar mais, porque aí não continuariam matando. E foi o que fizemos [...] Nosso tema foi muito esse: não vamos nos calar. Acreditávamos que se nos calássemos favoreceria a continuidade de violação e de direitos da juventude. (Morador, negro, 29 anos).

Buscaram fazer ver o ocorrido e acionar toda a rede possível.

Ao serem contatados, Dom Odilo Pedro Scherer, Arcebispo de São Paulo e Dom Milton Kenan, Bispo Auxiliar de São Paulo, enviaram uma carta, à toda a Região Brasilândia, na qual, além de se solidarizarem com as famílias, pediam o empenho de todos pela não aceitação dos crimes ocorridos e pela identificação e punição dos culpados.

⁶⁷ A REJU reúne jovens representantes de diferentes localidades, movimentos, religiões e entidades nas cinco regiões do país, com o objetivo de fortalecer politicamente as ações das juventudes e garantir os direitos das juventudes. Disponível em: <http://reju.org.br/page/sobre-a-rede-ecumenica-da-juventude/> Acesso em 03 jan. 2016.

A denúncia pública foi feita pelo Bispo de São Paulo:

Dom Milton fez a denúncia pública. Ele estava em Aparecida do Norte no final de semana do dia 30 de abril e, quando soubemos da segunda chacina, mobilizamos a Igreja pedindo ajuda para dar visibilidade. A carta foi assinada pelo bispo e Dom Milton protocolou a denúncia e possibilitou a participação da Brasilândia na Audiência Pública que já estava marcada. Parece que a Audiência não deu em nada. (Morador, representante do OJ, 24 anos).

A partir da denúncia, as chacinas dos dias 16 e 30 de abril foram tema de discussão da Audiência Pública realizada no dia 03 de junho de 2014 com o objetivo de tratar de casos de extermínio de jovens no Estado de São Paulo, além de obter informações das autoridades públicas e instituições policiais sobre o elevado número de homicídios praticados por agentes públicos contra jovens nos últimos anos em São Paulo. Organizada pelo CONDEPE (Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana) estavam presentes representantes do Ministério Público, da Defensoria e Segurança Públicas, Comissão de Justiça e Paz da arquidiocese de São Paulo e outros membros da Igreja, do Conselho Regional de Psicologia, de organizações de Direitos Humanos, do Movimento Mães de Maio, líderes comunitários da Brasilândia, de Sapopemba e familiares de vítimas de diversas regiões da capital paulista e do interior. Especificamente com relação à chacina de 16 e 30 de abril foi encaminhado às autoridades um pedido de urgência quanto ao esclarecimento dos crimes e punição dos assassinos. Porém, até o momento nada foi esclarecido.

Nesta Audiência, o sentimento de humilhação vivido pelas famílias cujos filhos foram brutalmente assassinados, alguns comprovadamente por agentes do Estado, fazia ver um dos efeitos mais perversos da ação do Estado: colocam as famílias como geradoras de corpos suspeitos, perigosos, ameaças à sociedade. Esse efeito da violência do Estado é de tal magnitude que, muitas vezes, as impede de registrar o crime ou de reclamar o corpo.

As famílias que puderam comparecer à Audiência Pública, que também foi marcada pela suspeita, uma a uma levantaram-se e falaram, denunciaram e questionaram a falta de resposta do Estado pelo assassinato de seus filhos, bem como o lugar em que eram colocadas. O que as fazia falar não se referia a uma identificação, mas a uma intensificação⁶⁸.

Os encontros continuaram por meses, às segundas-feiras, à noite. Não calar. Falar, circular a palavra cada vez mais e com mais pessoas e organizações. O poder público também foi acionado, incluindo o Coordenador de Juventude da cidade de São Paulo:

⁶⁸ Esta diferenciação é destacada por Saidón (2008) ao discutir o acontecimento político produzido pelas Mães da Praça de Maio.

Em todas as reuniões tinha gente da prefeitura aqui conosco. [Gabriel Medina, Coordenador de Juventude] trouxe também um acompanhamento psicológico por parte da prefeitura para os familiares. E aí ele e o deputado Adriano Diogo participaram de um ato conosco. (Morador, negro, 29 anos).

No dia seguinte [à chacina de 30 de abril], fomos visitar a família desses últimos jovens mortos. Estavam se preparando para o velório e conversamos com o tio deles. Acompanhamos o enterro e naquela semana voltamos à casa deles com um assessor do Toninho Vespoli (PSOL) que nos ajudou a divulgar a chacina: trouxe o SBT Brasil na Praça e contatou o Bruno Paes Manso do Estadão, que fez uma reportagem. (Morador, representante do OJ, negro, 24 anos).

A cada organização chamada a contribuir, um grupo novo de jovens chegava para somar.

Os grupos foram se somando através de vários coletivos, inclusive anarquistas e o pessoal do Funk. Foi a vontade de gritar da juventude, falar o que estava acontecendo [...] Fizemos um spot na rádio Comunitária Cantareira: “não é bem isso que estão dizendo, vamos ficar atentos e denunciar todo tipo de violência contra juventude”. Enfim, a coisa foi se espalhando, chegou até na zona sul, com apoio de entidades. Uma ação do Levante foi uma faixa que penduraram no Terminal Cachoeirinha: “Parem de matar nossos Jovens. Não vamos nos calar”. (Morador, negro, 29 anos).

Buscava-se “discutir e decidir tudo em grupo” e as manifestações não se deram sem tensão entre os vários grupos, as várias juventudes que se aproximaram. Todavia, outras tensões se colocavam.

Para alguns jovens do distrito, a luta para tornar pública as chacinas teve como contraponto o argumento da “cultura da bandidagem” que sustenta a ideia de que os jovens foram mortos porque estavam no “lugar errado e na hora errada”.

Assim, um espancamento de um jovem colocado no whatsapp vai embora. A denúncia de que jovens foram mortos não flui, não mobiliza, não gera empatia, repercussão. É a cultura da bandidagem, que vai demorar para a gente superar, mas estamos trabalhando nisso: o tempo todo questionar o lugar da vítima e se colocar no lugar da vítima, de quem foi morto. Assim a gente passa a se posicionar diferente [...] (Morador, negro, 29 anos).

Alguns moradores consideravam as manifestações contra as chacinas como “bandidagem”. Outros preferiam se calar, por medo de retaliação. Havia, também, aqueles que entendiam que era preciso denunciar.

Nessas horas o pior caminho é se esconder. Quanto mais recuar, mais isso vai acontecer e mais vidas vão morrer. É difícil denunciar também porque se faz frente a uma “cultura de bandidagem”. (Morador, 57 anos).

Denunciar é difícil porque implica fazer frente a essa cultura da bandidagem, que está articulada à cultura escravocrata, machista...

Eles [a polícia] fazem o que querem aqui, mas a tragédia é que a cultura da população é essa: escravocrata, machista e tudo que se desdobra disso. (Morador, 57 anos).

Tornar pública as chacinas é travar uma luta contra as forças repressivas e autoritárias, que construíram, em diferentes momentos da história, a figura dos “perigosos”.

As pessoas das imediações da Praça que assumiram uma liderança para tornar pública a chacina foram policiadas por um tempo:

“A polícia ficou um tempo passando aqui. O telefone tocava e a gente ficava: alô, alô... depois parou.” (Morador, 57 anos).

As reuniões semanais, fundamentais pra reunir vários coletivos, duraram alguns meses. Em agosto de 2014, grupos da cultura Hip Hop organizaram o “Festival pela Paz”, na Praça. No mesmo mês, dia 31, outra intervenção foi realizada, agora no show do Emicida:

“Um ato de memória e usamos do mesmo esquema que no show do Jeneci.” (Morador, representante do OJ, negro, 24 anos).

Para lembrar um ano de chacina, em 25 de abril de 2015, aconteceu a “Roda da Quebrada” na Praça, uma iniciativa do Coletivo da Praça e de outros grupos juvenis. Foi um dia inteiro de apresentações artísticas e debates sobre a situação do jovem nas periferias de São Paulo.

Todas as entrevistas que realizamos fizeram referência à mobilização realizada no dia 29 de maio, organizada pelos moradores do entorno da Praça, que reuniu estudantes, familiares dos jovens assassinados e diversos coletivos juvenis, logo depois das chacinas. A ideia era “fechar” a Av. Deputado Cantídio Sampaio, importante via no distrito.

Quando aconteceu a chacina de 16 de abril de 2016, o programa do Datena⁶⁹, Brasil Urgente, divulgou que tinha ocorrido uma tentativa de assalto a um policial militar: houve troca

⁶⁹ José Luiz Datena apresenta o programa jornalístico Brasil Urgente, na rede Bandeirantes.

de tiros e os bandidos foram mortos. Frente a essa comunicação para uns enganosa, para outros ultrajante, alguns moradores travaram um combate para tomar a palavra e se fazerem ouvir. Ao fechar a avenida pretendiam fazer com que o Programa refizesse sua narrativa na direção de esclarecer o ocorrido.

A mídia tem um papel central na construção e atualização desta “cultura da bandidagem”, na construção dos “perigosos”, ao produzirem e reproduzirem uma realidade enganosa que tem por função legitimar a ação violenta do Estado.

Ao discutir a relação das palavras com os cadáveres, Zaffaroni (2014) destaca:

Não se trata apenas, porém, de confrontar, mas também de averiguar se os cadáveres são tais porque as palavras contribuíram para condicionar (ou para não evitar) as condutas que os converteram em cadáveres, posto que é assim é que as palavras matam, é assim que a linguagem mortífera opera, ou seja, legitimando, mostrando ou ocultando, descobrindo ou encobrindo (p.29).

Para o autor, a palavra dos meios de comunicação constrói uma realidade que diz respeito a uma “outra criminologia”, uma “criminologia midiática”, a qual,

[...] carregada de preconceitos, falsidades e inexatidões, é a que figura as atitudes da média das pessoas e sobre as quais costumam montar-se as decisões políticas que se traduzem em leis penais (ZAFFARONI, 2014, p. 26).

Na luta para tornar pública as chacinas, a cultura da bandidagem foi assumida por alguns como efeito de uma guerra aos pobres, que se manifesta também pela captura da palavra, na tentativa de seu enterro rápido, sem deixar vestígios, parecido com o tratamento dado aos corpos chacinados. A manifestação de 29 de maio foi uma certa exumação das palavras.

Buscamos construir uma narrativa sobre esta manifestação, a partir das entrevistas e de um vídeo realizado pelo Coletivo Sacode, um grupo que trabalha com comunicação alternativa, que documentou todo o evento⁷⁰.

A manifestação de 29 de maio de 2014

O clima estava tenso na Av. Cantídio Sampaio, próximo ao posto de gasolina, perto da Praça.

⁷⁰ Em seguida, apresentaremos mais uma narrativa de um outro tipo de “Ato”, por assim dizer, ocorrido no Samba do Bowl de outubro de 2015, a partir do testemunho da pesquisadora.

Já quase anoitecendo, gente voltando para a casa, o ponto de ônibus cheio e um grupo de familiares e amigos dos meninos assassinados, amigos dos amigos, amigos da Praça, estavam subindo a avenida.

Marcamos de nos encontrar no escadão e quando chegamos a polícia já estava lá. Começamos a nos reunir e quando chegou em 60 pessoas a gente parou a avenida com a faixa da chacina dos sete jovens e mais dos três jovens. (Morador, negro, 25 anos).

Organizaram tudo pelo Facebook. Ficaram surpresos que a polícia já sabia! Claro, alguns alcaguetes. Ou não, foram cidadãos preocupados com a ordem que avisaram a polícia?

O comandante veio pedir pra gente abrir a via, a gente disse que ia abrir só quando a mídia chegasse, porque a gente queria esclarecer o caso que não foi bem esclarecido [...] Aí meteram bala na gente e bomba. (Morador, negro, 25 anos).

Durante as bombas os manifestantes se espalhavam e se encontravam, num movimento que se repetia enquanto subiam a avenida por entre carros e ônibus. Os manifestantes? Amigos e moradores, tristes e indignados, fartos de serem confundidos com bandidos: uma das mães que acabara de perder seu único filho, um dos pais que, quando se deu conta que um dos corpos da Praça poderia ser de um dos filhos, foi tomado pelo desespero, enfim, um grupo de pessoas que queria a palavra. Eles exigiam uma narrativa coerente com o acontecido e não a informação enganosa dada pelo Programam do Datena.

O que pode essa dor? Estaria o Estado, sempre, por um triz?⁷¹

Para alguns comerciantes, tinha uns vândalos que foram saqueando o comércio.

A polícia cercava. Subiam mais, o cerco fechava. O comércio também, e às pressas. Um pequeno grupo conversava com o Coronel de Polícia responsável, que estava próximo tentando dialogar, quando,

[...] de repente, veio uma outra tropa policial que, sem o consentimento dele [do coronel], começou a jogar mais bomba. O coronel levou bomba também! Polícia atirando bomba em polícia. Foram duas horas de ato. (Morador, representante do OJ, negro, 24 anos).

⁷¹ Farge (2011) se pergunta: “Esse encravamento entre violência, sofrimento e presença constrangedora do poder provoca também novas situações: a justiça regula o sofrimento? Ela o reduz? Em certos momentos essa gestão judiciária não é incitadora da violência e, portanto, da vinda de outros momentos em que as dores se transformarão em ação política?” (p.17).

Polícia atirando bomba em polícia. Desgoverno ou excesso de governo?

E o medo da polícia, das bombas? Medo o quê! Assim podem ficar as famílias que geram corpos de “perigosos”, como nervos expostos que vão anunciando a revolta pelo três, dois, cinco, pelos sete, pelos corpos desovados. São tantos!

Subimos a Cantídio lá em cima e tacamos fogo em pneus, bem na beira do posto de gasolina. Vocês vão brincar com a gente? A gente vai brincar com vocês também! Fechamos a rua com pneus até a calçada do posto. Pegamos cinquenta reais e compramos material para atearmos fogo. Aí fechamos a via e ficamos umas duas horas. Veio helicóptero, SBT e aí foi... ficou umas duas horas lá em cima e a gente fez a mãe de um dos meninos falar com a mídia. (Morador, negro, 25 anos).

As forças que impedem essas palavras de circular são de tal ordem que foi preciso incendiar para se fazer ouvir.

Pô, quando a gente tacou fogo no pneu perto da gasolina veio mídia, helicóptero, todo mundo! Olha só o que a gente tem que fazer para chamar atenção. É um mecanismo pro jovem se foder mesmo: o jovem vai ser drogado ou vai traficar, ele vai ser preso ou morto e não vai mudar nada. É isso que o governo quer, manipulação fácil. (Morador, negro, 25 anos).

Aí você cria uma situação complicada: a lei e a ordem só vão ouvir a partir do momento que você burlar a lei e a ordem. Esse é o grande risco que os meninos correm. (Ex- morador, branco, 35 anos).

A mãe contou que seu filho nunca foi bandido, ele estudava e estava na Praça, véspera de feriado, com os amigos quando foi assassinado.

Quando a imprensa deu nome aos meninos, aos fatos, a SSP se incomodou [...]. (Morador, negro, 29 anos).

Mesmo assim a gente levou outro pau da polícia: quando a mídia foi embora, a polícia veio e tacou mais bomba na gente e bala de borracha. É uma opressão que a gente sente de ambos os lados. Não só pela polícia, governo, mas pela própria comunidade que via aquilo como um tabu. Porque depois a própria comunidade pensou que a gente estava vandalizando. Não! A gente queria chocar a sociedade para que visse aquilo. (Morador, negro, 25 anos).

É preciso chocar, escandalizar para se fazerem ouvir. Neste ponto, não se trata de indignação.

Alguns jovens sabem o que o Estado e a sociedade esperam deles, como aponta Vicentin (2011):

[...] as rebeliões se configuram [...] também como desobediências da vida, quando a vida mesma se põe em rebelião, em desobediência diante do que a constrange. Elas expressam a resistência contra a sujeição materializada nas relações tensas entre jovem, instituição e sociedade [...]. (p.100).

Na rua, o começo da dispersão. Um manifestante – bandido, inimigo, vadio, desordeiro, homem preto feito de escravo – foi preso.

Há lutas que são diferentes. Não são combinadas e, às vezes, nem são esperadas, mas elas se dão.

No domingo, dia 04 de outubro de 2015, o dia estava ensolarado, dia de Praça. Os moradores desceram o morro da Brasilândia, tinha muita gente no Samba, mais de 60 pessoas em volta do bowl, ocupando a pista de skate. A maioria era jovem.

Lá pelas tantas o grupo que coordena o Samba anuncia que irá prestar uma homenagem a uma pessoa que mora em frente da Praça e que sempre pede para eles cantarem a música do Legião Urbana – Tempo Perdido – mas, geralmente, o samba se desenrola e eles se esquecem. Pois bem, desta vez cantaram. Ao cantarem, repetem a estrofe:

...Nem foi tempo perdido
Somos tão jovens
Tão jovens, tão jovens

E quando vão repetir mais uma vez, uma nova letra acontece:

...Nem foi tempo perdido
Somos dez jovens
Dez jovens, tão jovens

O cantor também é surpreendido com o que canta e passa a cantar mais alto, visivelmente tocado. Alguns se entreolham e começam a aplaudir. O aplauso tímido dos que começaram, contaminou a todos. Uma forma inédita de falar, de dentro do “espaço do perigo”, o que toca a todos ali e que, inclusive, dá nome ao lugar em que estão.

Como efeito imediato as pessoas se perguntarem sobre o ocorrido: o que aconteceu? E uma certa história se espalhou.

Do outro lado da rua, a pessoa homenageada está imóvel em sua janela de frente para a Praça. Por ali permanece até o final do Samba. Este morador, mora do lado daqueles que querem que a Praça “acabe”, e é bastante presente a seu modo, sempre policiando.

Sua homenagem produz um deslocamento de tal ordem que parece arrancar alguns da ambigüidade para a afirmação: desejo de Praça! E o que é o desejo senão aquilo de que não se deve abrir mão?

Samba do Bowl, Diário de Campo, outubro de 2015.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscando adensar algumas das questões que atravessam o tema desta pesquisa, tomamos as histórias dos nomes da Praça e das ruas do Elisa Maria como pistas para construir uma posição narrativa: são histórias de “revolucionários que lutaram pelo povo não só aqui no Brasil, mas em todo o mundo.” (Lima, 2010, p. 08). Quase todos perseguidos e assassinados por seus governos por terem sido considerados inimigos perigosos, criminosos. Talvez os moradores tenham escolhido estes nomes como um modo de contar suas próprias histórias que, expulsos de seus países, de suas cidades ou de suas casas em regiões de interesse imobiliário, deram início à Brasilândia. Um modo de lembrar para não esquecer, um modo de resistir.

Após uma breve história sobre o surgimento da Brasilândia e do Elisa Maria partimos dos negros feitos escravos em direção às classes perigosas que não pararam de engrossar e que, com a guerra às drogas, foram tornados *bandidos* indefensáveis. A cada momento histórico surgiram novos perigosos, criados e recriados a partir de discursos de verdade. Aqueles sobre quem incide o poder que separa os que devem viver e os que devem morrer (*racismo de estado*, Foucault, 2010).

Ao pesquisar o modo como a chacina ocorrida em 2014 se tornou pública, encontramos a chacina de 2007, uma verdadeira “virada” na região: fez ver certas estratégias de controle do Estado. A partir de índices de criminalidade e com o apoio da mídia construiu-se um regime de verdade sustentado no argumento de que o Elisa Maria e o Jardim Teresa estavam entre os “bairros mais violentos do mundo” e que a insegurança vivida por seus moradores devia-se ao crime. Violência evidenciada por índices de criminalidade, associada aos bairros periféricos e atrelada ao discurso da falta de segurança. Em nome da segurança, reduzida a uma dimensão criminal, o governo saturou a região de policiais para uma ação similar “à política de tolerância zero”.

Durante a implementação de uma praça pública – a Praça Sete Jovens – o governo em parcerias com organizações da sociedade civil buscou dirimir conflitos constitutivos da convivência democrática pela produção de regras e condutas, especialmente em torno dos que “pensam diferente”. Foi instaurado um modo de participação pautado no autopolicamento e no policiamento dos outros: um controle que vai de câmeras de monitoramento aos cidadãos-polícia (Passetti, 2003). Antes mesmo de existir a Praça, o “espaço do perigo” como “espaço da droga” já estava instituído pelo imaginário de moradores capturados pelo medo e pela insegurança da guerra às drogas. Estes moradores consideram que os frequentadores são todos

drogados e que precisam chamar a polícia para “limpar” a Praça. A Praça está sob ameaça e seus frequentadores também. A chacina de 2014 aponta nesta direção. Atingidos pela violência de Estado, os moradores narram o que não pode ser esquecido: não há nada de particular no que ocorreu, é comum.

Com a guerra às drogas é o jovem traficante das periferias que atualiza as classes perigosas e faz ver os negros feitos escravos, os imigrantes, os anarquistas, os migrantes, as *minorias perigosas*, os marginais... Com as leis de drogas tem início as leis de exceção no período democrático (KARAM, 2010), mantendo a seletividade entre ricos, pobres, pretos e brancos. Passeti (2003) discute que esta guerra nos coloca diante da “atualização do campo de concentração e de extermínio em periferias e prisões redimensionadas pela nova penalogia.” (p. 175). Administrado por seus próprios habitantes é uma tecnologia de controle a céu aberto.

A partir de estudos epidemiológicos, principalmente os Mapas de Violência, identifica-se que o principal alvo desta guerra é o jovem, do sexo masculino, negro e pobre. Os movimentos negros acusam insistentemente um projeto de Estado voltado para a eliminação da população negra: um projeto genocida em curso desde a abolição dos escravos. Flauzina (2006) afirma a “democracia racial como um instrumento de dominação”, cujo fundamento é tornar implícita as “investidas institucionais pautadas pelo racismo” (p.120) e conclui: é fundamental rever o pacto social que “aposta na invisibilidade do segmento negro.” (p. 139).

A construção do inimigo a ser eliminado, dos perigosos, a construção desta convicção, que é cotidianamente reconstruída e reafirmada pela mídia, implica todos nós, na medida em que, seja o massacre súbito ou a conta-gotas, depende da conivência, ainda que pela indiferença, do conjunto da sociedade.

Nos diferentes momentos históricos percorridos nesta pesquisa, foram as crianças e os jovens pobres, principalmente negros, os alvos preferenciais destes controles exercidos pelo Estado por serem considerados os principais responsáveis pela desordem, como aponta Augusto (2013). Hoje na Praça, são também eles, jovens e crianças que incomodam e que preferem o “lugar do perigo” para ficar: na pista de skate e nos bancos de cimento, onde se sentaram os jovens chacinados, ao lado do painel grafitado erguido em homenagem às vidas assassinadas.

É a vida que se arrisca à prisão e à morte. A ocupação da Praça pelos jovens da região, se para uns é perigosa, para outros, é produção de estratégias que não só impedem que ela se torne um campo de chacina, mas que afirmam a potência da comunidade, um lugar de trocas e de experimentações.

Não é, pois, a derrota que fundamenta uma sociedade de dominação, de escravidão, de servidão, de uma maneira brutal e fora do direito, mas o que se passou nesta derrota, depois mesmo da derrota, e de certa maneira independente dela: é algo que é o medo, a renúncia ao medo, a renúncia aos riscos da vida. (FOUCAULT, 2010, p. 80).

Tornar pública a chacina é um trabalho de produção de memória e de enfrentamento ao poder. É travar uma luta contra as forças que produzem, em cada momento histórico, os “perigosos”, desconstruindo certos regimes de verdade: uma longa história de práticas de controle que atualizam a associação e intersecção entre pobreza, raça e periculosidade; é uma história pautada na expansão do poder punitivo que no Brasil, como aponta Batista(2012), “se ancora em permanências históricas nas quais se imbricam a colonização genocida, a escravidão e a cultura inquisitorial ibérica.” (p. 5-6).

Nesta perspectiva, considerando que a guerra às drogas explicita a associação entre guerra e sistema penal, como afirma Karam (2013), e que o problema não são as drogas, mas o controle sobre a população jovem pobre, principalmente negra e periférica, construída como perigosa, como aponta Batista (2003), buscar produzir mudanças efetivas no atual cenário de extermínio dos jovens brasileiros implica pôr em questão o sistema criminal, não no sentido de uma melhoria ou de mais uma reforma, mas na direção do abolicionismo penal.

O abolicionismo penal, como aponta Passetti (2006), problematiza e refuta a lógica e a seletividade do sistema penal. Ao mostrar que o crime é uma construção histórica, dependente das forças sociais em confronto, “abole a concepção criminológica de indivíduo perigoso, norte do direito penal contemporâneo.” Trata-se, como ressalta o autor, de assumir o abolicionismo penal enquanto uma prática “interessada na ruína da cultura punitiva da vingança, do ressentimento, do julgamento e da prisão.” (p.83-84).

Fortalecer a sociedade sem pena, que atua pela conciliação das partes, como o direito civil, é um outro modo de lidar com aqueles conflitos que não se dirimem ou se pacificam e nem se eliminam, pelo contrário, se sobrepõem e se acumulam com a expansão e a intensificação de controles que, no limite, massacram os jovens, negros, pobres e periféricos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AÇÃO DOS CRISTÃOS PARA A ABOLIÇÃO DA TORTURA - ACAT- Brasil et al. **Dossiê Mapas do extermínio:** execuções extrajudiciais e mortes pela omissão do Estado de São Paulo. São Paulo: 2011. Disponível em: [http://www.conectas.org/arquivos/editor/files/DOSSIE_pena%20de%20morte%20final%20ACAT%20\(1\).pdf](http://www.conectas.org/arquivos/editor/files/DOSSIE_pena%20de%20morte%20final%20ACAT%20(1).pdf) Acesso 03 de junho de 2016.

AUGUSTO, A. **Política e polícia:** cuidados, controles e penalizações de jovens. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013.

ATHAYDE, C.; BILL, M.V.; SOARES, L.E. **Cabeça de porco.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

AZEVEDO, J.E. **Polícia Militar** - Procedências políticas de uma vigilância acentuada. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.

BATISTA, V.M. Memória e medo na cidade do Rio de Janeiro. **Revista Sem Terra**, n.10, mar. 2001. Disponível em: http://www.lainsignia.org/2001/marzo/cul_040.htm Acesso em 10 de setembro de 2016.

_____. **Difíceis ganhos fáceis:** drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.

_____. Filicídio. In: RIZZINI, I.; CORONA, R.F.; ZAMORA, M.H.; NEUMANN, M.M. (Org.). **Crianças, adolescentes, pobreza, marginalidade e violência na América Latina e Caribe:** relações indissociáveis? Rio de Janeiro: Quatro Irmãos/FAPERJ, 2006. p. 253-260. Disponível em <http://www.observatoriodeseguranca.org/files/Filicidio.pdf> Acesso em 10 de julho de 2016.

_____. A juventude e a questão criminal no Brasil. In: MAGALHÃES, J.L. Q.; SALUM, M.J.G.; OLIVEIRA, R.T. (Org.). **Mitos e verdades sobre a justiça infanto-juvenil brasileira:** por que somos contrários à redução da maioridade? Brasília: ed. CFP, 2015. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/02/1053773b21eb7cc6e5600f16cc0663e4.pdf> Acesso em 10 de junho de 2016.

BATISTA, V.M. (Org.) Adesão Subjetiva à Barbárie. In: **Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal.** Rio de Janeiro: Editora Revan, 2012. Disponível em: <http://docslide.com.br/documents/adesao-subjetiva-a-barbarie-vera-m-batista.html> Acesso em 08 junho de 2016.

BLANCHOT, M. **Foucault como o imagino.** Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1987. Disponível em: https://monoskop.org/images/b/b4/Blanchot_Maurice_Foucault_como_o_imagino.pdf Acesso em 09 de maio 2016.

_____. **O livro por vir.** Tradução Leyla Perone-Moisés. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

CABELEIRA, M.M. Modulação pacificadora da polícia nas favelas cariocas. In **Revista Verve**, v.27. São Paulo: Nu-sol, 2015, pp. 69-87.

CALDEIRA, T.P.R. **Cidade de Muros**. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. Trad. Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Ed.34/Edusp, 2011.

CANDIOTTO, C. Foucault: uma história crítica da verdade. **Trans/Form/Ação**, v. 29, n.2: 65-78, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/trans/v29n2/v29n2a06.pdf> Acesso em 11 de agosto 2015.

CARDIA, N.; ADORNO, S.; POLETO, F. **Homicídio e violação de direitos humanos em São Paulo**. São Paulo, Universidade de São Paulo, Núcleo de Estudos da Violência, Centro de Pesquisa, Inovação e Difusão - CEPID/FAPESP, 2003. Disponível em: <http://www.nevusp.org/downloads/down036.pdf> Acesso em 10 de dezembro de 2015.

CHALHOUB, S. **Cidade febril**: Cortiços e epidemias na corte imperial. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2011.

COIMBRA, C.M.B. **Operação Rio**: O mito das classes perigosas. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2001.

COIMBRA, C.M.B.; NASCIMENTO, M.L. **Ser jovem, ser pobre é ser perigoso?** Disponível em: http://www.slab.uff.br/images/Aquivos/textos_sti/Cec%C3%ADlia%20Coimbra/texto23.pdf Acesso em 10 de maio de 2016.

COLETIVO SACODE. **Ato contra a violência policial e o genocídio na periferia** - Vila Brasilândia. São Paulo, 2014. Vídeo veiculado através da Internet – Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=17bGqkGYY0c> Acesso em 10 julho de 2016.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO. Câmara dos Deputados. **Relatório final homicídios de jovens negros e pobres**. Brasília: 2015. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1361419&filename=REL+2/2015+CPIJOVEM Acesso em 11 de junho de 2016.

COSTA, G.C. **Sentidos de milícia**: entre a lei e o crime. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Kafka**: por uma literatura menor. Imago. 1977. Disponível em: <https://ayrtonbecalle.files.wordpress.com/2015/07/deleuze-g-kafka-por-uma-literatura-menor.pdf> Acesso em 10 de maio de 2016.

DELEUZE, G. As Estratégias ou o não-estratificado: o pensamento do Lado de fora (poder). In _____. **Foucault**. Tradução de Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2008.

_____. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: **Conversações**. Tradução Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2000.

ENDO, P.C. **A Violência no coração da cidade**: um estudo psicanalítico sobre as violências na cidade de São Paulo. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2005.

FARGE, A. **Lugares para a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

GULLAR, F.; PEDROSA, M. **Textos de Lygia Clark**. Rio de Janeiro: Funarte, 1980.

FERRÉZ. **Capão Pecado**. São Paulo: Planeta, 2013.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.L.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. Disponível em: <http://documents.tips/documents/foucault-michel-o-sujeito-e-o-poder-in-dreyfus-rabinow.html> Acesso em 03 de março de 2016.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução: Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **É inútil revoltar-se?** In: _____. **Ditos e escritos – ética, sexualidade e política**. Vol. V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 77-81.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

_____. **Em defesa da sociedade**. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. **Dos suplícios às celas**. Tradução Vera Lucia Avellar Ribeiro; organização Manuel B. da Motta. Rio de Janeiro: Editora Forense, vol. VIII, 2012.

_____. **A ordem do discurso**. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio São Paulo: Loyola, 2013.

_____. **Estratégia, poder-saber**. Organização, seleção de textos e revisão técnica Manoel Barros da Motta; Tradução Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

_____. **A Sociedade Punitiva**. Tradução Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

FREUD, S. **El malestar en la cultura**. In: Id. Obras completas. Tomo 3. Madri: Biblioteca Nueva, 1973.

HUGHES, P.J.A. **Periferia: um estudo sobre a segregação socioespacial na cidade de São Paulo**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). PUC/SP, 2003.

HULSMAN, L. Temas e conceitos numa abordagem abolicionista pena. In **Revista Verve**, v.3, São Paulo: Nu-sol, 2003, pp.190-219. Disponível em: <<http://www.nu-sol.org/verve3.pdf>>. Acesso em 10 de setembro de 2016.

HUSLMAN, L. et all. Dossiê Louk Huslman. In **Revista Verve**, v.15, São Paulo:Nu-sol, 2009, pp. 14-72. Disponível em: <http://www.nu-sol.org/verve15.pdf> Acesso em 10 de setembro de 2016.

INSTITUTO SOU DA PAZ. **Projeto Praças da Sulamérica**: Sistematização da metodologia. São Paulo: 2011. Disponível em: http://www.soudapaz.org/upload/pdf/pras_da_paz_sulam_rica_sistematiza_o_da_metodologia.pdf Acesso em 10 de junho de 2016.

JORNAL CANTAREIRA. **Série De olho na história**. São Paulo: Associação Cantareira, 2012. Disponível em: <http://www.cantareira.org/noticias/periferia-brasilandia-vila-brasilandia> Acesso em 10 junho de 2016.

KARAM, M.L. **Drogas: legislação brasileira e violação a direitos fundamentais**. Texto no website da Law Enforcement Against Prohibition. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.leapbrasil.com.br/textos> Acesso em 11 de agosto de 2016.

_____. **Proibição às drogas e violação a direitos humanos**. 2013. Disponível em: <http://www.leapbrasil.com.br/textos> Acesso de 11 de agosto de 2016.

_____. **Drogas: além da descriminalização do consumo**. 2015. Disponível em: <http://www.leapbrasil.com.br/textos> Acesso em 10 de setembro de 2016.

LARROSA, J. O ensaio e a escrita acadêmica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.28, n.2, 2003. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/25643/14981> Acesso em 11 de maio de 2016.

LECHNER, E. Subjetividades confiscadas: silêncios e silenciamentos num terreno etnográfico. In Fórum Sociológico. Série II. CESNOVA, Saúde e Multiculturalidade, v.22, 2012, p. 83-89. Disponível em: <http://sociologico.revues.org/690> Acesso em 10 de maio de 2016.

LIMA, A. Org. **Nossas memórias**. Coletivo Literatura Suburbana. 2010.

LOURAU, R. **Análise institucional e práticas de pesquisa**. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

MARICATO, E. **Cidades no Brasil**: neodesenvolvimentismo ou crescimento periférico predatório. Texto para discussão para II Lehmann Dialogues – Harvard 2012. Disponível em: http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/erminia-brasil_cidades- paper_h_2012-2013-1.pdf Acesso em 10 de junho de 2016.

MEIHY, J.C.S.; HOLANDA, F. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2014.

MINAYO, M.C.S. et al. Violência para todos. **Cadernos de Saúde Pública**, 9: 65-78. 1993. Disponível em: < www.scielo.br/pdf/hcsm/v4n3/v4n3a06 >. Acesso em 10 de março de 2016.

MUCHAIL, S.T. **Foucault, simplesmente**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

OBSERVATÓRIO DA JUVENTUDE DA ZONA NORTE. **Manifesto Contra a Chacina de Jovens na Brasilândia**. Página na Internet, Facebook. São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.facebook.com/ObservatorioDaJuventudeCCJ/videos/411446282330219/> Acesso em 09 de junho de 2016.

OLIC, M.B. As dimensões do risco: ou como o skatista se torna um agrimensor do seu próprio corpo. In BRANDÃO, L; HONORATO, T. (Org). **Skate e Skatistas: Questões Contemporâneas**. Londrina: UEL, 2012.

PASSETTI, E. **Anarquismos e sociedade de controle**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Segurança, confiança e tolerância comandos na sociedade de controle**. 2004. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000100018 Acesso em 10 de maio de 2016.

_____. Ensaio sobre um abolicionismo penal. **Revista Verve**, v.09, São Paulo: Nu-sol, pp. 83 -114, 2006. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/view/5131> Acesso em 10 de julho de 2016.

_____. Fluxos libertários e segurança. **Revista Verve**, São Paulo, Nu-sol, v. 20: 49-78, 2011a.

_____. Governamentalidade e violências. **Currículo sem Fronteiras**, v.11, n.1, 2011b, pp.42-53. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol11iss1articles/passetti.pdf> Acesso em 10 de fevereiro de 2016.

PASSETTI, E.; OLIVEIRA, S. Poder e anarquia. Apontamentos libertários sobre o atual conservadorismo moderado. **Revista Verve**, São Paulo, Nu-sol, v.12: 11 - 43, 2007. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/viewFile/5448/3895> Acesso em 08 de setembro de 2016.

PASSOS, E; BENEVIDES, R. Por uma política da narratividade. In: PASSOS, E; KASTRUP, V.; ESCÓCIA, L. (Orgs.). **Pistas do método da cartografia**. Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009.

PERES, M.F.T; CARDIA, N; SANTOS, P.C. **Homicídios de crianças e jovens no Brasil: 1980-2002**. Núcleos de Estudos da Violência, Universidade de São Paulo. 2006. Disponível em: http://www.ovp-sp.org/relatorio_nevusp_homicidios_jovens.pdf Acesso em 16 de maio de 2016.

PORTELLI, A. **História Oral e Poder**. Conferência no XXV Simpósio Nacional da ANPUH. Fortaleza, CE, 13.07.2009. Transcrição de Luiz Henrique dos Santos Blume, a partir do arquivo em áudio.wmp. Tradução de Luiz Henrique dos Santos Blume e Heliana de Barros Conde Rodrigues. Disponível em: https://www.academia.edu/29624274/Tradu%C3%A7%C3%A3o_de_H_Oral_e_poder_de_Alessandro_Portelli Acesso em 11 de setembro de 2016.

RIBEIRO, E; BORGES, D; CANO, I. Laboratorio de Análisis de la Violencia – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. **Qualidade dos dados de homicídio na América Latina**. 2015. Disponível em: <http://conferenciahomicidiosbogota2015.org/wp-content/uploads/2015/08/Qualidade-dos-Datos-de-Homicidio-FINAL-PORTUGUÊS.pdf> Acesso em 01 de março de 2016.

RODRIGUES, H.B.C. À beira da brecha: uma história da análise institucional francesa nos anos 60. In: AMARANTE, P. (Org.). **Ensaio: subjetividade, saúde mental, sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000. p.195-256.

_____. **O homem sem qualidades**. História oral, memórias e modos de subjetivação. 2004. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180842812004000300003 Acesso em 11 de outubro de 2016.

_____. Alucinando Portelli: Celebração do amor entre um historiador (oral) e seu leito. 2005. In: **Mnemosine**, Rio de Janeiro. v. 1, n. 1, 2005. Disponível em: http://www.mnemosine.com.br/ojs/index.php/mnemosine/article/view/49/pdf_35 Acesso em 10 de setembro de 2016.

_____. Os anos de inverno da análise institucional francesa. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rdpsi/v18n2/v18n2a03.pdf> Acesso em 11 de setembro de 2016.

_____. Intercessores e narrativas: por uma dessujeição metodológica em pesquisa social. In: **Pesquisas e práticas psicossociais**, São João del-Rei, 6(2), 2011. Disponível em: http://www.ufsj.edu.br/portal2repositorio/File/revistalapip/volume6_n2/Rodrigues.pdf Acesso em 10 de outubro de 2016.

ROSA, E.Z. **Por uma reforma psiquiátrica antimanicomial**: O papel estratégico da atenção básica para um projeto de transformação social. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016.

SAIDÓN, O. As loucas da Praça de Maio. In: _____. **Devires da clínica**. Hucitec. 2008.

SÃO PAULO (Estado). Governo do Estado de São Paulo. Portal do Governo do Estado de São Paulo. SP Notícias. 06/09/2007. **Virada Social: nasce um novo Jardim Elisa Maria**. Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=87524> Acesso em 10 de junho de 2016.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo. Últimas notícias 08/01/2008. **Virada Social dá cara nova ao Jardim Elisa Maria**. Website: www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/lenoticia.php?id=573 Acesso em 10 de junho de 2016.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. **Conselhos Comunitários de Segurança** (CONSEG). Website: <http://www.conseg.sp.gov.br/OQueSao.aspx> Acesso em 12 de junho 2016.

SÃO PAULO (Prefeitura). Subprefeitura Freguesia Brasilândia. **Histórico dos bairros da Freguesia do Ó e Vila Brasilândia**. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/freguesia_brasilandia/historico/index.php?p=142 Acesso em 10 de abril de 2016.

SILVA, A.A.; VICENTIN, M.C.G. Falar o sofrimento de vidas presas: uma política da narratividade. **Revista Polis e Psique**, v.3, n.3, 2013. Disponível em:

[file:///C:/Users/STUDIO/Downloads/42231-184333-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/STUDIO/Downloads/42231-184333-1-PB%20(1).pdf) Acesso em 04 de abril de 2016.

SILVA, F.F.L. **O que não cabe nas ruas de uma cidade?** Entre narrativas maiores e resistências brincantes. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal Fluminense, 2014.

SOUZA, T.P. O nascimento da biopolítica das drogas e a arte liberal de governar. In: **Fractal, Rev. Psicol.**, v. 26 – n. 3, p. 979-998, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/1246> Acesso em 10 de março de 2016.

SPINK, P. Pesquisa de campo em Psicologia Social: uma perspectiva pós-construcionista. **Psicologia Social**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 18-42, dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822003000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 07 de agosto de 2016.

TAKEITI, B.A. **Juventudes, subjetivação e violências:** inventando modos de existência no contemporâneo. Tese (Doutorado em Psicologia Social), PUC/SP, 2014.

TAKEITI, B.A.; VICENTIN, M.C.G. A produção de conhecimento sobre juventude(s), vulnerabilidades e violências: uma análise da pós-graduação brasileira nas áreas de Psicologia e Saúde (1998-2008). **Revista Saúde e Sociedade**, vol.24, n.3: 945-963, set. 2015. ISSN 0104-1290. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/104888/103682> Acesso em março de 2015.

UNICEF. Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação. In INSTITUTO SOU DA PAZ. **Projeto Praças da SulAmérica:** Sistematização da metodologia. São Paulo: 2011. Disponível em: http://www.soudapaz.org/upload/pdf/pra_as_da_paz_sulam_rica_sistematiza_o_da_metodologia.pdf Acesso em 07 de junho de 2016.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos (LabHab). **Programa Bairro Legal**, Plano de Ação Habitacional e Urbanismo. São Paulo, 2003. Disponível em: http://ispcv.org.br/store/Bairro_Legal_Relatorio_de_Diagnostico11113028994.%20Jardim%20Angela Acesso em 08 de setembro de 2016.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Instituto de Economia. Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, Núcleo de estudos da População. Contrato Funcamp, contratante SMDHC/ Prefeitura de São Paulo. **Mapa da Juventude da Cidade de São Paulo**. Campinas, 2014. Disponível em: https://www.portaldajuventude.prefeitura.sp.gov.br/wpcontent/uploads/2015/08/Mapa-da-juventude_completo.pdf Acesso em 02 de outubro de 2016.

VICENTIN et al (Org.) **Saúde Mental, Reabilitação e Atenção Básica**. São Paulo: Artgraph, 2016.

VICENTIN, M.C.G. Corpos em rebelião e o sofrimento-resistência. Adolescentes em conflito com a lei. **Tempo Social Revista de Sociologia**, São Paulo, v. 23, n.1, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v23n1/v23n1a05.pdf> Acesso em 11 maio de 2016.

_____. **A vida em rebelião** – jovens em conflito com a lei. São Paulo: HUCITEC, 2005.

WACQUANT, L. **As duas faces do gueto**. São Paulo: Boitempo, 2008.

WASELFISZ, J. **Mapa da Violência 2013**: Homicídios e Juventude no Brasil. CEBELA Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos/FLACSCO BRASIL. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/> Acesso em novembro de 2015.

WASELFISZ, J. **Mapa da Violência 2014**: Os Jovens do Brasil. CEBELA-FLACSCO BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção e Igualdade de Racial. Secretaria Nacional de Juventude. Secretaria Geral da Presidência da República. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/> Acesso em novembro de 2015.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2015**: Adolescentes de 16 e 17 anos no Brasil. CEBELA-FLACSCO BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção e Igualdade de Racial. Secretaria Nacional de Juventude. Secretaria Geral da Presidência da República. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/> Acesso em novembro de 2015.

ZAFFARONI, E.R. **Muertes anunciadas**. Bogotá, Temis, 1993.

_____. **A palavra dos mortos**. São Paulo: Saraiva, 2014.